



UCSAL
UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DO SALVADOR

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

REBECA DALTRO FERRARI BULHÕES

**ESPAÇOS PÚBLICOS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS:
REFLEXÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO
DO DIREITO À CIDADE**

Salvador
2021

REBECA DALTRO FERRARI BULHÕES

**ESPAÇOS PÚBLICOS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS:
REFLEXÕES SOBRE USOS E APROPRIAÇÕES NA CONSTRUÇÃO
DO DIREITO À CIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Laila Nazem Mourad.
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

Salvador
2021

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

B933 Bulhões, Rebeca Daltro Ferrari

Espaços públicos na pandemia do coronavírus: reflexões sobre usos e apropriações na construção do direito à cidade / Rebeca Daltro Ferrari
Bulhões . – Salvador, 2021.

140 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Laila Nazem Mourad.

Coorientadora: Prof.^a Dra. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

1. Espaços Públicos 2. Direito à Cidade 3. Pandemia do Coronavírus
I. Mourad, Laila Nazem - Orientadora II. Oliveira, Liana Silvia de Viveiros
e – Coorientadora III. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação IV. Título.

CDU 711.5:616-022.6

TERMO DE APROVAÇÃO

REBECA DALTRO FERRARI BULHÕES

ESPAÇOS PÚBLICOS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: Reflexões sobre usos e apropriações na construção do direito à cidade

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 29 de março de 2021.

Banca Examinadora:



Profª. Drª. Laila Nazem Mourad
Universidade Católica de Salvador / UCSal (Orientadora)



Profª. Drª. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira
Universidade Católica de Salvador / UCSal (Coorientadora)



Profª. Drª. Liliane Vasconcelos de Jesus
Universidade Católica de Salvador / UCSal (Examinadora interna)



Prof. Dr. Leandro de Sousa Cruz
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
(Examinador externo - FAU-UnB)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família e amigos por sempre me darem suporte e acreditarem em mim.

Aos meus queridos colegas de mestrado com quem compartilhei momentos de aprendizado, trocas e amizade.

Às minhas orientadoras que me acompanharam durante esse processo, sempre me desafiando e me ensinando muito. À FAPESB pela concessão do auxílio financeiro.

Por fim, à banca por aceitar participar da minha defesa e pelas contribuições que enriqueceram este trabalho.

RESUMO

Lefebvre (2006) entende a produção do espaço como resultado da ação social. Este espaço é então submetido a uma série de processos, que podem modificar, reconfigurar ou manter sua forma e função. A cidade é um exemplo da produção do espaço e Santos (1985) desenvolve algumas categorias para melhor estudá-la: estrutura, forma, função e processo. A cidade possui duas esferas que abrangem seus espaços, a pública, que se refere àquilo que é coletivo, e a privada, que abriga aquilo que pertence a cada indivíduo (ARENDR, 2007). Dentro da esfera pública encontramos os espaços públicos: praças, ruas, parques etc. Neles acontece boa parte da vida da cidade, pois é onde são realizadas as trocas, encontros, disputas, conflitos etc. sendo também um dos espaços onde se expressa o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001). Eles estão sujeitos às transformações estruturais da sociedade, fazendo-se assim importante estudar sua história e seu presente para melhor compreender seu processo de produção, cujas mutações são constantes. A pandemia do coronavírus, iniciada em 2019, alterou os modos de vida em que vivíamos até então e as medidas tomadas para conter a disseminação do vírus têm influenciado nossa economia, política, cultura e modo de vida. Com base nisso, nos perguntamos como os espaços públicos, seus usos e apropriações são afetados, especialmente ao nos depararmos com entraves ao pleno exercício do direito à cidade. Este trabalho busca refletir sobre as possíveis alterações que a pandemia do coronavírus tenha trazido no uso e na apropriação dos espaços públicos e como isso interfere no direito à cidade. Procura-se identificar as discussões levantadas durante a pandemia sobre os espaços públicos e refletir sobre a função e apropriação desses espaços nesse contexto e na sua relação com a história e discutir sobre o direito à cidade em tempos de pandemia. Assim, analisamos os espaços públicos através do método regressivo-progressivo de Lefebvre (2006), estudando o momento atual, depois retornando ao passado na tentativa de explorar suas transformações com o tempo e, por fim, retornando ao presente, agora buscando revelar aspectos e momentos que apontam no sentido da sua transformação. Tais estudos são importantes por conta das discussões que surgem nos últimos anos sobre o direito à cidade e os espaços públicos. Ao mesmo tempo, entender a situação que estamos vivendo contribui para pensarmos que estruturas e espaços públicos queremos após essa pandemia. Verificou-se então que a pandemia tem levado a processos de mudanças na estrutura, forma e função dos espaços das cidades e dos espaços públicos. As medidas usadas para conter o vírus tem implicado na redução de pessoas utilizando o espaço público e na restrição do pleno exercício do direito à cidade. A desigualdade e a segregação socioespacial construída ao longo da história contribuíram para as diferentes maneiras com que a população tem lidado com a pandemia, ao mesmo tempo, que se discutem questões sobre a tecnologia, a economia, a política, as relações público-privadas, os comportamentos sociais durante e no pós pandemia.

Palavras-chave: Espaços públicos; Direito à cidade; Pandemia do coronavírus.

ABSTRACT

Lefebvre (2006) understands the production of space as result of a social action. This space is then subjected to a series of processes, which can modify, reconfigure or maintain its shape and function. The city is an example of the production of space and Santos (1985) developed some categories to better study it: structure, form, function and process. The city has two spheres that encompass its spaces, the public, which refers to whatever is collective, and the private, which comprises what belongs to each individual (ARENDT, 2007). Within the public sphere we will find public spaces: squares, streets, parks, etc. It's where the city's life takes place, where social needs are carried out, exchanges, meetings, disputes and conflicts, also being one of the spaces where the right to the city is expressed (LEFEBVRE, 2001). They are subject to structural changes in society, making it important to study its history and its present to better understand its production process, which is always changing. The coronavirus pandemic which started in 2019 changed society's way of life in which we lived until then. The measures taken to contain the spread of the virus have influenced our economy, politics, culture and way of life. Thus, we wonder how it affects public spaces, their uses and appropriations when faced with obstacles to the full exercise of the right to the city. This work aims to reflect over the possible changes that the coronavirus pandemic might have brought to the use and appropriation of public spaces and how this interferes with the right to the city. It seeks to identify the discussions raised during the pandemic about public spaces and to reflect on the role and appropriation in this context and, in its relationship with history, to discuss the right to the city in times of pandemic. To achieve this, we looked at public spaces using the regressive-progressive method (LEFEBVRE, 2006), studying the current moment, then returning to the past attempting to explore the transformations over time and, finally, returning to the present now seeking to reveal aspects and moments that point towards its transformation. Such studies are important because of the arisen discussions in recent years about the right to the city and public spaces. In parallel, understanding the current situation contributes to thinking about which structures and public spaces we want after this pandemic. The study found that the pandemic has led to processes of changes in the structure, form and function of city and public spaces. The measures used to contain the virus contributed to the reduction of people using the public space and to the restriction of the full exercise of the right to the city. The inequality and socio-spatial segregation built throughout Brazilian history have contributed to the different ways in which the population has dealt with the pandemic. Also, questions about transformations in the technology, economy, politics, public-private relations, social behaviors and their effect on the future have been discussed.

Key words: Public Spaces; Right to the City; Coronavirus pandemic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Representação do impacto da covid-19 no mundo.....	83
Figura 2: Praia do porto da barra é interditada pela prefeitura em Salvador.....	87
Figura 3: Ilustração representa a realidade dos moradores em situação de rua,.....	91
Figura 4: Espaços públicos com grande circulação de pessoas têm pias instaladas.....	92
Figura 5: Padre Lancellotti representando o momento em que quebrava pedras.....	92
Figura 6: Líderes da favela Paraisópolis se reúnem em campo de futebol para receber doações e repassar para os moradores.....	93
Figura 7: Hospital de campanha montado no estádio do Pacaembu em São Paulo é um exemplo da de-re-territorialização levantada por Firmino (2020)	96
Figura 8: No Rio Grande do Sul, pessoas fazem apresentações em suas janelas para interagir com os vizinhos	100
Figura 9: Cenas como essa ficaram muito comuns na Itália durante a pandemia, onde os vizinhos faziam companhia e se relacionavam através das janelas, varandas e portas.....	101
Figura 10: Morador da Vila Brasilândia realiza exercícios em sua laje	102
Figura 11: Projeção de arte nos espaços públicos através da tecnologia como forma de agradecimento aos profissionais de saúde pelo seu papel que tem desempenhado na pandemia.....	107
Figura 12: Reflexões sobre a pandemia são expressas nas calçadas das cidades.....	110
Figura 13: Demonstração do que seria o espaço pessoal na pandemia	111
Figura 14: Representação da territorialidade nos espaços públicos durante a pandemia .	112
Figura 15: Pessoas na pandemia voltam a repensar o coletivo e a implicação das suas ações na vida do todo.....	122

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O ESPAÇO PÚBLICO NO SÉCULO XXI	17
2.1 A SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ESTRUTURA, PROCESSO, FUNÇÃO E FORMA	17
2.2 O ESPAÇO, A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS	21
2.3 A CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES QUE MODELAM ESSA REALIDADE.....	27
2.4 O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS DIFERENTES REALIDADES	35
2.5 ESPAÇO PÚBLICO E O DIREITO À CIDADE	43
3 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA E O QUE INFORMA E CONFORMA NA CONTEMPORANEIDADE	48
3.1 ANTIGUIDADE ATÉ O BARROCO, PRIMEIROS EXEMPLOS DO ESPAÇO COLETIVO	48
3.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O IMPACTO DO CAPITALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO	62
3.3 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA DO BRASIL	72
4 ESPAÇO PÚBLICO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS	79
4.1 O CONTEXTO DA PANDEMIA.....	79
4.2 MEDIDAS RESTRITIVAS, AS DIFERENTES REALIDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	86
4.3 DISTOPIAS E UTOPIAS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO NO PÓS-PANDEMIA	96
4.4 REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA E MUDANÇAS NA ESTRUTURA, FORMA E FUNÇÃO	119
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

Alguns autores como Lefebvre (2006), Damatta (1997) e Santos (1985) discorrem sobre o impacto que as ações humanas têm na produção do espaço e como isso pode ocorrer de diferentes formas, a depender do período histórico analisado e dos agentes que regem aquela sociedade. Ao mesmo tempo, a situação inversa também se verifica, onde a conformação do espaço interfere na sociedade que o utiliza (MUMFORD, 2008). Damatta (1997, p. 19) afirma que “[...] sem entender a sociedade com suas redes de relações e valores, não se pode interpretar o espaço concebido”. Santos (1985) e Lefebvre (2006), por sua vez, vão refletir sobre essas transformações definindo categorias de análise do espaço que se baseiam na forma, função, estrutura e processo.

Um dos exemplos mais significativos da produção do espaço são as cidades, que passam por processos de transformação desde a antiguidade até os dias atuais. Suas construções, símbolos e significados trazem a memória de tempos passados, assim como refletem a história da sociedade que ali viveu/vive. Todavia, a mutabilidade dos espaços, com apropriações distintas ao longo do tempo pode levar à substituição, adaptação ou permanência do espaço que foi concebido em períodos anteriores. Para melhor compreender as cidades e as suas transformações, podemos dividi-la em duas esferas: a privada e a pública. A primeira, estando ligada à ideia de propriedade, individual e relacionada à família. A segunda, por sua vez, se refere aquilo que é coletivo, administrado pelo Estado e de acesso livre.

Essas esferas têm se aproximado ao longo dos anos, chegando até a se embarçar em alguns casos, e a produção do espaço dentro de cada uma delas vai variar de acordo com as relações entre elas e as pessoas que delas participam. Os espaços públicos são fruto dessas relações, sendo principalmente representados por praças, ruas, parques, praias, largos, campos de futebol etc. Eles se caracterizam por ser o espaço da disputa, do encontro, da troca, do lúdico, do lazer, do conflito. É então que, dentro dessa perspectiva de pensar as relações entre sociedade e espaço, Lefebvre (2001) traz a visão da cidade como o espaço onde se realizam as necessidades sociais e que estas devem estar intrinsecamente ligadas à produção/construção das cidades. Ou seja, ele acredita que as pessoas não apenas devem usufruir dos locais, mas participar de sua criação e, dessa forma, estariam

exercendo o que ele chama de direito à cidade, sendo o espaço público um dos locais onde esse direito pode se expressar.

Com o tempo e, especificamente, nos dias atuais, a produção do espaço passa a se submeter à lógica do sistema capitalista, em que o consumo, a produção e a circulação de bens e pessoas se tornaram algumas das características de nossa sociedade (OLIVEIRA, 2012). É também marcada pelo uso da tecnologia, pela aceleração da vida, pela globalização, pelos meios de comunicação, entre outros. Um de seus traços é a supervalorização do “eu”, que coloca em prioridade os interesses privados no lugar do coletivo. Isso tem afetado as esferas pública e privada, e mais especificamente a produção dos espaços públicos.

Percebe-se então, que no final do século XX, são trazidas discussões sobre a crise dos espaços públicos, relacionadas à busca por segurança das classes mais altas, que leva à produção de espaços coletivo-privados como shopping centers e parques temáticos como alternativa aos espaços públicos (SOUZA, 2018). Além disso, essa parcela da população começa a optar pela construção de condomínios e loteamentos fechados e com muros, contribuindo para o seu afastamento dos espaços públicos e da vida na cidade. Discussões mais recentes sobre esses espaços começam a questionar esse ponto de vista hegemônico de análise, entendendo que os espaços públicos não estão em crise e sim passando por transformações. Outra teoria que sustenta esse argumento é a constante apropriação dos espaços públicos pelas classes mais pobres. Todavia, entendendo que o espaço público está sujeito a diversos jogos de interesse e constantemente construindo acordos e disputas, compreendemos que as apropriações também passam por esses processos. Muitos dos grupos sociais que ocupam esses espaços sofrem com a violência, o preconceito, a opressão e o despreparo destes locais para atender às suas necessidades. Isso reflete as desigualdades e os jogos de poder existentes nas cidades contemporâneas que ferem o pleno exercício do direito à cidade.

É neste cenário que a pandemia do coronavírus se instala no mundo. O que começou no final do ano de 2019, de forma localizada, na China, alcançou todo o planeta em poucos meses. Ela traz à tona todas as características da sociedade contemporânea, juntamente com seus problemas: a globalização, a produção, o consumo, a circulação de bens e pessoas, as desigualdades sociais e a heterogeneidade dos territórios. Forçando o mundo a parar, na busca de reduzir a

velocidade de contaminação da população pelo vírus, ela quebrou padrões de rotina e comportamentos, levando a sociedade a se adaptar a um novo regime. Embora as medidas de prevenção adotadas pela maioria dos governos sejam relativamente simples, como lavar as mãos, usar máscara e álcool em gel e manter o distanciamento social, nem toda a população tem condições de seguir essas recomendações. Assim, com esse rompimento de rotina e as mudanças nos modos de produção e circulação, questionamentos sobre as transformações que a pandemia tem causado na sociedade têm sido levantados, ao mesmo em tempo que se busca entender como cada um dos territórios das cidades tem lidado com as novas regras. Assim nos perguntamos: como essas mudanças se refletem nos espaços públicos? Como as pessoas têm se apropriado deles durante essa pandemia? Quais visões de futuro têm surgido durante esse período?

Com tais perguntas em mente, este trabalho tem como objetivo principal:

- Refletir sobre as possíveis alterações que a pandemia do coronavírus tenha trazido no uso e na apropriação dos espaços públicos e como isso interfere no direito à cidade.

Como objetivos secundários, propomos:

- Identificar as discussões levantadas durante a pandemia sobre os espaços públicos;
- Refletir sobre a função e apropriação dos espaços públicos na pandemia e sua relação com a história;
- Discutir sobre o direito à cidade em tempos de pandemia.

O método adotado para responder a estes objetivos é o regressivo-progressivo de Lefebvre (2006). O autor propõe estudar o espaço social na história a partir do presente, investigando seu passado e retornando ao presente, permitindo-se assim entrever o possível e o futuro. Entendendo que o espaço é produto e processo das relações sociais de produção, faz-se uma leitura dos espaços públicos e das relações e agentes que os produzem na contemporaneidade, depois buscando entender como a sua construção histórica interfere nos modos de vida e de construção dos espaços na atualidade. Por fim, retorna-se ao presente, que reagindo sobre o passado, revela aspectos e momentos pouco conhecidos. Dessa forma, possibilita que o processo que

vem do passado até os dias de hoje se exponha de maneira diferente. Através deste método, é possível explorar as estruturas e as relações de produção do espaço das sociedades passadas, assim tornando possível enxergar sentido em virtualidades ainda se desenvolvendo. Lefebvre (2006, p. 137) esclarece que

Este conhecimento tem um alcance retrospectivo e um alcance prospectivo. Se a hipótese se confirma, ele reage sobre a história, por exemplo, e sobre o conhecimento do tempo. Ele permitirá melhor compreender como as sociedades engendraram seu espaço e seu tempo (sociais), quer dizer seus espaços de representação e suas representações do espaço. Igualmente, ele deverá permitir, não prever o futuro, mas fornecer elementos a serem colocados em perspectiva no futuro: ao projeto de um outro espaço e de um outro tempo numa sociedade outra, possível ou impossível.

Tal estudo se faz relevante por estarem ocorrendo movimentos e discussões no mundo em relação ao exercício e à conquista do direito à cidade, o que torna o momento propício para desenvolvermos estudos nessa área. Considerando os espaços públicos como local onde ocorrem muitas das atividades da vida urbana e se configurando como um dos espaços de expressão do direito à cidade, se faz importante o debate sobre esses espaços e as mudanças às quais são submetidos ao longo da história e, principalmente, na atualidade. Simultaneamente, também se discute a construção e adaptação das cidades e dos espaços urbanos, principalmente o surgimento desenfreado de loteamentos e condomínios fechados, assim como shoppings centers que afastam parte da população dos espaços públicos e promovem de forma ainda mais intensa a segregação social e espacial. Ou seja, a apropriação dos espaços públicos e o afastamento deles têm sido discutidos por diversas áreas do conhecimento ligadas às cidades: planejamento urbano, urbanismo, arquitetura, geografia, ciências sociais, sociologia, antropologia etc. Dessa forma, levantar tais discussões pode contribuir para se pensar e construir cidades mais vivas e com mais pessoas nas ruas, aproveitando as qualidades dos espaços e a interação social.

A pandemia do coronavírus foi responsável por intervenções tanto no espaço físico público, como na apropriação e utilização destes. As regras de distanciamento social aconselham pessoas no mundo todo a ficar dentro de casa, o que levou a alteração de muitas rotinas e interferiu na forma como utilizam a cidade, até mesmo para aquelas pessoas que são obrigadas a sair de casa. Como mencionado anteriormente, mudanças que ocorrem na sociedade afetam também os espaços criados e usados por ela, o que significa que tais medidas restritivas afetam os

espaços públicos, se tornando necessário discutir sobre o que vem sendo feito neles e levantar possíveis mudanças. A reflexão sobre o assunto pode contribuir para desconstruir a ideia de “crise” e “morte” dos espaços públicos, já que eles são importantes elementos da vida urbana, propiciando encontros, trocas, festejos e reunindo a diversidade de grupos que vivem na região urbana. Principalmente pelo fato de que muitos dos que sofreram com o afastamento dos espaços públicos são justamente aqueles que já encontravam empecilhos para a plena apropriação desses espaços antes da pandemia e que não podem deixar de frequentar os espaços públicos, por dependerem deles para obtenção de renda e para sobreviver.

Como pode ser percebido em muitos momentos na história da humanidade, períodos de crise/grandes mudanças se apresentam também como uma oportunidade para se refletir sobre as organizações sociais, a construção das cidades, para quem elas são concebidas, e que modelos políticos e econômicos melhor favorecem a vida coletiva. A pandemia apresenta-se como um fator transformador, que em pouquíssimo tempo, alterou o status quo, criando assim um momento propício para discussões referentes às formas como utilizamos os espaços públicos e como os construímos. Vale a pena questionar também essa produção de cidade baseada no capital e no lucro, levando em conta os espaços públicos que absorvem essa prática. Dentre eles estão os estabelecimentos privados que ocupam calçadas, lugares antigos que ganham foco turístico, feiras e barracas que são montadas em praças, entre outros. Outro ponto importante é a questão da segurança, que agora, além de abranger a violência, também tangencia a questão da saúde, pois sair nas ruas, encontrar pessoas e estabelecer trocas tornou-se perigoso. Ao mesmo tempo, faz-se necessário ponderar os avanços tecnológicos que vêm ocorrendo nesse curto período e a possível intensificação que eles terão nos espaços públicos, seja através de objetos que regulem ou restrinjam as nossas ações nesses lugares ou a utilização de plataformas virtuais para socialização como pretense substituto deles, para avaliarmos em que medida eles restringem e constroem o exercício do direito à cidade.

Me posicionando como um dos sujeitos que vivenciam a pandemia, estudar os espaços públicos nesse contexto se mostrou tanto um desafio quanto um estímulo. Sendo uma das várias pessoas que se isolaram em suas casas durante a pandemia, pude perceber a falta e a importância dos encontros diários e da rotina de sair de casa

e de viver em coletividade. O estudo contribuiu também para que eu me colocasse como agente na cidade, pois a partir dele e da leitura sobre os problemas encontrados nos espaços públicos, pude perceber o meu papel como construtora da cidade e como a minha presença como cidadã nesses espaços é fundamental para a vida deles. Assim, entendendo que locais abertos eram menos propícios à contaminação, comecei a frequentar uma praça próximo a minha casa, levando minha mãe comigo. Na vivência dessa prática, pudemos perceber como esses locais ainda são frequentados pelas pessoas mesmo com as restrições impostas pela pandemia, que variam de função e apropriação a depender do dia e do horário e notar como as medidas de restrição de abertura de locais privados implicaram em ocasionais aumentos de público na praça. Coincidência ou não, foi possível observar na prática um pouco do potencial dos espaços públicos e da diversidade da vida coletiva, tornando assim, este trabalho ainda mais significativo para repensar esses espaços no pós pandemia.

Por fim, se faz necessário estudar a situação atual para que se possa lidar melhor com uma realidade com a qual vamos nos deparar por tempo indeterminado. Torna-se, então, importante discutir possíveis alterações que podem ser feitas nos espaços públicos, contribuindo para a ampliação do uso deles por parte da população, ao mesmo tempo permitindo que seus usuários mais frequentes possam usufruir deles com mais segurança e respeito, possibilitando que todos possam utilizá-los de forma mais democrática, garantindo o livre convívio de pessoas e o exercício do direito à cidade.

O trabalho é então dividido em 3 capítulos, e considerações finais, além desta introdução (capítulo 1):

O segundo capítulo se propõe a estudar os conceitos e categorias de análise que foram utilizados no decorrer da pesquisa assim como trazer as visões de espaço público no século XXI. Ele é dividido em tópicos, trazendo primeiramente entendimentos sobre a produção do espaço, estrutura, forma, função e processo. Se aproximando da cidade, passa-se a discutir sobre as esferas pública e privada, explorando noções de espaços públicos e do direito à cidade. Por fim, avalia-se a estrutura atual e o papel que os espaços públicos desempenham na sociedade.

O terceiro capítulo traz uma reflexão sobre a história dos espaços públicos, procurando entender as estruturas de cada época e as mudanças na forma de se pensar, usar e construir os espaços públicos desde a antiguidade até a modernidade.

O quarto capítulo volta para o presente, fazendo uma releitura do que foi visto no passado e como isso implica no presente, para então se debruçar sobre a pandemia do coronavírus. Exploramos o que está acontecendo no Brasil durante esse momento, como estamos lidando com as medidas de segurança, como diferentes grupos sociais têm lidado com as restrições adotadas e como isso interfere nos espaços públicos e no exercício do direito à cidade. Também fazemos a análise de algumas das discussões sobre o mundo pós COVID-19, trazendo utopias e distopias sobre o futuro. Por fim, avaliamos a estrutura, forma e função atuais e as transformações pelas quais elas estão passando.

2 O ESPAÇO PÚBLICO NO SÉCULO XXI

Para o melhor entendimento do que são os espaços públicos e como eles são utilizados na contemporaneidade, é necessário compreender alguns conceitos e categorias que permeiam suas características. Exploraremos então o que é a produção do espaço, como ele pode ser melhor compreendido, a cidade como espaço e os espaços que a compõe, para assim chegar na manifestação da produção social contemporânea e a produção do espaço da cidade e do espaço público.

2.1 A SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: ESTRUTURA, PROCESSO, FUNÇÃO E FORMA

Autores como Lefebvre (2006), Santos (1985) e Damatta (1997) acreditam que o espaço é uma construção social que sofre alterações ao longo do tempo, estando sujeito a modificações provenientes das mudanças pelas quais cada sociedade passa. Lefebvre (2006) entende que o espaço é, ao mesmo tempo, produto e produtor; no primeiro, por estar sujeito aos agentes sociais e no segundo, por contribuir para a organização do trabalho produtivo, dos transportes e fluxos. Sua participação na produção não ocorre de modo dominante, mas sim na coordenação de aspectos da prática. Produzido pela sociedade, espaço social seria então resultado de forças produtivas e de estruturas, possuindo relação com a propriedade e consequentemente se caracterizando por ter valor de uso e valor de troca. Ele não pode ser hierarquizado em níveis, devido a sua capacidade de atuar em diferentes deles, ora participando como propriedade, ora no funcionamento das instituições produtivas.

Como produto, o espaço está sujeito aos agentes que o modificam, que se utilizam dele, estando intrinsecamente ligado aos interesses políticos, sociais, capitalistas, coletivos, individuais etc. Por esse jogo de interesses atuarem em um mesmo espaço, muitas vezes se sobrepondo, é que o espaço se torna local de disputas, onde convergem a atuação de diferentes agentes, cada um buscando se apropriar dele à sua maneira. Dessa forma, surgem espaços que se interpõem, se compõem, se superpõem e/ou se chocam. O espaço estabelece relações com as trocas, as instituições, a cultura, sendo um conjunto de relações sociais dinâmicas, o que determina que é inacabado, estando sempre em constante produção.

Devemos entender então que a transformação do espaço se dá de acordo com as características de cada um dos agentes que atuam nele, sendo assim, à medida que os agentes passam por mudanças, o espaço também sofre com elas. Isso nos permite marcar períodos entre mudanças, configurando a história do espaço em um determinado tempo. No entanto, o produto de cada período não é perdido, deixando rastros de sua existência em tempos posteriores através da memória, da cultura, das construções. Assim, Santos (1985, p. 22) considera o espaço “como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”. Apesar de o passado deixar traços, é preciso entender que o espaço é sempre presente, o que implica dizer que mesmo um espaço com cunho histórico ainda está sujeito às transformações do momento atual. Se pensarmos em um exemplo prático, podemos entender essa relação de maneira mais clara. O espaço construído por nossos antepassados e que ainda se encontra materializado em nosso tempo, hoje possui apropriações que condizem com as necessidades e as demandas sociais que vivenciamos. Temos então igrejas e edifícios antigos nos locais onde vivemos que não necessariamente desempenham a mesma função que possuíam quando construídas, podendo funcionar como pontos turísticos, por exemplo. Percebe-se assim, que tanto a produção do espaço quanto seu produto são dois lados inseparáveis.

Damatta (1997) ainda acrescenta que o próprio tempo também é uma construção social e que este varia de acordo com diversos fatores, podendo ser influenciado por sentimentos, memórias, gostos e por ocasiões importantes que marcam um período, estando sempre ligados às atividades realizadas. Assim sendo, ambos, tempo e espaço estariam se construindo e, paralelamente, sendo construídos pela sociedade. Eles precisariam, ainda, de um sistema de contrastes para se concretizarem. Isso implica dizer que cada sociedade tem seu tempo e espaço definidos por suas particularidades, criando lembranças e memórias a partir das atividades que ali se desenvolvem. Ao que Damatta (1997, p. 19) diria que “o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar o espaço concebido”. Em reforço, recorremos a Lefebvre (2006, n.p.):

O conceito do espaço assim religado a uma prática social – ao mesmo tempo espacial e significante – toma todo o seu alcance. O espaço reúne a produção material: bens, coisas, objetos de troca, tais como

vestimentas, móveis, casas (residências), produção ditada pela necessidade. Ele reúne também o processo produtivo considerado a um nível mais elevado, resultado de conhecimentos acumulados, o trabalho se penetrando de ciência experimental, materialmente criadora.

Essa mudança do espaço no tempo se dá por alterações no físico, transformado primeiramente em espaço mental (abstração formal, imaginário, projeto, projeções intencionadas por um agente) e, por fim, do espaço social, que seria a expressão material do espaço mental. O espaço se caracteriza, assim, como um produto da energia. Na medida em que o espaço se torna social, ou seja, um espaço construído, ele passa a diferir de seu predecessor, o espaço físico, natural. O principal exemplo que podemos trazer de um espaço construído são as cidades, projetadas e executadas pelas sociedades.

Elas são criadas para atender as necessidades básicas e sociais de seus moradores, necessidades essas que estão em constante mudança. São uma obra coletiva manufaturada, que desafia a natureza, criando uma relação de dominação sobre ela (ROLNIK, 1995). É inevitavelmente o espaço da coletividade, se tornando imprescindível assim uma gestão, administração, conferindo-lhes um caráter político. Ao mesmo tempo que é um polo de atração de pessoas, o que faz com que ela tenha um crescimento mais acelerado. Também podem ser descritas

[...] como uma estrutura de funções essenciais, de trocas materiais e não materiais, de vida cultural e de poder, com a finalidade de acumular o máximo de facilidades num mínimo espaço e também de possibilitar a expansão do atendimento a necessidades mutáveis e das complexas formas de atendê-las (SANTOS, 2018, p. 21).

É nelas onde ocorre a vida humana, onde se estabelecem encontros, disputas, trocas, onde se cria memórias e onde se desenvolvem culturas, local das desigualdades, dos jogos de interesse, das complexidades, dos fluxos de pessoas e bens, da velocidade e do consumo. Segundo Santos (2018), cidades desenvolvem funções de organização, de direção, especializadas no trabalho intelectual. Afinal, é o cotidiano que singulariza a cidade.

São as transformações da organização urbana e da vida urbana que contam a história de cada sociedade, configurando a cidade, através de sua arquitetura, como um registro de tempos passados. Baeta (2010) ressalta, com base no pensamento de Mumford, que cada fase histórica urbana cria um arquétipo durável, este sendo

impossibilitado de pertencer a um período único, pois cada sociedade se apropriará deste espaço de maneira distinta, lhe atribuindo funções que variam de acordo com suas necessidades, seus desejos, suas inseguranças, suas disputas e conflitos. Rolnik (1995), por sua vez, entende que a arquitetura das cidades é um registro da sua história, assim, esses espaços contariam seu passado através de suas construções. Considerando isso, para entender os processos que ocorrem nas cidades e os seus espaços, é preciso definir categorias de análise capazes de abranger as complexidades existentes em cada território que as compõem.

De acordo com Lefebvre (2006), para o entendimento do espaço social são fundamentais, metodologicamente, o acionamento de três conceitos: forma, estrutura e função. Assim, ele se torna objeto de análise de cada uma dessas categorias, sendo elas indissociáveis entre si. Todavia, o autor ressalta que ligada às “realidades” sociais, essas categorias se afastam, sua relação se dissimula, se tornando indecifráveis. É por isso que ele faz uma ressalva de que podemos nos servir delas, porém com reservas, entendendo que não serão suficientes para abranger o todo da questão. Santos também se apropria destas categorias ao propor uma análise para a cidade e de suas mudanças, declarando que:

A análise dessas mudanças, que são tanto espaciais como econômicas, culturais e políticas, pode ser feita, como sugerimos antes, de um ponto de vista das diversas instâncias da produção, isto é, da produção propriamente dita, da circulação, da distribuição e do consumo, mas também pode tomar como parâmetro outras categorias, por exemplo, as consagradas estruturas da sociedade, isto é, a estrutura política, a estrutura econômica, a estrutura cultural-ideológica, à qual acrescentamos o que chamamos de estrutura espacial. A análise pode, também, adotar como ponto de partida uma outra série de categorias: a estrutura, o processo, a função e a forma (SANTOS, 1985, p. 46-47).

Ele então definiria essas categorias da seguinte maneira: a estrutura possui longa temporalidade e estaria representando a organização social, como já mencionada, baseada na política, economia e cultura, assim definindo as características básicas de uma sociedade que vão moldar o espaço produzido por ela. O processo, por sua vez, seria a expressão contínua dessa estrutura por um determinado tempo. A forma, então seria o arranjo de objetos no espaço, que estaria ligada à estrutura. No entanto, esta última só se torna relevante quando a sociedade lhe confere valor social, ou seja, uma função, a última categoria, que sugeriria uma

tarefa ou atividade referente à forma. É importante ressaltar o caráter indissociável dessas categorias, pois não podem ser separadas sem perda de sentido e cuja modificação em uma implica em transformação das demais.

Essas categorias então servirão de base para os estudos sobre a cidade neste trabalho. No entanto, é preciso entender, como pontua Lefebvre (2006), que os espaços se sobrepõem, o que nos leva a pensar que dentro do espaço da cidade, encontramos um novo conjunto de espaços, também em constante transformação. Separaremos aqui, de forma mais ampla, duas esferas que compõem a cidade e que utilizaremos como base para os nossos estudos: a pública e a privada. A primeira estaria ligada ao coletivo, ao comum, enquanto a segunda representa o que é individual, de acesso restrito. Agora, exploraremos suas características e relações com os espaços da cidade.

2.2 O ESPAÇO, A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Segundo Arendt (2007), o homem, como ser social e político, desenvolveu uma forma de vida em comunidade em um determinado espaço, que se configura como a cidade. Ao estabelecer relações dentro de um mesmo espaço, o ser humano então desenvolveria duas formas de vida: a privada e a pública. A primeira esfera estaria ligada aquilo que pertence a cada indivíduo, à vida íntima, à individualidade, à família, ao doméstico, ao “eu”. Seria relacionada a tudo que é reservado a um determinado grupo ou pessoa. Pode ser também atrelada ao isolamento, vindo ele na forma de proteção ou de desconexão com o público.

Com relação à segunda esfera, estaria vinculada ao fato de ser acessível, do interesse de todos e ser algo relativo ao bem comum (SOUZA, 2018). É a esfera em que o indivíduo se une aos demais e forma um coletivo, sendo de acesso ilimitado. Assim, esta se relaciona a tudo que é comum e pertence à população como um todo. Possui um caráter político e social, sendo administrada por um Estado e apropriada pela sociedade. Arendt (2007) entende esta esfera como o espaço da liberdade e do encontro. Todavia, a esfera pública também pode ser entendida como o espaço do conflito, pois é onde as individualidades de cada habitante, os interesses de cada grupo social e de cada classe entram em choque com a dos demais.

Em suas análises sobre as duas esferas, Arendt (2007) busca ideais na antiguidade, definindo-as nesse período como separadas e distintas. Observa, no entanto, que, com o advento da modernidade, elas vão se aproximando, chegando às vezes a se sobrepor, criando assim uma esfera híbrida, definida por ela como esfera social, sendo esta nem privada nem pública. Isso se dá devido a uma mudança política, em que as famílias economicamente relacionadas passam a se organizar no que ela chama de “administração doméstica coletiva”, ou seja, uma nação. Dessa forma, com a elevação das atividades domésticas, econômicas e dos interesses privados ao nível público, essas duas esferas se aproximam. Tal fenômeno se torna mais compreensível quando passamos a analisar os espaços criados por elas.

Podemos entender que, como uma produção social, cada uma dessas esferas se expressa de forma material, assumindo as características físicas e as funções atribuídas pela sociedade. Assim, vê-se na cidade espaços privados, coletivo privados e públicos. Estes espaços possuem formas, pré-definidas ou espontâneas, assim como um caráter abstrato, que viria ligado com a apropriação e a função destes. Os espaços privados podem ser relacionados com edifícios residenciais e comerciais, geralmente de acesso restrito, e se configuram como “espaços de contemplação, de isolamento, de retirada” (LEFEBVRE, 2006, p. 216). Os espaços coletivo-privados por sua vez, podem ser representados por shopping centers e parques de exposição, onde o acesso é liberado ao público, porém a maioria das atividades desenvolvidas neles são restritas a um determinado público, geralmente devido à cobrança de um valor monetário. Por fim, os espaços públicos, seriam caracterizados por seu livre acesso e utilização para todas as pessoas, servindo como “espaços de relações e ações” (LEFEBVRE, 2006, p. 216).

É importante entender que a separação desses espaços pode se dar de maneira física, marcada por muros, paredes, segurança, como também de maneira abstrata, através da vigilância dos moradores em situação de rua, espaços inóspitos, abertos e vazios. Todavia, os limites desses espaços, apesar de suas marcações, ainda permitem que as esferas dialoguem entre si, a depender da dinâmica deles. Damatta (1997) vai entender a rua como uma extensão da casa, no momento em que o beiral, a porta, a janela, a varanda seriam os espaços de conexão, que ao serem atravessados, dialogam diretamente com o público. Lefebvre (2006) também vai entender que o público compreende o privado e vice-versa, por exemplo, os

monumentos e edifícios públicos possuem uma instância privada, assim como a casa possui lugares de recepção, a sala de estar, que poderia ser considerada pública. Ele ainda vai trazer a ideia de áreas mistas, que seriam responsáveis por reunir os espaços público e privado, sendo formada pelos espaços de percurso, de passagem e de ligações. Tais exemplos ilustram a aproximação e sobreposição das duas esferas.

Sennett (2018) se vale de uma ideia de cidade com dois significados: a de lugar físico e de uma mentalidade formada por percepções, comportamentos e crenças, denominadas de *ville* e de *cit * respectivamente. Assim, a cidade pode ser dividida entre ambiente construído e a maneira como as pessoas o habitam. Essa divisão também pode ser aplicada aos espaços públicos, que cuja configuração e apropriação nem sempre são correspondentes. Assim, olharemos esses espaços a partir dessas duas perspectivas, levantando tanto questões formais (*ville*) quanto estruturais, funcionais e de apropriação (*cit *). Importante ressaltar que embora definidas aqui como categorias distintas, elas são indissociáveis.

Lefebvre (2006) discute que a produ o do espaço   marcada pela cria o de símbolos e significados que facilitem a comunica o e o reconhecimento dessa produ o na cidade. Para isso, se criam palavras que descrevam estes espaços sociais, geralmente tomando como base o seu uso e sua forma. No caso dos espaços públicos, ruas, calçadas, praças e parques são algumas das defini es mais comuns que simbolizam os espaços públicos.

Mendonça (2007) faz uma recapitula o dos conceitos desses espaços se baseando nas ideias de Lamas. Do ponto de vista de sua forma, a rua estaria classificada como o traçado de uma cidade, que regula seus edifícios e quarteirões. Sua conforma o está diretamente ligada com o crescimento da cidade e sua forma o se distribui seguindo uma hierarquia. Ela está ligada ao deslocamento, ao percurso,   circula o e   mobilidade de ideias e pessoas. Costuma ser acompanhada de calçadas e às vezes de ciclovias ou ciclofaixas, que contribuem para a separa o dos usuários entre pedestres, ciclistas e automóveis. Direta ou indiretamente, essa diferencia o do espaço denota uma das segrega es que vemos nas cidades ao separar as formas de circula o, ao mesmo tempo que cria sua setoriza o dentro da fun o de mobilidade, contribuindo para uma espécie de ordenamento da vida urbana. A praça, por sua vez, viria como resultado, às vezes acidental, desse traçado. Ela se

configura a partir de uma forma, de espaço aberto, e de um programa e é concebida a partir de uma vontade. É “lugar de intencional encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (MENDONÇA, 2007, p. 124). Os parques são espaços destinados à recreação, onde geralmente se têm elementos da paisagem natural como vegetação e corpos d’água e edificações com funções culturais e/ou recreativas. São um exemplo mais recente de espaço público, que desempenha, muitas vezes, o papel de preservar uma área de vegetação da cidade.

Muitas das praças estão vinculadas a entidades simbólicas, como Igrejas, monumentos históricos, edifícios do governo etc., o que mostra uma versatilidade de uso deste espaço. Ele possui uma integração entre a morfologia, a estética e a apropriação. É o espaço comum da socialização, da liberdade e do cidadão. Pode ser considerado também um marco visual, um ponto focal (DARODA, 2012). É também o espaço que serve de foco para a relação entre o indivíduo (representante político, religioso, líder etc.) e o povo, sua complementar (DAMATTA, 1997). Em alguns casos, as praças são formadas a partir do entorno de um monumento. Segundo Lefebvre (2002), este símbolo costuma representar uma entidade, organizando um espaço (a praça) em seu entorno para oprimi-lo, o que o torna algo repressivo. No entanto, ele entende que é ao mesmo tempo o espaço onde se pode imaginar, caminhar junto com a arte, escrevem uma transcendência. O monumento não deixa de ser uma materialização da história, ao representar algo ou alguém que realizou um feito no passado. É válido também trazer aqui os memoriais, que de certa forma se relacionam com os monumentos, porém com outro propósito, o de deixar uma lembrança, uma memória geralmente de um acontecimento sentimental. Esses espaços são uma representação da *ville*, cujo ordenamento e definição de formas e funções cria espaços para utilização da população. Sua criação não costuma se dar de forma espontânea, geralmente surgindo a partir dos interesses de uma entidade (Estado, Igreja etc.).

Além desses lugares mais comumente remetidos aos espaços públicos, também podemos encaixar lugares como largos, pátios, calçadão das praias, campos de futebol, feiras temporárias, espaços comunitários, entre outros. Estes, embora não possuam uma função tão marcada na conformação da cidade quanto os demais,

possuem papel importante no cotidiano da vida urbana, principalmente por muitos deles surgirem de forma espontânea, a partir da apropriação de vazios ou áreas próximas a edifícios.

Todavia, a análise sobre a produção dos espaços públicos estaria incompleta se olhássemos apenas para a sua construção e ignorássemos a maneira como eles são habitados. Muitas vezes, a apropriação dos espaços públicos sobressai as suas principais definições e a função para a qual eles foram projetados, mostrando a mutabilidade desses espaços que variam de acordo com as necessidades, disputas, vontades e interesses sociais. É quando a *city* se manifesta no espaço. A exemplo disso temos a rua que não apenas funciona como traçado urbano, permitindo o desenho da cidade e o deslocamento nela, mas que também assume o papel de local de encontro para mobilizações políticas, para realização de festas, manifestações artísticas, chegando até a servir de casa para moradores em situação de rua. O beco, não é somente um beco, é um local com potencial de encontro, especialmente para funcionários após o horário de trabalho em uma sexta feira.

Percebe-se então que estes espaços extrapolam suas definições formais e até funcionais para atender a população que o cria e se apropria dele. Dentro dessa perspectiva, podemos entender que o espaço público também é o lugar das expressões, das trocas, das disputas, das manifestações, das lutas e das práticas individuais e coletivas. Além disso, Arendt (2007) o identifica como o lugar da ação e do discurso, no qual as pessoas exprimem sua condição de ser político e social, entendendo que este é o espaço da liberdade e do encontro de homens, considerados na época como iguais. Ela também entende o espaço público como o lugar da visibilidade, onde o ver e o ser visto contribuem para um maior entendimento do outro, levando à construção de identidades, de uma experiência da vida urbana e da expressão de comunidade. Essas trocas seriam responsáveis pela construção do senso comum ou da sua desconstrução, do conflito e da criação de uma realidade. Por fim, os espaços públicos são produzidos a partir do cotidiano da população e de sua diversidade.

Lefebvre (2002) traz essa visão sobre o espaço da rua, ao não defini-la apenas do ponto de vista formal, mas identificando-a como o lugar do encontro, do teatro espontâneo, do ator, do movimento da mistura. Possui função informativa, simbólica, lúdica, onde os grupos se manifestam e se apropriam do espaço. Segundo ele, “uma

tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca” (LEFEBVRE, 2002, p. 30). Também possuindo limitações como encontros superficiais, onde a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, espaço do consumo, da publicidade, da imagem. A rua, assim como os demais espaços públicos, está sujeita as dinâmicas sociais existentes nas cidades, extrapolando os propósitos para os quais foi projetada.

Dentro dessa dualidade entre construir e habitar que surgem conflitos, disputas, acordos e competições. A vida coletiva em uma cidade acaba por levar a uma necessidade de organização da produção desses espaços, sejam eles públicos ou privados. Rolnik (1995, p. 20) explica que “da necessidade de organização da vida pública na cidade, emerge um poder urbano, autoridade político-administrativa encarregada de sua gestão”. Essa administração acaba por criar ordens, regulamentos, definindo o que é permitido e proibido e tal organização possui tanto uma hierarquia quanto uma expressão espacial. Os habitantes da cidade estão em constante relação com essas regras, principalmente nos espaços públicos, ao se depararem com a fila do ônibus, os semáforos, faixas de pedestre etc. Todavia, nem todos esses regulamentos e organizações se expressam de maneira igualitária dentro da cidade, muitas vezes favorecendo uns mais do que outros. É então neste panorama de desigualdade que vão aparecer movimentos e manifestações reivindicando seus direitos, mais precisamente seu direito à cidade.

Lefebvre (2001) entende que a vida urbana é composta por um jogo de opostos (segurança e abertura, certeza e aventura, unidade e diferença, isolamento e encontro etc.) que se configuram como as necessidades sociais. A expressão dessas necessidades nos espaços através de sua apropriação, da realização da vida cotidiana se configura como uma das formas de produção do espaço. O direito a essa vida urbana, a se criar e produzir o espaço social urbano é que se configura como o direito à cidade. Ele pode existir na forma de disputa entre as maneiras de apropriação da cidade, sejam elas materiais e simbólicas (SANTOS, 2018). Também se constitui no direito à participação nos processos de decisões quanto às mudanças na cidade e nas transformações dela. Segundo Harvey (2013), o direito à cidade faz parte da construção humana, é um direito coletivo. Ele entende que ao mudar a cidade estamos mudando também a nós mesmos.

A partir destes conceitos, podemos constatar então que o espaço público é onde o direito à cidade pode se expressar, dando visibilidade ao coletivo e as diferentes realidades. Todavia, como já mencionado, os interesses e, conseqüentemente, o direito à cidade é conflitivo e, segundo Lefebvre (2001), envolve participação e apropriação e não se realiza no sistema capitalista. Nos propomos então, com este trabalho, a refletir sobre a manifestação do direito à cidade nos espaços públicos. Para isso, começamos nossa análise no presente, procurando responder perguntas como: onde se encaixam os espaços públicos no contexto contemporâneo? Que estrutura de sociedade está produzindo este espaço e quais os agentes que o transformam?

2.3 A CIDADE CONTEMPORÂNEA: AGENTES QUE MODELAM ESSA REALIDADE

Para responder as perguntas que surgem com relação aos espaços públicos, primeiramente, vamos nos debruçar sobre os agentes que atuam sobre a cidade e, conseqüentemente, nos espaços que fazem parte dela no mundo contemporâneo. Avaliamos até então que as diversas transformações que passamos a cada momento, sejam elas sociais, tecnológicas, políticas, econômicas ou culturais, afetam diretamente a forma como nos relacionamos com o espaço e entre nós. Observamos em nosso mundo globalizado, uma alta interação entre os diferentes países, onde a influência de cada um ultrapassa as barreiras geográficas (OLIVEIRA, 2012). Esse fenômeno se destaca em diversos aspectos do nosso cotidiano através dos meios de comunicação (jornais, televisão, internet), meios de transporte (carros, ônibus, trens e aviões), economia (produtos oriundos de diversos países e consumidos mundialmente, compra de ações, terras e materiais em todas as partes do globo), trocas sociais (redes sociais, shows, manifestações, conferências), entre outros. Dessa forma, notamos que as distâncias se tornam relativas, as culturas se misturam e as escalas de análise da produção do espaço variam.

Com as mudanças de escala que se iniciam no século XX, a produção do espaço também sofre alterações. Observa-se uma reorganização do espaço preexistente, buscando atender as necessidades atuais e, muitas vezes, subvertendo uma espacialidade já consolidada, a exemplo dos campos e das paisagens rurais (LEFEBVRE, 2006). Essa mudança de escala também interfere nos territórios, levando à integração e desintegração do local e da nação. A escala local agora

também pode dialogar diretamente com a global, devido a mudanças nas instâncias mediadoras que agora operaram de outra maneira. Com essas mudanças, o Estado também se vê dentro da escala mundial sendo impelido a se adaptar a modelos que não necessariamente condizem com as características de seu território. Segundo Lefebvre (2006, p. 45-46):

o Estado se consolida à escala mundial. Ele pesa sobre a sociedade (as sociedades) com todo seu peso; ele planifica, organiza 'racionalmente' a sociedade com a contribuição de conhecimentos e técnicas, impondo medidas análogas, senão homólogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder. O Estado esmaga o tempo reduzindo as diferenças a repetições, a circularidades (batizadas de 'equilíbrio', 'feed-back', 'regulações' etc.). O espaço o arrasta segundo o esquema hegeliano. Esse Estado moderno se põe e se impõe como centro estável, definitivamente, de sociedades e espaços (nacionais). Fim e sentido da história, como entrevira Hegel, ele achata o social e o 'cultural'. Ele faz reinar uma lógica que põe fim aos conflitos e contradições. Ele neutraliza o que resiste: castração, esmagamento.

De acordo com Rolnik (1995) o Estado possui o papel de autoridade político-administrativa, que surge a partir da necessidade de organização da dimensão pública da vida cotidiana. Sua atuação na cidade capitalista funciona no controle da população, na produção de condições de acumulação do capital e na intervenção nas contradições e conflitos. Essa instituição costumava se organizar, em tempos passados, estabelecendo uma centralidade na cidade, onde ficavam suas principais funções. Hoje, com a tecnologia, essa concentração se dá de forma virtual, não necessitando ter uma representação espacial física. Tal ferramenta permite que o controle do Estado seja realizado à distância, o que torna este poder urbano menos visível, contribuindo para a criação de muralhas invisíveis na cidade.

O Estado intervém na cidade a partir de uma leitura mecânica da mesma, entendendo-a como uma circulação de diferentes fluxos (veículos, pessoas, tropas, mercadorias etc). Em diversas circunstâncias, essa instituição contribui para uma produção do espaço baseada na racionalização, entendendo que uma cidade planejada permite maior controle e ordenação das pessoas e do espaço, com o intuito de evitar conflitos (ROLNIK, 1995). Essa tentativa de simplificar a cidade traz perdas para o ambiente urbano, inclusive de liberdade (SENNETT, 2018). No entanto, este controle é ilusório, pois a cidade é muito mais complexa do que o simples ordenamento de pessoas e bens, sendo esta repleta de lutas pela apropriação do

espaço, vontades e de disputas de poder. Por não entender essa dimensão da cidade é que o Estado acaba por favorecer, mais ou menos, segmentos da sociedade e essa política discriminatória contribui para a produção e gestão da segregação espacial.

O papel do Estado e as políticas públicas que são aplicadas por assumindo a função de manter as condições de dominação, um certo controle da sociedade, atuando ao lado de uma ordem hegemônica. Uma das lógicas contemporânea se baseia no modelo econômico neoliberal, que contribui para uma expressão maior dos interesses de classes dominantes. Segundo este modelo, o Estado estaria ligado ainda a uma supervalorização do privado, em detrimento do estatal, principalmente na década de 80 (TEIXEIRA, 2004). Passa-se a ter uma mercantilização do que deveriam ser direitos, como questões de saúde, educação, habitação, saneamento básico etc. A esfera pública então perde seu poder como instância reguladora, transferindo este papel ao mercado (TEIXEIRA, 2004). Todavia, a máquina do Estado não é capaz de manter a ordem por completo, de acabar com os conflitos das cidades, especialmente porque a hegemonia é instável, vários grupos ou forças sociais disputam a cidade. Dessa forma, ela se configura como mais do que um reflexo da economia ou da política, pois o ambiente construído é resultado de uma vontade, da relação entre *ville* e *cit * (SENNETT, 2018).

Entretanto, temos exemplos claros de como a relação de escala e o papel do Estado têm influenciado a produ o do espaço quando nos debruçamos sobre modelos de urbaniza o que vêm surgindo do final do século passado para cá. Um exemplo que podemos citar   o do planejamento estratégico, que tem como inten o principal a transforma o da cidade, escala local, em uma competidora mundial (VAINER, 2002). Com esse fim, o investimento do Estado busca tornar a cidade atrativa para o capital global, seja através de incentivos para o mercado ou na transforma o da história local em mercadoria. Assim, observamos muitos monumentos, edifícios e espaços públicos tornando-se pontos turísticos para o consumo e lazer de pessoas provenientes de outras na es. Percebe-se assim uma espetaculariza o da cidade e o descaso para com os habitantes que nela vivem. Estes modelos são um exemplo da produ o do espaço social pelo poder político e pelo capital, como trazido por Lefebvre (2006), que entendem o espaço como mercadoria, com alto valor de troca e uso reduzido.

Oliveira (2012) ainda traz o Estado ligado à política do medo, como provedor da segurança nacional, desviando as atenções das instabilidades do mercado. Dessa forma, se observa um Estado pouco ativo na defesa dos interesses coletivos e do bem estar da sociedade como um todo. Telles (1990) argumenta que o senso comum é assim posto em questão e que regimes totalitários, a exemplo do nazismo, são a prova de que o Estado não pode e não é guia moral. Assim, embora de maneira menos óbvia, percebe-se na atualidade o surgimento de diversos governos de extrema direita e que têm ameaçado os ideais da democracia em prol de interesses particulares ou de uma minoria. O espaço passa então a ser instrumento para o pensamento e a ação, sob a forma de meio de controle, de produção, de dominação e de poder, sendo submetido as leis do capitalismo e da hegemonia de classe.

Dentro desse domínio do capital, a economia e as atividades ligadas a ela construíram ideais de felicidade, baseado na venda e no consumo. Um dos motivos é a abundância de mercadoria e não possuir mais a urgência de produzir para sobreviver (OLIVEIRA, 2012). Todavia, é importante ressaltar que esta realidade se aplica a uma parcela da população que tem condição financeira de consumir tais produtos, enquanto outra perece não por escassez, mas por falta de recursos, revelando a crueldade deste sistema. Além disso, o mercado disponibiliza os meios de sobrevivência e convivência, forma de seduzir o consumidor, reduzindo as relações humanas aos momentos de interação econômica. Mentalidade que se reproduz em vários setores e atividades exercidas na cidade, inclusive na esfera pública, sendo um exemplo a privatização de espaços públicos.

A tecnologia é outro ponto importante de ser ressaltado na sua relação com o espaço público, por ter uma forte influência no cotidiano das pessoas e por ter indiretamente assumido o papel de produtora do espaço. A sociedade e tecnologia estão em constante mudança, transformando uma a outra. Segundo Daroda (2012), isso reflete na maneira como o usuário experimenta o espaço urbano, nos seus hábitos, interesses e expectativas, ou seja, influencia sua maneira de produzir o espaço, fazendo com que ele também se subverta às suas modificações. Podemos tomar como exemplo o desenvolvimento dos meios de transporte, que provocam constantes alterações no traçado das cidades e do campo. A implantação de um novo sistema viário mais atual, implica na mudança da rotina de várias pessoas, seja alterando seu deslocamento, seu trabalho ou o seu lazer.

Outra característica associada à tecnologia é o acesso à informação e a capacidade de se compartilhar as coisas. A comunicação não mais se apresenta como problema, sendo acessível para boa parte da população, através da televisão, da internet, das redes sociais etc. Pelo contrário, o excesso de informação e a qualidade dela é que se coloca como um dos entraves do nosso século. Segundo Sennett (2018), a internet também tem facilitado para o acúmulo de poder por pequeno grupo de instituições. Dentre eles pode-se destacar empresas como Facebook, Google, Amazon, Apple, que possuem um pequeno número de monopólios, com produtos e programas que exploram de forma maciça a informação. Quando adquirida, se torna mais personalizada e controladora. Faz-se necessária então uma seleção dessa informação. Para isso, é necessário se ter um senso crítico, sólidas bases de mundo e fortes convicções sociais.

Quando se fala em convicções sociais, Vera Telles (1990) traz reflexões interessantes sobre o pensamento de Arendt na contemporaneidade. Ela afirma que hoje a sociedade é forçada a enfrentar problemas de convivência sem as garantias que costumavam vir da religião. Perdeu-se o guia que os auxiliava nas imprevisibilidades e instabilidades da vida, deixando-os assim sem critérios para compreensão do mundo, para torná-lo familiar. Com a perda da religião, da tradição e da autoridade como guias morais, perde-se também as bases do mundo, fazendo com que seja possível tudo mudar a qualquer momento. Em um mundo globalizado, onde existe uma grande disseminação de informações, trocas de culturas, religiões e pensamentos, a existência de uma visão de mundo única, de um 'senso comum' é muito improvável. Assim, a criação de critérios e referências a partir das convivências, que contribuiriam para o desenvolvimento de um 'senso comum', se tornam cada vez mais distantes da nossa realidade, quando nos deparamos com nossa estrutura social atual. Percebe-se que nas nossas relações pessoais, entra em destaque a figura supervalorizada do "eu", cujo individualismo, alimentado pelo capitalismo, repercute na forma como criamos e utilizamos os espaços. Dessa maneira, se perde aos poucos a noção de coletivo, de cidadão, assim como desvirtua a noção de moral e dos valores éticos.

Isso é refletido em alguns dos principais problemas que enfrentamos hoje em dia como guerras, disputas de poder, degradação ambiental, poluição, miséria

humana, desigualdade social e econômica, como também questões referentes à ética, valores e princípios.

Outra consequência da individualização da sociedade e dos seus membros é a desintegração da cidadania e o esvaziamento do verdadeiro espaço público e sua transformação em ambiente de discussão de vida privada. A questão pública transforma-se na exibição e troca de informações sobre a questão privada, numa forma de terapia pessoal, em que o indivíduo vai ao público encontrar-se com outros indivíduos que atravessam os mesmos problemas, discutir sobre eles, podendo voltar para casa mais leve. Dessa intensa privatização do mundo tem-se a extrema pobreza e miséria (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Essa reflexão de Oliveira (2012) também pode ser aplicada dentro da lógica da tecnologia, mais precisamente da internet e das mídias sociais, onde a discussão da vida privada, dos sentimentos e das ideias são disseminadas por uma rede infinita. O espaço virtual transcende as barreiras físicas, fazendo com que todo e qualquer pensamento, tenha ele embasamento ou não, percorra todo o globo e influencie pessoas. Essa troca de ideias também contribui para alimentar essa inexistência de senso comum.

É trazendo o assunto para as esferas pública e privada que nos aproximamos agora das cidades para melhor entender as relações entre essa sociedade e o espaço que ela constrói. Segundo Rolnik (1995), as grandes cidades se estendem no território, reduzindo as barreiras entre o urbano e o campo através das periferias, dos subúrbios, dos distritos industriais, dos loteamentos rurais, das estradas e vias, tendendo a devorar todo o espaço. Elas se tornam então o espaço do artificial, que destrói e domina a natureza. Também absorvem as características da sociedade contemporânea como a velocidade da circulação, os fluxos de mercadores, de pessoas, de capitais, a tecnologia etc. Sennett (2018) traz que a conformação de muitas cidades absorve essa globalização ao se observarem cidades padronizadas em todo o mundo, que não passaram por grande experimentação em sua forma. Ela se configura como um lugar complexo, com contradições e ambiguidades que tornam a experiência de seus usuários mais rica (SENNETT, 2018). Sua implantação se dá a partir da produção excedente, estando ligada a acumulação e aglomeração de pessoas e bens. É o local permanente de moradia e trabalho, como também é sede do poder e da administração, que ordenam e organizam essa forma de vida coletiva, o Estado.

As cidades absorvem os ideais capitalistas, se tornando os centros da produção e do consumo, muitas vezes se colocando acima da política. Assim, o mercado domina a cidade, também contribuindo para a segregação de espaços a partir da divisão de mundos: do trabalho, da moradia, da família, do lazer. A cidade é então um quebra cabeça, onde cada peça é definida por uma característica e os habitantes não necessariamente conhecem as demais peças. São essas divisões, em sua maioria invisíveis, que definem o lugar de cada coisa e de cada pessoa dentro da cidade. Essas divisões também levam a uma redefinição dos espaços público e privado da cidade, que, como já discutido, podem estar sobrepostos. Rolnik (1995) cita o exemplo da sala de visitas, que é o espaço público dentro do espaço privado da casa. Observamos então que a cidade possui uma forte segregação espacial.

Nas cidades atuais, todos aqueles que nela moram possuem os mesmos direitos, em teoria, mas não na prática, onde se constata as desigualdades socioespaciais, atravessadas pelas ações do poder público, capitalista e da sociedade civil (SANTOS, 2018). São também o lugar de movimento, fluxos e de sobreposições de diversas áreas, dentre elas dos interesses coletivos e individuais, de questões históricas, da política etc. Ao mesmo tempo, é onde se estabelecem as trocas, encontros, disputas, contribuindo para a formação da experiência humana. Santos (2018), define as cidades contemporâneas como campos de batalha entre os poderes globais e as identidades locais, onde se tenta chegar a um denominador comum com relação aos fluxos de troca. Também a identifica como local de disputa de valores, onde cada espaço é pensado como peças publicitárias, sendo também densas e mutantes, se adaptando às tecnologias e ao consumo.

Assim, o espaço se torna parte do intercâmbio de bens, pessoas e informações, colocando a cidade como local de maior atuação capitalista, intensos fluxos de população e distribuição de renda desigual (SANTOS, 2018). Isso pode ser notado através da divergência na produção do espaço, que se divide em áreas consideradas nobres e as periferias, favelas, ocupações informais. A cidade é então heterogênea, onde poucos ocupam muito espaço e poucos dividem espaços pequenos, se caracterizando por distintas vidas cotidianas, que muitas vezes não dialogam entre si, o que reforça o individualismo e o medo, intensificando as ideias de imprevisibilidade e diversidade socioculturais como valores sociais descartados (SOUZA, 2018). Segundo Rolnik (1995, p. 52), “a segregação é produto e produtora do conflito social”.

Essa diversidade, essa desigualdade, contribui para o aumento da violência, seja ela dos crimes, dos acidentes de carro, da precariedade da habitação, do descaso com a natureza, entre outros (ROLNIK, 1995). São sentimentos nutridos a partir dessa situação que vão refletir numa busca intensa por segurança, levando ao isolamento de parte da população e incentivando a construção de espaços fortificados, homogêneos e privados. É esse medo da complexidade que, segundo Sennett (2018), acaba por fechar a cidade, tanto em suas construções quanto para a vida, sendo este um problema de valores e de economia política. Enquanto isso, os demais habitantes da cidade continuam por utilizar os espaços públicos muitas vezes precários em infraestrutura que, na maioria, se encontram próximos de suas casas. Ana Beatriz ressalta então que

os usos dos espaços da cidade transcendem o sentimento de insegurança, a frequência nesses espaços, sejam eles públicos ou privados, é também relacionada a fatores estruturais, como condições de vida e práticas culturais, que interferem diretamente nos seus usos, atenuando a segregação social (SANTOS, 2018, p. 32-33).

Somado a isso, as tentativas de fugir dessa realidade “insegura” contribuem para a redução da tolerância entre os ocupantes da cidade. Dessa forma, vemos que a muitos dos considerados “indesejados” são negados espaços da cidade, não podendo se estabelecer e se apropriar de áreas consideradas mais nobres, limitando assim, os locais de realização da vida (SANTOS, 2018). Essa conformação da sociedade contemporânea a leva a se apropriar dos espaços de maneira distinta, muitas vezes de forma temporária.

Percebemos dessa forma que os espaços da cidade são de uso restrito, limitado, o que nos faz questionar a liberdade de apropriação desses espaços pelos diversos grupos sociais que vivem ali. Dessa forma, eles estão em constante disputa, sempre sujeitos a possibilidade de novos conflitos. No entanto, o urbano ainda se apresenta como o local do encontro de pessoas, onde eles exprimem sua necessidade de se conectar com a cidade, fazendo-se importante a existência de locais de parada, onde os fluxos da vida cotidiana possam ser interrompidos ou ao menos desacelerados. É dentro desse contexto que se encaixam os espaços públicos, que devem ser pensados para atender as necessidades das pessoas que vivem e vivenciam a cidade.

2.4 O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS DIFERENTES REALIDADES

O movimento pós-moderno, foi importante para os estudos dos espaços da cidade, pois foi nesta época que se intensificaram as pesquisas sobre o assunto em diversas áreas como: planejamento urbano, geografia, antropologia, sociologia, arquitetura e urbanismo, psicologia social, entre outros (SOUZA, 2018). Essa repartição dos estudos do espaço está ligada à crítica feita por Lefebvre (2006) de que cada ciência vai se apoderar de uma parte do espaço, se aprofundando dele, no entanto, sem necessariamente conectá-lo com os demais campos do conhecimento. Segundo ele, faz-se assim o recorte dos espaços sociais em espaços parciais, levando também a um recorte da sociedade em si, fragmentando-a em um conjunto de espaços menores: do habitat, do trabalho, do lazer, do esporte, do turismo etc.

Então, a atenção se dispersa e se perde em considerações ora sobre o que há no espaço (as coisas, tomadas à parte, relacionadas a elas mesmas, a seu passado, a seus nomes), ora sobre o espaço vazio (separado do que ele contém), ora, portanto, sobre os objetos no espaço, ora sobre o espaço sem objeto, neutro (LEFEBVRE, 2006, p. 137)

Isso se reflete nos estudos da arquitetura e do urbanismo, onde o período viria como uma superação do modelo racionalista, de grande escala, de níveis metropolitanos, de alta tecnologia e funcionalidade, característico do urbanismo moderno. Acredita-se, então, que a cidade é um espaço fragmentado, com sobreposição de formas passadas e que deve ser produzida e transformada aos pedaços, através da valorização das tradições e histórias locais (SOUZA, 2018).

Dentro deste contexto, o próprio advento da contemporaneidade foi um dos motivos de interesse no tema dos espaços públicos na década de 90, na medida em que vários autores acreditam que as mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que se intensificaram neste período, contribuíram para o afastamento da população dos espaços públicos, assim como significativas mudanças na esfera pública. Segundo esse ponto de vista, a cidade contemporânea se caracterizaria pela fragmentação socioespacial e pela crise dos espaços públicos. Estes últimos teriam perdido características como a copresença das diferenças e da diversidade, discussão e deliberação do bem comum e/ou público, exercício da urbanidade, civilidade, cortesia, polidez, cosmopolitismo, cidadania, democracia e sociabilidade pública.

Souza (2018, p. 183) ressalta que essa linha de pensamento se baseia em um conjunto de forças e eventos como: “cortes nos orçamentos públicos; a violência nas grandes cidades; leis e políticas públicas que restringem a liberdade; o crescimento da privatização e da gestão privada desses espaços”.

Sennett (1988) descreve um “espaço público morto” na modernidade, que perdeu suas funções iniciais para se tornar um lugar de passagem. Dessa forma, parques e passeios públicos transformaram o caminhar em uma forma de lazer, a exemplo do Passeio Público do Rio de Janeiro, construído na segunda metade do século XVIII. Ele ressalta uma mudança no comportamento público, cujas relações se tornam mais superficiais, onde o homem público assumiu o papel de figura passiva, ou seja, estranhos não deveriam se falar nas ruas. Assim, as metrópoles descaracterizaram o sentido dos espaços públicos e da vida pública, onde as trocas e encontros ocorrem de maneira superficial. Tais mudanças sociais teriam levado a um sentimento de individualidade ainda maior na sociedade contemporânea, o que levaria as pessoas a perder a confiança e o interesse na esfera pública e no bem comum. Sennett (2015) ainda destaca que muitas das interações que antes se davam nos espaços públicos hoje se dão nos ambientes de trabalho, sendo mais comum observar pessoas mais velhas interagindo com desconhecidos nos espaços públicos ou grupos previamente formados/com interesses em comum.

Tal exemplo nos mostra uma das características da nossa sociedade. Temos que levar em conta também que vivemos em um modelo de vida acelerado, onde poucas pessoas “tem tempo” para parar e apreciar a vida, ou o local onde se encontram. Como diria Schwarcz, vivemos em uma temporalidade acelerada, onde usamos os inventos para produzir mais e acelerar ainda mais (O MUNDO..., 2020). Isso contribui para caracterizar os espaços públicos como lugares de passagem, pois estamos sempre “correndo” para a próxima tarefa. Ainda nesse sentido, o desenho de muitas das nossas cidades, voltado para o automóvel, não contribui para a parada. O próprio ato de caminhar prescinde um descanso, mas observa-se poucos bancos, pouca iluminação, ausência de sombras e árvores nas calçadas, em sua maioria estreitas, ou seja, ambientes inóspitos para a permanência. Além disso, nos deparamos diversas vezes com arquiteturas hostis, como bancos inclinados, pedras e pinos no chão e em bancos, que não apenas inibem o público para o qual foram destinados, mas também os demais. São medidas como essas que mostram também

as falhas e incoerência dos projetos, do entendimento da cidade e das necessidades das pessoas. Ruas, praças, parques precisam atender ao usuário do dia a dia, entender sua rotina e apresentar soluções para as urgências das pessoas. Compreender que a caminhada, a estadia no espaço público prescinde de banheiros, bancos, sombra, proteção contra intempéries, lixos, iluminação é entender que o usuário precisa de cuidados, que ele pertence aquele local e aquele local pertence a ele.

Sobre o ponto de vista do usuário, a sobreposição das esferas públicas e privadas como ressaltada por Arendt (2007) faz com que a individualidade invada os espaços públicos como é o caso de automóveis particulares e telefones celulares. O espaço público também absorve a cultura do “eu”, adotando constantemente a teoria de que “eu tenho direitos, mas os deveres são dos outros”. São muitos os casos de descuidos com o espaço público, não só dos administradores da cidade, mas também da população em si. Os pequenos hábitos, por menores que sejam, de jogar lixo no chão, urinar na rua, degradar equipamentos públicos etc. por si só tornam esses espaços inóspitos para aqueles que querem usufruir dele. Torna-se necessária a criação de uma consciência daquele espaço como algo coletivo, que pode ser incentivada a partir da qualidade do espaço a ser habitado, que inibe pelo menos parte das pessoas a estragar o ambiente. É uma das maneiras onde a *ville* pode influenciar a *cité* sem destruí-la ou negá-la. Faz-se necessário entender também que esse espaço não é dual e sim complexo, é uma necessidade da nossa sociedade. Percebe-se que os comportamentos variam tanto de este espaço não é meu, logo, não preciso cuidar dele, quanto vai-se ao extremo, entendendo que este espaço é meu, privado, logo ninguém deve fazer usufruto dele sem permissão.

Todavia, nem toda atividade doméstica/individual deve ser pensada como prejudicial para o espaço público. Ato como comer e trabalhar fora do ambiente privado são bons exemplos, pois transmitem a ideia de que as pessoas consideram esses lugares habitáveis e se sentem confortáveis neles (SOUZA, 2018). Afinal, os espaços se configuram pela mediação entre as dimensões pública e privada da vida social. No entanto, os problemas se dão quando uma esfera anula a outra ao invés de dividirem os espaços.

Isso se dá em muitos dos casos que vemos hoje em dia, como mesas de restaurantes ocupando calçadas e espaços públicos administrados pela iniciativa

privada. O planejamento estratégico, já mencionado, também contribui para essa tendência, ao transformar o espaço público em mercadoria, não se preocupando mais em atender às necessidades da população que deles se utiliza no dia a dia e sim dos padrões de atração mundial. Para esse modelo de produção de cidade pensada como museu, o espaço público se resume a ponto turístico e/ou como espaço de relevância histórica. Pensados como publicidade, esses espaços passam por requalificação, muitas vezes subvertendo a lógica de vida que existia neles. Tais reformas costumam ser atreladas a equipamentos de segurança, regulamentações e limitações de uso (SANTOS, 2018), medidas essas que inibem a apropriação espontânea assim como contribuem para a exclusão de determinados públicos. Essa transformação dos espaços públicos em cenário, contribui para o empobrecimento das experiências nas cidades e para negação de conflitos, intensificando o esvaziamento da esfera pública (SANTOS, 2018).

A tentativa de homogeneização e privatização dos espaços da cidade tem ligação com a necessidade de tornar a cidade segura e isso está destruindo os verdadeiros espaços democráticos da cidade. Esse processo apenas intensifica a privatização da vida pública e a exclusão de alguns grupos sociais. As mesmas correntes de pensamento também se proliferam no Brasil. A crescente construção de loteamentos e condomínios fechados se apresentam como mais uma forma de separação de classes, levando a uma segregação socioespacial, à uma negação da cidade e uma fuga dos espaços públicos pelas classes mais altas. Levando a uma classificação desses espaços como abandonados e deixados para os pobres, fruto de um discurso de violência amplamente reproduzido pela mídia e que afeta a vida pública. Ponto ao qual Rolnik (1995, p. 49) se refere ao descrever:

A gênese desta arquitetura de isolamento fez parte da redefinição de noção de espaço privado e público que ocorre neste momento. Para a burguesia, o espaço público deixa de ser a rua – lugar das festas religiosas e cortejos que engloba a maior variedade possível de cidades e condições sociais – e passa a ser a sala de visitas, ou o salão.

Com isso vem a definição de que os espaços públicos estão em crise, que muitas vezes se baseiam em modelos históricos de construção e apropriação desses espaços. Esse ponto de vista deve sim ser considerado, mas não tido como determinante. Souza (2018) acredita no fim, com sentido de finalidade, dos espaços

públicos, visão diferente da de vários autores. Acredita que estes espaços ganharam novos usos e finalidades. Afinal, se declararmos o fim dos espaços públicos, o que nos resta de cidade e espaços democráticos? Como se definiriam então os locais onde a vida pública ainda se realiza? A cidade encontra-se em constante mudança, assim como a sociedade que nela vive. E, assim como ela, estão os espaços públicos, se adaptando às novas necessidades sociais desenvolvidas pela sociedade.

Segundo Rolnik (1995), a cidade contemporânea é o centro da produção e do consumo, onde não há quase mais nenhum espaço que não seja permeado por isso. Percebemos que a produção do espaço na cidade busca criar uma homogeneidade social, também voltada para o consumo: shopping centers, parques temáticos, loteamentos e condomínios fechados, centros empresariais e comerciais (SOUZA, 2018). Tais práticas corroboram com a privatização e mercantilização dos espaços públicos, muitas vezes pensados para o entretenimento e o lazer de consumo, levando à separação de públicos e às vezes, a gentrificação de lugares próximos aos espaços mais conhecidos e prestigiados.

Assim, não se pode separar mais a produção da cidade contemporânea do capitalismo e os espaços públicos também são prova disso. Barracas de praia, lojas nas ruas, propagandas em outdoors, feiras em praças, cadeiras de restaurantes nas calçadas. Esses são alguns exemplos comuns de como a produção e o consumo se apoderam dos espaços públicos. Tais intervenções funcionam como uma faca de dois gumes. Por um lado, atraem pessoas para esses locais, promovendo atividades para os usuários e contribuindo para a apropriação e permanência delas ali, no entanto, também se tornam excludentes quando limitam o público e restringe a livre utilização de determinados grupos sociais. Em Salvador, essa prática se tornou comum de uns anos para cá, através de eventos como a Feira da Cidade, o Salvador Boa Praça e a Feira da Sé. Alguns desses eventos podem contribuir para a promoção de pequenos empreendedores, no entanto, a realização de boa parte dos seus eventos em áreas nobres e/ou turísticas da cidade levanta o questionamento sobre o quão inclusivos eles são. Além desses eventos temporários, vemos exemplos permanentes da utilização do espaço público voltado para o lazer e consumo como restaurantes que colocam cadeiras e mesas nas ruas e calçadas, *parklets*, barracas de praia etc. Exemplos como este nos levam a questionar sobre essa transformação dos espaços públicos em um espaço coletivo-privado a céu aberto.

Pensando sobre espaços coletivo-privados, podemos refletir como muitas cidades são pensadas para atender aos interesses de uma minoria, que valoriza a individualidade e o isolamento, o que acaba por priorizar a construção de espaços fechados em detrimento dos abertos. Se pararmos para comparar todos os esforços para se construir um shopping center que vai desde a pesquisa de público, de local e envolve investimentos altíssimos, com a construção de praças, muitas vezes adaptadas de resíduos viários e de uma padronização de equipamentos veremos como é discrepante essa realidade. Tal lógica de construção impacta diretamente no uso e na qualidade dos espaços públicos. Favorecendo então a criação de espaços engessados, com definição prévia de usos e/ou com possibilidade de geração de lucros, restringindo assim a espontaneidade de apropriação desses espaços. Dentro dessa lógica de lucro, observa-se uma preocupação maior com um mínimo de investimento e maior velocidade de execução.

A divisão da cidade em setores como habitat, trabalho, moradia etc, também contribui para gerar um condicionamento de atitudes, de pessoas que pouco inventam os espaços e precisam definir a função de cada espaço criado. Assim, observamos uma disseminação da construção de espaços públicos com formas e funções pré definidas. Em Salvador, por exemplo, se observa os mesmos tipos de equipamentos urbanos em diversas praças, que variam entre parque infantil, academia da terceira idade, equipamentos de ginástica e quadras a depender das dimensões da praça, em sua maioria seguindo o mesmo padrão. Esse engessamento dos espaços públicos reforça a característica de ordem e controle praticadas pela administração das cidades. Isso demonstra também uma falta de cuidado em entender as diversidades de cada região da cidade e da população que ali vive, produzindo espaços que não dialoguem com a lógica local.

Todavia, a natureza humana consegue extrapolar essa funcionalidade, ao se apropriar à sua maneira das áreas não definidas. Alguns exemplos disso são as reuniões em becos, esquinas e ruas, onde o comércio, muitas vezes informal, atrai um público que ali se reúne com os demais. Ou então vemos que a parte arborizada das praças atrai pessoas para piqueniques, conversas em grupo, seções fotográficas, cultos religiosos etc. que discernem dos equipamentos de ginástica, do parque infantil, das mesas de jogos. A natureza também tem uma relação muito importante com os espaços públicos da cidade contemporânea. Lefebvre (2002) questiona como esses

espaços têm sido utilizados hoje para aproximar a natureza, afastadas das cidades devido ao seu grande e acelerado crescimento, assim como da necessidade depredatória, de domínio e controle da produção da cidade. As praças e parques então acabam por funcionar como áreas verdes, onde os cidadãos podem se aproximar desses elementos naturais. Também se configuram como elementos fundamentais na atração de pessoas para os espaços públicos, criando ambientes agradáveis com sombras para proteção do sol, sem falar daqueles que também possuem aromas naturais.

Diferentemente do que é apontado por autores que acreditam na crise dos espaços públicos, algumas das características da sociedade contemporânea contribuem para a utilização deles. Mendonça (2007) vai ressaltar a facilidade que os meios de transporte atuais trouxeram para os usuários, permitindo-os se deslocar pela cidade para usufruir desses espaços. A tecnologia também tem sua participação nessa nova configuração do espaço. Ela está presente na mobilidade, com o uso de aplicativos para chamar transportes, auxiliar no deslocamento menos congestionado, direcionar as pessoas para lugares nunca antes visitados ou permitir o aluguel de uma bicicleta. Também promove a comunicação ao divulgar eventos e encontros que vão de lazer, artístico até mobilizações de cunho político, com os chamados *flash mobs* e *smart mobs*, entre outros (DARODA, 2012). Ou até para registrar injustiças que ocorrem nesses espaços através de mapas interativos. A utilização de iluminação e de painéis televisivos também contribui para a atração de pessoas. Uma reforma no trânsito da Times Square, em Nova York, que abriu maior espaço para os pedestres, nos mostra como as pessoas se apropriam dos espaços públicos que são feitos para elas, desde que eles se tornem atrativos de alguma forma.

Talvez o problema que certos autores enxergam nos espaços públicos é o de querer eles sejam usados de uma forma que a sociedade não mais comporta. Muitas das relações e trocas que fazemos hoje em dia não se dão pessoalmente e sim virtualmente, tanto debates, organizações políticas, movimentos sociais etc. Isso por uma facilidade de concentração de pessoas em um só espaço e difusão de um pensamento comum. Claro, que estes recursos têm suas desvantagens, pois muitos dos que se reúnem ali possuem interesses iguais, ou pelo menos parecidos, fugindo assim da diversidade de ideias e de pessoas que se encontram nos espaços públicos. Ao mesmo tempo, esse é um espaço confortante para uma sociedade que vive em

busca de proteção contra a violência e que encontra no universo virtual uma certa segurança de poder expressar suas opiniões sem necessariamente estar exposta àquelas pessoas. Em contrapartida, ainda se observa que boa parte desses movimentos e encontros que divulgam e compartilham pensamentos no meio virtual, ainda optam pelos espaços públicos para dar voz e visibilidade aos seus protestos. Como Arendt (2007) menciona em seu livro, a realidade se cria quando é vista, e nada melhor do que o espaço das ruas, das praças e parques para mostrar ao mundo essas correntes de pensamento.

Essa realidade é criada principalmente quando o espaço público assume seu caráter político ou de festa. Rolnik (1995) fala que é nas grandes manifestações civis que o espaço público deixa de ser apenas circulação e passa a assumir o caráter de civitas. É nesses momentos que a vontade dos cidadãos desafia o poder urbano através da apropriação do espaço público. Nas celebrações de festas como o carnaval, por exemplo, que a rua deixa de ser o lugar do carro, da velocidade, e passa a ser o lugar da música, da brincadeira, da diversão, da diversidade, da convivência. Ou nas celebrações religiosas, onde o espaço da praia, da praça e da rua se tornam um só, servindo de elemento em comum para demonstrações de fé, que inclusive podem acabar em festa. Rolnik (1995) ressalta que é também nas festas populares que as muralhas invisíveis da cidade se dissolvem e onde a população se manifesta com sua heterogeneidade, divisões, conflitos, alianças, solidariedades.

É neste cenário que o autor entende a rua como o lugar do encontro, do teatro espontâneo, do espectador e do espetáculo, do ator, do movimento, da mistura. Defendendo que ela possui função informativa, simbólica, lúdica, onde se joga e se aprende e que com a sua supressão a cidade vira dormitório. O seu movimento fornece segurança. Tal visão mostra a diversidade de usos do espaço público, ao qual acrescentaríamos também a sua mutabilidade a depender do dia e do horário. O que pode ser o espaço da brincadeira das crianças durante o dia, é também o local das manobras do skatistas à noite. O lugar do comércio e da passagem se transforma no lugar onde a prostituta procura clientes e assim por diante.

Podemos ver com isso que o espaço público ainda é o local da conexão, da diferença, da disputa, dos acordos, lugar para se conviver com o outro e que vem sendo reinventada através dos movimentos de protesto nas ruas, nas reuniões de coletivos em festas, no próprio ato de se pensar a cidade e de se apropriar dela. Essa

maneira de se utilizar a cidade é que traz para os espaços públicos a dimensão do direito à cidade preconizada por Lefebvre (2001).

2.5 ESPAÇO PÚBLICO E O DIREITO À CIDADE

O espaço público é naturalmente um lugar de disputa, onde cada indivíduo ou grupo procura expressar sua individualidade, e definir seu território, mesmo de maneira temporária. No entanto, essa diversidade não necessariamente implica em conflito de interesses, sendo a relação e a convivência entre esses diversos usos que define o espaço como público e não o seu signo ou símbolo, o seu nome de “praça ou rua”. Para uma existência coletiva, constantemente são feitos protestos, travados conflitos, trocas e acordos, nem sempre pacíficos e às vezes não verbais, para o convívio nesses espaços. Ou seja, este é um espaço de negociação. É também intrinsecamente o espaço da democracia, que faz parte da sua essência. Atrelados a ela, estão também a liberdade e a pluralidade que se expressam nesses espaços. É nos espaços públicos que os cidadãos lidam com a ordem e a desordem pública. Sennett (2018) traz o pensamento de Aristóteles de que a diversidade da cidade é que dá vida a ela.

O Estado e os sujeitos na constituição da vida cotidiana, são os responsáveis pela produção e a regularização dos espaços públicos. Regras morais, éticas, sociais e culturais, juntamente com o desenho urbano, que definem comportamentos e os usos nesses espaços. Tais categorias nem sempre dialogam entre si, como Sennett (2018) destaca em seu livro, a *city* e a *ville* não combinam harmoniosamente, a maneira como se quer viver não necessariamente está representada na forma como a cidade é construída. Assim, a cidade se apresenta cheia de “contradições e arestas” (SENNETT, 2018, p. 13). Souza (2018) se baseia nas ideias de Fraser ao determinar que a condição para igualdade nos espaços públicos está ligada à eliminação ou redução das desigualdades sociais sistêmicas. Ela também entende que as relações de dominação e subordinação presentes nestes espaços são uma descaracterização da democracia, onde os grupos dominantes são os principais privilegiados. Discute ainda que a esfera pública é uma arena para a formação e atuação das identidades socioculturais.

Considerando que os espaços públicos são um dos lugares de expressão do direito à cidade, a falta de democracia e a restrição da livre utilização desses espaços infringe esse direito. Isso se dá de diversas formas na nossa cidade. Primeiramente, o Estado que deveria atuar na regularização democrática do uso destes locais, acabam por muitas vezes privilegiar os interesses de uma minoria tanto na construção como na apropriação de praças, parques, ruas, calçadas etc, a exemplo das feiras, parklets e outras atividades mencionadas anteriormente. De acordo com Iacovini (2019), várias iniciativas legislativas têm contribuído na restrição do direito à manifestação. Ele diz que isso ocorre de maneiras mais sutis, como a modificação da rota de transportes públicos para dificultar o acesso aos locais de manifestação até o uso de iniciativas legais, como decretos que restrinjam a ocupação e manifestação política no espaço público. Muitas dessas ações se preocupam mais com o tráfego dos automóveis do que garantir os direitos coletivos presentes na nossa legislação.

Sua interferência também atua na própria construção desses espaços, que buscam atingir um padrão de controle, de segurança e evitar aqueles que são considerados indesejados, na tentativa de criar espaços de homogeneidade nas cidades. A repercussão dessas ações na *ville* podem ser identificadas através da abertura de vias largas em locais de grande adensamento, chegando até a criar o que se denominou de arquitetura hostil em muitos espaços públicos. A própria arquitetura dos espaços públicos muitas vezes contribui para o não exercício pleno do direito à cidade. Muitas cidades não são acolhedoras, não estimulam a livre ocupação dos espaços públicos. Ruas, ruelas e calçadas pouco iluminadas inibem a passagem de pessoas, principalmente de alguns grupos sociais, que já sofrem com a violência das cidades com maior frequência.

Tais grupos encontram dificuldades em se apropriar plenamente dos espaços públicos das cidades. Dentre eles se destacam mulheres, moradores em situação de rua, idosos, pessoas com deficiência, LGBTQ+, skatistas, trabalhadores informais, entre outras minorias que se veem em constante disputa para garantir seu direito de usar os espaços públicos. Esses grupos têm se fortalecido através de movimentos sociais, que se manifestam na tentativa de garantir seus direitos. Segundo Santos (2018, p. 24), “os espaços de uso público acolhem corriqueiramente manifestações de sua população em busca de ser ouvida. São esses locais que divulgam a cidade para o mundo, espaços históricos que demonstram a identidade do local”. Além de

serem importantes para a garantia do direito dessas pessoas, esses movimentos também contribuem para a formação de uma identidade, de uma memória.

Rodrigues (2017), pontua que as mulheres, ao longo da história, nunca tiveram participação no planejamento urbano, o que se reflete em espaços públicos inseguros e vulneráveis, principalmente para elas. Isso se torna visível na forma como as mulheres vivenciam e se apropriam da cidade, sempre se adaptando às condições do meio. Ela ressalta que a mulher nem sempre se desloca pelo trecho mais curto, mas sim pela sensação de proteção que o percurso proporciona. “Quando há falta de iluminação, pouco movimento e falta de visibilidade (pontos cegos), é bem provável que a mulher mude seu percurso, mesmo que isso signifique andar mais” (RODRIGUES, 2017, p. 6). A violência e o assédio contra as mulheres nos espaços públicos ainda são muito altos.

Moradores em situação de rua também encontram dificuldades na ocupação dos espaços públicos, sendo este grupo um dos mais afetados pela arquitetura hostil. Estes locais são pouco pensados do ponto de vista da higiene, a maioria não tem banheiros públicos nem pias para lavar as mãos. Esses grupos se deparam frequentemente com bancos inclinados ou com barras de ferro na lateral, pedras e plantação de espécies espinhosas de plantas embaixo de coberturas, goteiras espaçadas etc. Muitas dessas medidas são inclusive provenientes de pedidos de moradores de condomínios ou donos de lojas e não necessariamente uma iniciativa do Estado. Eles encontram-se extremamente vulneráveis do ponto de vista da segurança, tanto por estarem sujeitos a terem seus pertences roubados e quanto à ataques de violência e crueldade de outros indivíduos. Sem falar do preconceito que sofrem apenas por ocupar esses espaços.

Junto a esses grupos, podemos inserir os idosos e pessoas com deficiência. No caso dessas pessoas, o próprio projeto de muitos espaços públicos e a precariedade de sua condição inibe a sua apropriação, por conta de calçadas desniveladas, esburacadas e equipamentos não adaptados às suas necessidades. A colocação de piso tátil sem critério e fiscalização nas calçadas apenas contribui para a desorientação e acidentes de pessoas com deficiência, ao mesmo tempo que as sinalizas, os pontos de ônibus e outros equipamentos não possuem sinalização e orientação, dificultando a circulação desses grupos pela cidade. Como os demais, eles também estão sujeitos à violência e à falta de segurança.

No caso dos trabalhadores informais como vendedores ambulantes, a situação se agrava por estes estarem constantemente tendo que se defender das autoridades públicas. A venda de seus produtos em lugares públicos não é bem vista, por isso, esse grupo costuma ter seus pertences confiscados, os impossibilitando de ganhar seu sustento. Esses sujeitos também estão mais susceptíveis às reformas urbanas, que não se preocupam com a ocupação do espaço por essas pessoas na hora de demolir praças e calçadas para a construção de vias. Se comparado com o uso de praças, ruas e calçadas com barracas e mesas por setores privados, já mencionados no tópico anterior, vemos as injustiças e o privilégio do mercado formal em ocupar espaços que deveriam ser de uso público.

A população LGBTQ+ é mais uma vítima da discriminação, do preconceito e da violência nos espaços públicos. Segundo Iacovini (2019), o Brasil é o país com o maior índice de assassinato de pessoas trans, sendo que muitos deles ocorrem nos espaços públicos. Além disso, ele aponta que muitos LGBT sofrem com agressões físicas, assédios e até homicídio. O autor defende que todas essas injustiças devem ser levantadas, questionadas e combatidas. Para isso, o espaço público é de extrema importância, pois é nele que se dá visibilidade para estes protestos. Embora redes de apoio, assistência e denúncia existam no mundo digital, é nos espaços públicos que eles ganham força, que reúnem as massas. Iacovini (2019) ainda ressalta que:

Se, por um lado, todos nós construímos a cidade em nosso cotidiano ao conferir sentido e valor a ela a partir de nossas vidas (deslocamentos, atividades, etc.); por outro, temos direito de usar, ocupar, produzir, habitar, governar e desfrutar das cidades de forma igualitária, como pressupõe o direito à cidade. E como fazer isso sem usar, ocupar e desfrutar os espaços públicos? Não há vivência possível de cidade sem a utilização destes espaços; não há direito à cidade sem podermos aproveitar de forma segura, justa, democrática e saudável nossos espaços públicos.

Lefebvre (2006) acredita que as lutas de classes intervêm na produção do espaço. São elas que dão visibilidade às diferenças através das ações políticas das minorias, principais agentes nessa produção. Elas podem se dar de diferentes formas, até pequenos movimentos de resistência podem ser aplicados pelo próprio uso diário da cidade, usos esses que não sigam a lógica dos projetos dos espaços públicos. As próprias experiências na cidade denunciam os problemas do planejamento urbano, revelam as práticas do espaço vivido, aquilo que escapa do controle hegemônico (SANTOS, 2018). A própria existência da *cit *, que não se curva aos modelos

preestabelecidos de espaço já é uma forma de exercer o direito à cidade. Temos em Salvador um exemplo interessante de prevalência do espaço público sobre o privado, quando vamos ao bairro do rio vermelho e vemos que apesar dos bares e restaurantes do local, a rua ainda se configura como protagonista entre os usuários. Vemos assim que o direito à cidade se manifesta na própria contradição dos padrões, numa forma diferente de se apropriar o espaço, no negar o padrão e fazer prevalecer o espaço público.

Apesar de todas essas disputas, ainda existem espaços públicos onde a diversidade aparece de maneira menos conflituosa. Vemos isso nas praias, em festas religiosas ou como o carnaval, onde pessoas se juntam para vivenciar algo comum, coletivo. Segundo Sennett (2018), a *cit * está próxima da cidadania, representando a maneira como se quer viver coletivamente. Ela também   produtora do espaço, que se baseia no fazer decorrente do habitar. Tais constru es que demonstram que os habitantes se apropriaram desses lugares, que exerceram seu direito   cidade.   o que o Sennett (2018) chama de *Homo faber* na cidade, pessoas que realizam pequenas reformas, um fazer modesto. Esses gestos aproximam os habitantes da cidade, criando uma no o de pertencimento daquele lugar, o que contribui para um cuidado com o construído.

De acordo com Lefebvre (2006), o dominado e o apropriado deveriam ir juntos, mas a história os separa. Ele entende que inicialmente havia apropria o sem domina o, e que a segunda surge com as forças armadas, da guerra e das rela es de poder. Dessa rela o, nasce um movimento conflitual, que dura até a vitória opressiva de um dos lados. Entender os processos de produ o dos espaços públicos então se faz necessário para compreender as rela es de apropria o, disputa e produ o que existem atualmente. Por isso, analisar a história da constru o dos espaços públicos se faz importante.

3 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA E O QUE INFORMA E CONFORMA NA CONTEMPORANEIDADE

Acabamos de fazer a leitura do espaço público contemporâneo, apontando os principais elementos que o compõe e os diversos agentes que atuam e comparecem na sua produção. No entanto, nossa análise estaria incompleta se não buscássemos nos aprofundar na sua história, entender de que maneira cada uma das estruturas que conforma essas ruas, praças, parques que vislumbramos nas cidades atuais se apresenta. Compreender também se as formas e funções passadas continuam ativas, se reconfiguraram ou se mantêm. Tornando-se assim imprescindível avaliar as diversas estruturas que permearam e ainda permeiam a concepção desses espaços, pois muito daquilo que consideramos recente na verdade faz parte de uma série de processos.

Com este fim, estudaremos a seguir o papel do espaço público desde a antiguidade clássica até o modernismo, trazendo também um pouco do seu desenvolvimento no Brasil. Dessa forma, acreditamos poder avaliar os agentes que construíram estes espaços, quais as suas funções ao longo do tempo e o papel que desempenhou dentro das cidades em diferentes épocas.

3.1 ANTIGUIDADE ATÉ O BARROCO, PRIMEIROS EXEMPLOS DO ESPAÇO COLETIVO

Como parte de nossa natureza humana, somos impelidos a viver em comunidades, o que faz com que nossas atividades sejam condicionadas a dialogar com nossa vida em conjunto. Um dos exemplos mais importantes dentre as sociedades antigas é a da *polis* grega, principalmente por seu tipo de organização, formada por uma comunidade de cidadãos que possuíam associação de caráter moral, político e religioso, sendo considerada a primeira democracia (TEIXEIRA, 2004). Para melhor entender como essa sociedade contribui para a visão que temos atualmente dos espaços públicos é necessário entender que os grupos que viviam na *polis* eram formados por cidadãos. Na Grécia antiga, só eram considerados cidadãos homens, livres, provenientes daquela cidade-estado, ou seja, mulheres, escravos e estrangeiros não tinham o direito à tal título e às vantagens que ele implicava. É aqui

que fazemos nossa primeira pausa ao entender que o direito à cidade não se dava em sua plenitude até mesmo em uma sociedade que é considerada um exemplo de democracia. Obviamente que não podemos comparar modos de vida e organizações sociais e políticas de épocas distintas, todavia, esse exemplo nos mostra que a exclusão de grupos sociais dos espaços públicos e do exercício ao direto à cidade é uma prática que acompanha a construção destes espaços desde a antiguidade.

Outra característica relevante desta sociedade é a divisão bem marcada entre as esferas privada e pública. A primeira estava ligada à vida doméstica, que ocorria dentro da casa de cada cidadão e era onde ele supria as suas necessidades básicas e carências, sendo estas relacionadas à sua família e ao seu trabalho (sustento econômico). Este ambiente se encontrava fora dos ideais políticos da *polis*, pois nele o homem tinha o domínio absoluto, podendo comportar-se até de forma violenta. No entanto, a vida doméstica era considerada como algo sagrado, já que aquele espaço pertencia a um homem e as decisões tomadas nele não poderiam ter interferência de outros cidadãos. Este divisor, segundo Arendt (2007), é importante para entender a distância que havia entre o privado e o público, estando ligados apenas pelo fato de que ter sucesso na vida privada era “condição natural para a liberdade na *polis*” (ARENDR, 2007, p. 40). O público, por sua vez, está relacionado a todo o resto da *polis*, se configurando como o espaço da liberdade, onde os homens eram considerados como iguais, ou seja, não estavam subordinados a ninguém nem possuíam domínio sobre ninguém (diferente dos escravos do ambiente doméstico). Por esse motivo, nem mesmo o imperador tinha pleno poder sobre essa esfera.

Com isso pode-se inferir a importância da esfera pública para essa sociedade, entendendo que o interesse coletivo se elevava aos interesses privados e como a vida pública tinha grande valor para o homem político, valores que foram se perdendo à medida que o privado e a individualidade passaram a ter mais destaque, aspecto que será retomado mais adiante. Essa valorização da esfera pública pode ser vista nos exemplos de espaços públicos construídos nas *polis* como as ruas retas e as praças principais. A *ágora*, um dos primeiros exemplos de praça, amplamente citado ao se estudar espaços públicos, era uma estrutura urbana essencial, que, no final do século VI, rouba da acrópole o papel político e religioso (HAROUEL, 1990). Nela ocorriam as reuniões da assembleia do povo, sendo o centro da vida política e administrativa, assim como eram espaços onde se realizavam cultos e atividades comerciais. Com o

tempo, passa a simbolizar a independência da cidade, sendo rodeada pelos principais edifícios públicos. Além disso, também faziam parte da composição da *polis* grega outros equipamentos urbanos públicos como o teatro e o ginásio, anfiteatro (que substituíam as assembleias na *ágora* nas cidades muito grandes), *aeropago* (tribunal da cidade) e a acrópole (espaço religioso). Esse conjunto de elementos, juntamente com a distinção entre esferas pública e privada, nos levam a considerar a *polis* como um grande espaço público, excluindo apenas as casas dos cidadãos.

Essa forma de se pensar o urbano como espaço público e a organização de cidadãos como iguais, fazendo parte das decisões tomadas a respeito da cidade é um dos exemplos do que viria a ser o direito à cidade, sempre tendo em mente que nem todos aqueles que viviam na cidade eram cidadãos, ou seja, era um direito restrito. É importante também ressaltar o papel do Estado nessa época, principalmente para as cidades que não estavam sobre o domínio de um imperador. Considerados como iguais, os cidadãos tinham participação nas decisões tomadas para o desenvolvimento da *polis*, constituindo assim o poder político (Estado) grego. Dentre o seu papel estava o de priorizar o coletivo acima do particular, prática que recebeu o nome de direito urbanístico (HAROUËL, 1990). Quanto a isso, Harouel (1990, p. 20) retrata que “uma das maiores preocupações do urbanismo grego é proteger o espaço público contra os empreendimentos particulares”. Isso nos mostra a importância do papel do Estado na regulação e ordenação dos espaços públicos.

Sua única relação é que a esfera da liberdade, encontrada exclusivamente na esfera política, seria atingida apenas na conquista das necessidades da vida em família. Assim, a família era o centro da desigualdade, enquanto o público era o espaço de iguais, lembrando que este direito se aplicava apenas para cidadãos, ou seja, homens livres gregos. Nela, não existia liberdade, que só podia ser atingida pelo chefe de família, ao ingressar a esfera política, se tornando um homem livre.

Quando falamos na antiguidade, também é importante fazer uma análise sobre a civilização romana que, durante muito tempo, conquistou boa parte do território europeu e, conseqüentemente, deixou marcas de seus costumes e sua arquitetura por todo o continente. Ao contrário de muitas cidades gregas, o interesse político romano se encontrava sobre domínio de um imperador, que detinha a posição final quanto as decisões sobre as cidades. O imperador implementava um urbanismo cujas ambições estéticas, políticas e práticas serviam aos seus interesses, ao mesmo tempo

em que era ele quem financiava muitas das obras da cidade. A forma como se pensava a cidade romana terá um importante papel na influência de modelos futuros. Eles entendiam que as suas conquistas e grandes feitos deveriam ser representados através de monumentos situados em espaços públicos, como é o caso de obeliscos e arcos do triunfo, que representavam a glória dos deuses e do imperador. Segundo Lefebvre (2002), os monumentos são elementos usados de forma repressiva, onde o espaço que se organiza em seu entorno é colonizado e oprimido por ele, neste caso, representando o domínio do imperador ou das vitórias romanas.

No entanto, apesar de manifestar os interesses do governante, o coletivo era levado em consideração e colocado acima dos interesses particulares. Harouel (1990) menciona que demolições eram feitas em prol do interesse coletivo, quando se construía um edifício público. Assim, percebe-se que mesmo em um regime não democrático, o espaço público tinha grande importância para essa sociedade, desempenhando um papel fundamental na rotina dos habitantes das cidades. Interessante pensar o quanto os espaços públicos encontram-se à mercê das intenções daqueles que governam as cidades e sua valorização varia de acordo com os jogos de poder.

Todavia, ao contrário dos gregos, o privado e o público já não apresentavam uma separação tão definida, como é ressaltado por Teixeira (2004, p. 90), “os edifícios assumiram um caráter simbólico, deixando de desempenhar apenas uma função unitária, influenciando as fachadas das casas comuns, que passaram a se ‘abrir para fora’, o que repercutiu, também, na relação da família com o coletivo”. A ideia de casas que “abrem para fora” também se apresenta como uma contradição com os dias atuais, onde os muros separam a vida doméstica da pública. Interessante pensar que mesmo em um período marcado fortemente por guerras, a ideia de proteção estava ligada com o coletivo da cidade contra o inimigo que existia fora dela. Chamamos a atenção então para a forma como as muralhas foram cada vez mais se aproximando da vida privada com o passar do tempo.

Nessa sociedade, os espaços públicos a serem destacados são a rua, o fórum e equipamentos de uso coletivo. A primeira era pavimentada, com calçada e as lojas em seu entorno tinham pórticos que criavam proteção contra a chuva e o sol. Percebe-se uma valorização do conforto para os habitantes na busca do diálogo dos elementos da rua com suas necessidades no âmbito da vida coletiva. O papel da calçada aqui

era permitir que as pessoas pudessem circular de maneira autônoma, sem ter que andar pela rua suja e brigar por espaço com os veículos de roda, papel este que vai mudar com o tempo. Assim como na Grécia, a essência da vida romana se dava nos espaços públicos, o *forum* era uma grande praça onde ocorriam diversas atividades como mercado, local de reunião e encontro e era considerado o centro da vida pública. Era rodeado por edifícios públicos e representava o coração da cidade romana, papel que o assemelha à *ágora* grega. Dentro da cidade antiga romana existiam edifícios destinados ao lazer como teatro, circos, anfiteatro, bibliotecas, pontes e termas, geralmente conectados por uma praça especial.

Por sua vez, a Idade Média trouxe novas formas de se pensar e construir os espaços urbanos e conseqüentemente os públicos. Segundo Teixeira (2004, p. 91), as cidades medievais “[...] representavam o espaço político da liberdade e da expectativa em oposição aos feudos, onde predominava a opressão e a submissão”. Ao mesmo tempo em que Lefebvre (2002) entende que a cidade medieval iria renovar a cidade política da Grécia Antiga, passando a transformá-la. Assim, o surgimento dessa cidade estaria ligado a uma luta de classes na qual os comerciantes criariam um ambiente que os libertasse dos interesses e da dominação dos senhores feudais. Dessa forma, a cidade se configura como a sede da comunidade burguesa, artesã e de mercadores, cuja organização, com base na cooperação, dava aos habitantes da cidade o status de cidadãos (TEIXEIRA, 2004). A política urbana era baseada em uma administração municipal cuja relação entre poder/domínio e organização da cidade estavam mais próximas.

O papel e a influência que a Igreja Católica ganha peso e, nesse período, também é importante para entender as relações e a estrutura dessa sociedade, pois é a partir dela que vai se configurar a ideia de comum. Essa instituição servirá de guia moral e de orientação para as tomadas de decisões das comunidades. Arendt entende que

o conceito medieval do ‘bem comum’, longe de indicar a existência de uma esfera política, reconhecia apenas que indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum, e só podem conservar sua privacidade e cuidar de seus próprios negócios quando um deles se encarrega de zelar por esses interesses comuns (ARENDR, 2007, p. 44).

Como já visto no capítulo anterior, essa visão do comum atrelada aos ideais e morais da Igreja vai ser perdida com o tempo, hoje em dia, o papel que esta instituição

possui não é mais unitário, disputando espaço com outras formas de pensamento. Isso contribuiu para a fragilização do senso coletivo único, que agora varia de acordo com as comunidades e grupos sociais. Nesse período, a fé em comum contribuía para criar uma comunidade dentro de um grupo de cooperações com pensamentos e interesses diferentes, relação mais difícil de se ver na atualidade, por conta da complexidade das cidades.

Com essa base, podemos nos debruçar sobre a produção do espaço urbano medieval. Primeiramente, é preciso entender que o crescimento da cidade não estava vinculado ao lucro, mas sim à segurança, ao mesmo tempo que o seu desenho urbano buscava atender aos hábitos da vida pública, pois muitos dos negócios eram realizados ao ar livre. Dito isto, cada associação se organizava em torno de áreas de interesse comum, principalmente em frente à Catedral e/ou palácio municipal, configurando uma espécie de praça/pátio. Também se dispunha nas proximidades das muralhas, que existiam no entorno da cidade e davam um sentimento de unidade e segurança para os habitantes, devido à organização estratégica de comerciantes que trocavam seus produtos com os viajantes que ali chegavam. Era nas praças e pátios onde ocorriam as feiras livres, os mercados, os casamentos, as comemorações, as execuções e os torneios. Teixeira (2004, p. 92) menciona que a praça “era, pois, o ambiente da cultura popular e da linguagem não oficial principalmente nos dias de festa e feira, diferentemente da retórica que predominava nos templos, palácios ou nas casas particulares”. Ela ainda ressalta que estes eram os lugares onde os habitantes se reconheciam como homens livres.

O formato das ruas também levava em conta a proteção e os hábitos da vida diária, e, por esse motivo, eram estreitas e tortuosas, seguindo a topografia para dificultar o acesso de invasores. Costumavam culminar em edifícios públicos e praças abertas, principais pontos da cidade. Possuíam dimensões pequenas por conta do baixo fluxo de carroças, enquanto os beirais das casas e a organização de becos e curvas protegiam das intempéries, isso demonstra como a cidade era pensada para o caminhante. Essa configuração do espaço permitia que ocorressem encontros não programados de conhecidos e conseqüentemente a socialização.

As relações entre público e privado se davam de maneira diferente da observada na Grécia antiga, pois, na Idade Média, a ideia de família difere da que temos hoje em dia que se apresenta hegemônica, embora Arendt (2007) ressalte que

estas esferas ainda possuíam separação. Para essa sociedade, os laços familiares se estendiam não apenas para seus parentes de sangue, mas também para as relações de interesse, a exemplo de um aprendiz de ferreiro, que era considerado parte da família. Outro aspecto importante para entender a conformação dos espaços é que ainda não havia uma separação forte entre doméstico e trabalho, que muitas vezes ocorriam no mesmo ambiente, a casa. Essa relação só viria a ser separada mais tarde com o desenvolvimento da indústria e a sofisticação dos métodos construtivos.

A divisão dos espaços para a realização das atividades diárias é outro ponto importante de ser levantado, pois a casa medieval tinha dimensões pequenas, não possuía isolamento, conforto e infraestrutura. Era também por isso que muitas das funções, hoje consideradas domésticas, eram praticadas em instituições públicas. Assim, na cidade medieval existiam estruturas públicas como banhos, chafarizes, padarias e hospitais que serviam de suporte para as famílias (MUMFORD, 2008). O primeiro era tido não apenas como uma forma de higiene, mas fazia parte da diversão em família, promovendo sociabilidade, onde as pessoas comiam e trocavam mexericos. Os chafarizes também possuíam essa função de local de socialização, além de serem considerados obras de arte, estando localizados em praças públicas e algumas vias. Esses equipamentos públicos eram controlados por entidades privadas ou pela municipalidade.

Essa lógica de organização, tanto da cidade quanto das habitações se aproxima de uma das estruturas das nossas cidades: a favela. Embora em contextos completamente diferentes, ambas são áreas adensadas, com ruas estreitas e pequenos lugares de convívio (praças e becos). Sua estrutura social, apesar de distintas, também apresentam um forte senso de comunidade, onde o coletivo assume um papel importante nas decisões locais. Assim como as casas medievais, muitas das habitações das favelas não possuem infraestrutura de acesso de água para as casas, são pequenas e carecem de conforto, por isso é comum encontrar pontos de abastecimento de água, como pias voltadas para as ruas. Tal elemento se assemelha ao papel que os chafarizes tinham na Idade Média de não apenas fornecer água, mas também de criar um ambiente de socialização. Mumford (2008) comenta, inclusive, sobre algumas comunidades que possuíam fontes de água como um espaço de trocas e encontros, que foi perdido no momento em que o encanamento o substituiu. Isso

nos faz refletir sobre os ganhos e perdas pelos quais passamos com os processos de desenvolvimento e higienização das nossas cidades.

Ao contrário do que Lefebvre (2002) fala sobre a necessidade, vinda com a modernidade da sociedade industrial, de criar espaços verdes na cidade para aproximar as pessoas da natureza, os espaços públicos da cidade medieval não possuíam essa função, principalmente por conta da proximidade entre cidade e campo e da presença de jardins na área urbana. No entanto, o crescimento da produção e a carência de espaço foi o que levou à ocupação dos jardins antes presentes nos fundos das casas, que com o tempo se tornaram cemitérios, mais para frente se configurando como lotes para moradia. Esse crescimento e aglomeração também levou ao surgimento de problemas sanitários e conseqüentemente epidemias de doenças.

Esses três referenciais de cidade (grega, romana e medieval), embora com distintas formas de organização política, possuem em comum a valorização do coletivo. Nelas, o espaço público desempenha um papel fundamental para a vida, funcionando para a população como espaço de trocas, onde se compartilhava momentos e se decidia sobre o futuro das cidades. A ideia de liberdade também estava atrelada a esses espaços, ao que os seus usuários podiam participar de todas as atividades ali exercidas. Relação esta que irá se alterar posteriormente.

Outro ponto importante é entender como as cidades se organizavam com o intuito de fornecer proteção para os seus ocupantes dentro dos muros. A segurança tinha o intuito de proteger um grupo de pessoas de invasores, por isso eram erguidas muralhas, deixando o perigo do lado de fora. Essa aglomeração dentro de muros também desperta um sentimento de comunidade, pois a união da população era importante para sua sobrevivência. Com o tempo, os muros começam a perder a sua função, devido aos avanços em armamentos e o crescimento constante das cidades. Esse crescimento traz consigo impactos na saúde pública e com isso o surgimento de doenças, assim, a questão da segurança se volta para outro quesito, a higienização das cidades.

É a partir dessas mudanças que o renascimento vai se configurar como um período de transição entre a Idade Média e o Barroco, tanto do ponto de vista social quanto da cidade. Surge um sentimento de inovação, resgatando ideais de beleza e a racionalidade, valorizados durante o Império Romano, assim como o desenvolvimento do campo das ideias, princípios que elevariam a cidade ao conceito

de uma cidade ideal. Esse sentimento vai ser responsável pela tentativa de rompimento com o modelo de cidade medieval, buscando se livrar dos costumes passados, atitude que se repetirá em períodos futuros. A organização social e, conseqüentemente, a organização da cidade, possuem uma nova linha, pois a cidade passa a ser uma entidade política que tem como governante um rei absolutista. Sua autoridade absoluta lhe concedia poder, colocando-o acima da autoridade administrativa que previa as mudanças e obras da cidade. Dessa forma, diferente da Idade Média, a cidade não vai mais representar os interesses de uma comunidade cívica, passando a ser pensada de acordo com os interesses do poder político, ou seja, do rei. Conseqüentemente, ela deixa aos poucos de atender às necessidades do cotidiano das pessoas, de quem usa e se apropria dos espaços públicos, passando a responder aos caprichos de seus governantes.

Junto a este novo modelo de governança também se estabelecia a burguesia mercantil, cujos princípios baseavam-se na racionalidade, sobrepondo os valores da ordem religiosa vigente no período anterior. Também por conta da burguesia, a ideia de cidadania se deslocou do lugar de origem da pessoa para o seu local de trabalho, ou seja, ser cidadão estava relacionado ao local onde a pessoa trabalhava e não de onde vinha (TEIXEIRA, 2004). Começa a se perceber aqui o crescimento da importância das relações comerciais e os primeiros indícios de separação de classes, cada vez mais distantes da lógica cooperativa vista no período anterior. Vai se concretizar cada vez mais a nova função urbana: a troca comercial, que, segundo Lefebvre (2002) aparece no século XIV.

Conforme Argan (1999), o homem se colocava agora no centro de todas as coisas e conseqüentemente a figura do rei seguia o mesmo princípio. Era ele quem pensava a cidade, enquanto os arquitetos eram os que executavam suas intenções. Assim, arquitetura era vista como uma intervenção tanto artística quanto política. Argan (1999) também relata este como sendo o período de separação das atividades intelectuais e produtivas, que demarcam também a separação de classes e a relação entre cidade e campo. Por conta da expansão mercantil e da implantação de universidades e centros de estudo, nota-se uma maior urbanização da cidade e valorização do trabalho intelectual (TEIXEIRA, 2004). A cidade passa a ser o local da ação humana, que possui valor histórico, ou seja, o que era construído tinha como intuito também transmitir os feitos da época para gerações futuras, concepção que

vem da construção de cidades no Império Romano. Todas essas mudanças da organização política e social podem ser percebidas pela própria disposição das diversas áreas da cidade.

Primeiramente é possível ver a separação das cidades entre dominantes e dominadas, um possível precursor da metrópole e região metropolitana que se tem hoje no século XXI, embora com diferentes dimensões e relações entre elas. No renascimento, o planejamento das cidades passa a ser adotado no intuito de criar cidades ideais. Assim, o interior da cidade passa a ser zoneado, vão haver reformas de saneamento, através da abertura de ruas e definição de praças largas e regulares. Esse tipo de reforma é o primeiro de muitos que justificariam suas ações no argumento de higienizar as cidades e diminuir a disseminação de doenças. Aqui também é importante destacar o papel dos avanços que surgiram no processo construtivo, que impulsionou muitas mudanças na cidade. Percebemos que a aceleração de tendências e de tecnologias tem um papel fundamental no crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos, até mesmo atualmente.

As ruas vão assumir um propósito de criar eixos de destaque, levando da entrada da cidade e passando por pontos importantes como praças e edifícios. Elas passam a ser largas e começam a formar uma hierarquia, rua principal e secundária. Elas eram pensadas a partir dos princípios da perspectiva, baseadas em planos paralelos e ortogonais, juntamente com as praças que vão assumir um papel contemplativo, diferente dos espaços anteriores a este período. Elas tinham o propósito de permitir a visualização de edifícios monumentais e de exaltação do rei ou do príncipe. Como diria Argan (1999, p. 70), “o espaço da cidade é, portanto, concebido como um ‘interior’, mais precisamente como o interior de um palácio, as salas sendo constituídas pelas praças e os corredores e escadas, pelas ruas”. Percebe-se aqui que o espaço público deixa de ser pensado para atender as necessidades diárias da população, servindo para atender aos interesses de uma minoria em busca de regularização e opressão.

Argan (1999, p. 72) chama atenção para as reformas de Roma, cidade que representava a autoridade religiosa e que tinha como intuito se tornar “modelo das cidades representativas do poder político”. Tais reformas vão se aproveitar da abertura de ruas para realçar a autoridade da Igreja através de monumentos, praças

e edifícios estrategicamente posicionados. Estes elementos estavam interligados entre si e tinham como intenção criar uma cidade monumental, um modelo.

O barroco, então, veio como o apogeu de várias ideias e concepções renascentistas e muitas das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorreram no final deste período, mais precisamente no século XVIII, foram importantes para a transformação da cidade e principalmente do espaço público e da vida pública. As ideias de centralidade ainda eram um ideal buscado na época, no entanto, por instituições diferentes e de forma distinta. Estamos falando da contrarreforma da Igreja Católica que vai exercer grande papel na configuração dos espaços da cidade com o intuito de recuperar fiéis e reaver seu status de poder. Outro fator importante foi o surgimento da cidade capital. O monarca absoluto, diferentemente do governante medieval, agora se instalava em um local fixo, onde montava um sólido aparelho político e burocrático. Sendo assim, a corte e o funcionalismo estavam estacionados em um centro urbano. O que se via agora, é que o domínio de um homem sobre o espaço, característica da esfera privada em períodos passados, passava a dominar também a esfera pública através do monarca. Arendt (2007, p. 41) comenta que, nesse período, o estado natural dos homens estava ligado à violência e que “segundo o pensamento político do século dezessete, os homens só poderiam escapar se estabelecessem um governo que, através do monopólio do poder e da violência, abolisse a ‘guerra de todos contra todos’ por ‘atemorizar a todos’”.

É necessário entender que algumas cidades, como Paris e Londres, passaram por transformações econômicas significativas, o que implicou em mudanças, tanto no perfil físico das cidades, como na população que as habitava. Inicia-se aqui a competição dentro de um mesmo tipo de serviço, o desaparecimento das guildas e a valorização do setor mercantil. A burguesia urbana se liga a distribuição de produtos e a classe operária assume a produção. A burguesia também passa a assumir papéis importantes dentro da sociedade como governadores, administradores e participando do apoio financeiro. Tais características vão estabelecer uma divisão e ‘hierarquia’ de classes mais marcadas. Atrelado a essas mudanças, Mumford (2008) menciona que é no século XVII que alguns costumes da aristocracia vão ser transformados em costumes populares. O sentido de isolamento será desenvolvido, pois a privacidade começa a ser relacionada ao luxo. Ao que ele comenta “O desejo de isolamento assinalou o início daquela nova divisão de classes que iria conduzir à impiedosa

competição de classes e à auto-afirmação individual de tempos posteriores” (MUMFORD, 2008, p. 342).

Por conta dessas transformações na economia, observa-se também o crescimento dessas cidades tanto em expansão quanto em aumento populacional, devido as migrações vindas do campo e do exterior. Esse movimento de pessoas de diferentes áreas levou a um sentimento de insegurança, pois as pessoas não mais se conheciam dentro das cidades e não sabiam a proveniência ou tinham referências sobre com quem estavam lidando, dificultando a criação de vínculos entre si. O fluxo intenso de imigrantes para as cidades e as províncias, apresenta um novo inimigo: o estranho. A sociedade medieval, cuja comunidade trazia essa ideia de conhecimento entre seus membros aos poucos se torna menos comum, ou pelo menos, mais parcelada dentro das cidades. Isso faz com que os habitantes da zona urbana comecem a tentar estabelecer regras de convivência para se sentirem mais protegidos, ao mesmo tempo em que a cidade começa a se fragmentar em zonas, facilitando com que aqueles que convivam em uma mesma região possam se reconhecer ou pelo menos saber a classe social do grupo situado em sua localidade.

Aqui começa a surgir uma das principais características dos espaços públicos atuais, que passam a não mais incorporar a heterogeneidade de pessoas como um valor coletivo e sim como algo a se recear, que deve ser contido. É nessa época também que a população busca criar estratégias de identificação e códigos de credibilidade. Percebe-se com isso que os encontros públicos se tornavam muito menos espontâneos, diferente do que se vê em períodos anteriores, começando a surgir regras de condutas sociais, ou seja, as pessoas se comportavam como atores nas ruas. A isso Sennett (2015) atribui uma necessidade de que as pessoas se tornassem “alguém” nas ruas, que fizessem parte, que se encaixassem nos padrões sociais. Isso pode ser relacionado com os costumes atuais de encaixe em personalidades preestabelecidas já mencionadas no capítulo anterior.

No âmbito da vida privada, no entanto, essas regras não se aplicavam e este espaço passa cada vez mais a assumir o papel de refúgio, de lugar seguro, o que reforça ainda mais a tendência ao isolamento. Isso nos mostra o contraste que se observa ao se comparar a individualidade que era expressada em público na Grécia Antiga e que nessa época foi deslocada para o ambiente doméstico, reforçando este espaço como um local protegido, ideia que se intensifica até chegar no nível de hoje.

Todavia, a ideia de público/cultura e privado/família, embora separadas, agora estavam mais próximas na medida que juntas possuíam uma relação de controle e equilíbrio. Sennett (2015) os define como sendo uma molécula, entendendo que um seria corretivo do outro, o público corrigiria o homem natural e as deficiências que os códigos do amor familiar produziam, ao mesmo tempo que o privado põe à prova o público ao verificar até onde os códigos de expressão poderiam controlar o senso de realidade de uma pessoa. Isso contribuiu para um maior cuidado com a educação das crianças, passando a entendê-las como frágeis. Essa atitude também altera configurações e uso dos espaços públicos, pois passa-se a entender a vida pública como perigosa para a criança.

É nesse período também que a espontaneidade nos espaços públicos começa a ser refreada, por entender-se que o privado/natural era um entrave para o mundo específico da vida pública cosmopolita e que a cultura pública serviu para amansar os efeitos da natureza. A ideia de liberdade entendida por Arendt (2007) na antiguidade, relacionada ao homem político, aqui será questionada, passando a estar mais voltada para o apoio das minorias e o direito delas de expressar seus interesses políticos, também à ideia de rebelião contra a ordem estabelecida, já não mais associada aos espaços públicos e ao caráter e a moral dos homens. Percebe-se, ao mesmo tempo, que a ideia de igualdade entre os homens políticos se perde e que o discurso é pouco usado, não mais tendo o papel de convencer seus iguais, apenas servindo para conhecer o caráter do orador. É com essa incerteza sobre o significado de liberdade que Sennett (1988, p. 80) descreve que “a partir dessa ideia da personalidade individual como um princípio social é que basicamente surgiu o impulso moderno de considerar válidas apenas aquelas medidas políticas cujos ‘patronos’ sejam pessoas ‘críveis’, ‘fiáveis’ e ‘decentes’”. Dessa forma, o homem público perde a sua função e a sua identidade, assumindo comportamentos que vão se intensificar no século seguinte.

É também o momento em que a sociedade começa a buscar por prazeres ao invés de apenas os deveres da sobrevivência. A economia dessa cidade passa então a estar ligada à acumulação de capital excedente, em que ricos gastam suas fortunas em atividades de lazer, realidade similar à do século XXI. Com essa estrutura social em mente, espaços vão inscrever o comportamento e os interesses de parte de sua população. No intuito de atender à Igreja, os espaços eram pensados para servir à

retórica espiritual e da devoção (BAETA, 2010), cidades importantes assumiam um caráter de cidade santa, que possuía função devocional, ao mesmo tempo que a figura do monarca recebia destaque como forma de afirmar seu domínio. Assim, tinha-se como ideias principais criar espaços de contemplação, convidando o usuário da cidade a divagar, enquanto algumas reformas tinham o intuito de expor a grandeza da cidade, como foi o caso de Roma. Concomitantemente, a cidade deveria revelar a disciplina e o poder excessivo do governo. Também deveria ser o espaço da ostentação e da magnificência, criando uma vida pública regularizada, usando-se de uma retórica persuasiva. As principais características dessas cidades se baseavam na manipulação, teatralidade e ostentação.

Segundo Baeta (2010), essas estruturas do período barroco ganhavam sua maior representação nas ruas, avenidas, corsos e boulevares. As ruas e avenidas tinham importante função de criar eixos perspectivos dentro da antiga cidade medieval, eram largas, o que passava a ideia de maior segurança para as pessoas de classe alta, principalmente por serem onde ocorriam os desfiles militares. Tais medidas atendiam também às demandas de circulação de uma maior quantidade de veículos de roda. Em contrapartida, as ruas menores e menos centrais da cidade serviam de oposição ao esplendor encontrados nas demais, por serem o local de moradia de pessoas de classes mais baixas e por serem o espaço onde ocorriam os movimentos de protesto, como as barricadas e as manifestações sociais. É aqui que a rua passa a ganhar mais uma característica, a de espaço de luta que tanto vemos atualmente. As calçadas são outro elemento importante do barroco, pois elas vão desempenhar o papel de separação de classes. Os ricos que possuíam carruagens andavam pelas ruas, enquanto os pobres que se locomoviam a pé, usavam as calçadas. Percebe-se com isso que os espaços públicos se tornam também espaços de disputas, passando a possuir uma segregação espacial de classe no espaço construído. Por fim, os boulevares e alamedas eram espaços que permitiam a criação de cinturões verdes no entorno e dentro da cidade.

As praças eram outro elemento importante na cidade barroca. Elas se configuravam como pátios de palácios, rodeadas por edifícios, ou como ponto importante de uma confluência de vias, como *trivium* e *polivium*. Geralmente possuíam um formato regular e tinham uma estátua ou monumento que representasse a força do soberano da cidade. Não eram tidas como locais de atividades e sim de

contemplação. Assim, a praça não mais abrigava atividades de rua, como o comércio e as estalagens, transformando-se em um espaço formal e cenográfico onde ocorriam festas reais e cerimônias controladas (TEIXEIRA, 2004). Começa-se a perder a função da praça como espaço de permanência, tornando-se o espaço de passagem, sem atrativos para os usuários que a frequentam, prática que ainda se repete na contemporaneidade.

Percebe-se então que a cidade começa a perder o seu caráter coletivo, passando a estabelecer divisões sociais e físicas entre os seus ocupantes. A segurança não está mais relacionada a proteção dos habitantes da cidade contra invasores e sim em proteger as classes sociais mais abastadas das mais pobres. Os espaços públicos começam a perder a sua função de local de encontros e trocas na medida em que as atividades que antes ocorriam neles mudam de localização. Ao mesmo tempo que assumem um caráter de mero palco para a manipulação e a ostentação de figuras dominantes da época. O senso de coletivo também se perde na política, pois agora as cidades estavam sujeitas aos caprichos de seus governantes e não mais funcionavam para atender às necessidades de seus cidadãos.

3.2 REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O IMPACTO DO CAPITALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO

O século XIX se apresentou como um período de mudanças sociais, econômicas, políticas, se configurando extremamente importante por ter consolidado padrões, alguns que já vinham se formando no barroco e outros que se formariam neste século, mas que perduram até os dias atuais. A esfera pública com a modernidade industrial perde substância enquanto espaço de sociabilidade, sendo alguns elementos cruciais para romper muitos dos laços sociais criados com a esfera pública até então. A política não se vê mais dominada pelo poder do rei e os territórios agora são conhecidos como Estados nacionais, teoricamente baseados na igualdade e em códigos civis e constituições (TEIXEIRA, 2004). Nações estas que Arendt (2007) define como uma administração doméstica gigantesca, configurando uma sociedade. Segundo ela, é neste período que ascende a esfera social, diluição dos limites entre as esferas pública e privada, cuja representação política seria o estado nacional.

A Revolução Industrial que começou no século XVIII trouxe consigo alterações significativas na economia. Com ela se estabeleceu o modelo capitalista de produção e consumo que dura até os dias atuais, do qual é parte importante a produção do espaço das cidades. Dentre as transformações ocasionadas por este fenômeno no século XIX, está a capitalização da agricultura e a nova forma de posse das propriedades rurais. Tal mudança levou a um grande processo de migração do campo para as cidades e para as províncias por conta da fome e do desemprego, o que desencadeou um aumento significativo do crescimento populacional das zonas urbanas, principalmente das capitais.

Dentre as atividades das capitais, o comércio, as finanças e a burocracia continuavam sendo as principais, especialmente as lojas que se localizavam no centro urbano. Estas, por sua vez, eram alimentadas pelas indústrias que se instalavam nas periferias das cidades e que absorviam tanto os trabalhadores imigrantes quanto se encarregavam em converter a matéria prima proveniente das colônias e de outras nações europeias em mercadorias. A venda dessas mercadorias foi responsável pela criação de uma nova atividade econômica: o comércio varejista, que costumava ocorrer em lojas de departamento, localizadas em pontos estratégicos da cidade, e que, com o tempo, substituíram os mercados ao ar livre e as pequenas lojas, transformação importante que será retomada mais adiante. Atrelado ainda ao modelo capitalista de economia, estava a aplicação de capital em empresas, normalmente uma ou pouco mais que isso. Essa especulação de capital traz consigo uma característica importante da época, a da instabilidade financeira. Como não se tinha muitas informações concretas sobre os investimentos, que costumavam ser divulgados por meio de rumores, era muito fácil ganhar e perder dinheiro rapidamente, o que tornava a manutenção de uma vida decente na cidade uma questão de sorte (SENNETT, 2015).

O capitalismo e principalmente a indústria também tiveram um papel importante nas mudanças que ocorreram nos espaços públicos. Em primeiro lugar, com a nova forma de se fazer comércio, através das lojas de departamento, onde eram vendidos os produtos em massa e a preço fixo. Isso vai implicar em dois fatores: a substituição do mercado ao ar livre por lojas privadas, ou seja, a venda passa a ser uma atividade privada, e de práticas sociais públicas, como a negociação do valor do produto, fazendo com que as relações entre comprador e vendedor se tornassem mais

superficiais. Essas lojas também interferiram no traçado urbano, pois as ruas estreitas remanescentes das cidades medievais dificultavam o acesso a elas e não comportavam as filas que se formavam em frente às lojas. Ainda com relação à mobilidade, surgem os transportes públicos que tinham dois propósitos: levar as pessoas ao trabalho e às compras, mostrando o impacto do consumo no desenho da cidade. Essas transformações na forma de consumo e de transporte na cidade é que vão servir de base para os modelos que temos atualmente, comandados pela lógica do capital.

Ao mesmo tempo, com a disseminação de jornais e revistas para publicidade dos produtos, se intensifica essa superficialidade e o consumo passa a ser influenciado pela propaganda, pois o vendedor não mais orienta seu cliente, como reduz uma das atividades públicas, realizada nas ruas e nos jardins públicos, que era a disseminação da moda através da observação e troca entre as pessoas. Aqui se vê o princípio da catalogação de identidades que Oliveira (2012) se refere sobre a sociedade contemporânea. Ainda falando em moda, essa também terá um forte papel na esfera pública. A sociedade que agora habitava os grandes centros urbanos tinha como comportamento principal a não demonstração de emoções em público e as roupas produzidas em massa serviam de auxílio para que as pessoas pudessem se misturar à multidão, como forma de proteção. Paralelamente, alguns elementos nas vestimentas eram de fundamental importância para o observador passivo poder investigar e entender aqueles vultos com quem se deparava nas ruas. Sennett (2015) vai definir esse comportamento baseado nas aparências como a entrada da personalidade no domínio público. As roupas então deveriam ser uma forma de atribuir certa personalidade a cada um dos estranhos que se encontravam nas ruas e expressar seus sentimentos de forma que apenas aqueles atentos pudessem perceber. Funcionavam então como símbolos psicológicos. Percebe-se então o surgimento de códigos de conduta aceitáveis nos espaços públicos, reduzindo a espontaneidade das atividades que exercem nesses espaços, criando uma sociedade fortemente controlada e mecanizada, diferente dos períodos anteriores.

Ainda dentro do âmbito social, é preciso entender outra relação entre público e privado que agora se modificava: a família. Assim como cada indivíduo, a família também precisava ser protegida do mundo exterior, podendo demonstrar seu caráter psicológico no ambiente doméstico. Isso contribui para o sentimento de segurança

que se atrela ao espaço privado nos dias atuais, o que leva à valorização do espaço privado em detrimento do público. Ao mesmo tempo, a racionalidade iluminista era outro fator que influenciava a família. Com a valorização da natureza e o entendimento de que o comportamento humano, seus sentimentos e a estrutura familiar era algo natural, vai se ter uma nova percepção do papel da família na sociedade. Assim sendo, os pais eram incumbidos de passar aos seus filhos a necessidade de uma atenção constante sobre seus modos, de maneira a construir uma autoconsciência que a levaria a controlar seu caráter e seus sentimentos. A personalidade então viria desta autoconsciência, tornando assim qualquer ato espontâneo algo anormal. Isso nos mostra como o público e o privado, embora possuíssem divergências e distanciamentos, começavam a influenciar um no outro, como destacado por Hannah Arendt (2007).

Outro aspecto relevante a se considerar sobre a família é que esta deixara de ser extensiva, passando a uma conformação nuclear, ou seja, apenas uma geração morava sob o mesmo teto. Este modelo era mais eficiente na cidade grande, pois não era necessário focar em coisas para além de uma geração, tornando mais fácil lidar com o trabalho, sustento e educação. Essa forma de organização acabava por fornecer uma certa estabilidade, uma ordem, no ambiente privado, o que era altamente valorizado dentro de uma sociedade instável. Percebe-se então um distanciamento entre o modelo familiar do século XIX e os apresentados anteriormente. Esta também não possui mais uma proximidade com o trabalho, que abandonou o espaço doméstico e abraçou o público-privado, tanto que a economia não era discutida em família, espaço da estabilidade. Outro aspecto interessante de se notar, que já foi chamado a atenção por outros motivos, é como o modelo de família nuclear hegemônico na sociedade capitalista industrial se distancia de muitas das realidades de famílias que moram em favelas nos tempos atuais, onde a prática de ampliar a casa e/ou alugar cômodos para membros da família é comum, o que remete mais à forma de organização familiar da sociedade medieval.

Ao contrário do que Arendt (2007) traz sobre o espaço público na Grécia Antiga, a ideia de liberdade trazida por ela se esvazia nesse século, deixando de ocupar esse espaço e aparecendo no privado, ao que Sennett (2015) define como “liberdade privatizada”. Nesse contexto, o teatro era visto como o espaço da liberdade, que era expressa através das artes. Esta buscava uma reprodução da realidade e dos

sentimentos que não eram expressados em público. O ator era uma das figuras que melhor expressava sua personalidade, pois este possuía o controle de seus sentimentos, tinha autoconsciência. Sua grandeza estava associada ao fato de o espectador conseguir reconhecer certos traços de sua própria personalidade na atuação. Por esse e outros motivos, passaram a ser idolatrados pelo público, a sociedade de observadores passivos, que lhes conferiam credibilidade e tinham interesse em suas vidas tanto públicas quanto privadas, prática ainda remanescente atualmente, se pararmos para pensar.

Outro símbolo de credibilidade era a figura do político, quando a personalidade destes fosse tão crível quanto a dos atores, devendo, assim saber se expressar e ter controle de sua natureza. O interesse na vida do ator também se estendia para os políticos, que conquistavam seus apoiadores não mais pelo discurso e sim pelo que fazia os outros sentirem, uma mistura de sentimentos anormais e seguros. Percebe-se assim que os novos códigos de personalidade levavam a novos códigos de discurso, fazendo com que o político concentrasse a atenção em si mesmo e não em suas palavras, as quais costumavam ser a suma dos interesses e das necessidades de seus ouvintes. Estes queriam ser emocionados pelos políticos, saber mais sobre eles e não o que propunham, o que fazia com que a deposição de crédito no político viesse associada à perda do crédito em si próprio. O político era então julgado por seu caráter que se torna independente da ação. Assim, os valores descritos por Arendt (2007) sobre o discurso e a ação configurando o homem político grego, aqui são completamente desfeitos.

Outra qualidade do político estava vinculada ao controle das massas, sua capacidade de impor disciplina. As inquietações da classe operária, que reivindicava por direitos iam de encontro com toda a organização social pública que vimos anteriormente, a da ordem e da passividade. Por esse motivo, não se poupavam esforços para manter essas massas silenciadas, chegando até à implementação de leis e fiscalização de pubs e cafés, cujo uso para reuniões era apenas permitido quando se envolvia bebida, pois se acreditava que não seriam feitos complôs enquanto embriagados. Assim, se configura mais uma restrição imposta aos espaços públicos, onde não se pode fazer manifestações e reuniões, nem trocar opiniões. Quanto a isso, Sennett declara que:

A tragédia da política do século XIX, pois é mesmo uma tragédia, está no fato de que as forças da cultura tão frequentemente aprisionavam aqueles que se revoltavam, da mesma forma que aprisionavam aqueles que defendiam a ordem econômica existente, por meios políticos, numa feroz autodeclaração. Essa cultura podia tornar desumanos os radicais. Além disso, havia uma paralisia crescente de consciência dentro da inteligência política; essa paralisia surgira a partir das tendências destrutivas da cultura cosmopolita e não nas feições supostamente absolutistas do dogma revolucionário. A cultura das capitais do século XIX pusera em atividade uma poderosa arma contra a transformação (SENNETT, 2015, p. 183).

A grande circulação de pessoas para dentro e para fora da cidade configurava também uma nova maneira de estabelecer relações sociais. Os que antes eram estranhos do período barroco ainda se faziam notar na cidade, porém com menos impacto, pois tal estranheza estava se tornando cada vez mais familiar. Os grupos de jovens que inicialmente migraram para essas regiões urbanas agora eram acompanhados por pessoas mais velhas, com famílias formadas que se estabeleciam, muitas vezes, pelas periferias das cidades. Começam então a se esvaír os limites das cidades, que vão cada vez mais se aproximando do campo, até chegarem aos modelos atuais. Conforme Lamas (2000, p. 204) “devido às necessidades de consumo de solo pela industrialização e ao aumento demográfico, a cidade invade o campo e alastra indiscriminadamente para fora das muralhas e fortificações”. Os habitantes das cidades então configuravam uma heterogeneidade de pessoas, cuja cultura era distintiva e a vida pública se tornava difundível (SENNETT, 2015). Tal heterogeneidade vai se configurar de duas formas dentro da cidade: uma alterando o comportamento das pessoas que ali habitam e outra na reconfiguração do seu território no intuito de separá-las.

Essas e outras modificações sociais produziram transformações na cidade como implementação de uma infraestrutura de melhor qualidade, equipamentos, habitações e novas exigências espaciais para uma parcela da população. Assim, a ruptura morfológica se dá em dimensão, escala e forma (LAMAS, 2000), fazendo com que as cidades cresçam para além das áreas delimitadas, com uma ocupação dispersa e indefinição do perímetro urbano. A morfologia encontrada no século XVIII passará por um refinamento com inovações espaciais (jardins e parques, alamedas e passeios públicos, avenidas e *boulevards*), se caracterizando como o apogeu da cidade tradicional e tardo-barroca.

Com a sobreposição dos interesses econômicos sobre o desenho urbano, o planejamento da cidade perde força e o loteamento se transforma em um mero instrumento de separação do solo, não havendo mais organização do espaço urbano. Para isso o quarteirão surge no intuito organizar os lotes e facilitar o crescimento da cidade. Isso leva a uma supressão de áreas públicas devido ao interesse na rentabilidade do solo e, causa um desequilíbrio entre oferta e procura (LAMAS, 2000). Percebe-se então que o urbanismo se torna um instrumento de mediação entre os interesses públicos e privados, sendo a especulação fundiária responsável pelo comando do desenvolvimento urbano.

Além dessas mudanças na forma de se pensar e produzir a cidade, é importante lembrar que o século XIX foi marcado por epidemias, logo, buscou-se então “um novo mundo urbano”, saneado e modernizado. Assim, começaram a surgir grandes reformas urbanas cujo propósito era a melhoria da infraestrutura geral da cidade, fazendo a modernização, o embelezamento e a higienização das mesmas, que haviam deteriorado com o processo de industrialização e a grande aglomeração de pessoas (MENDONÇA, 2007). Tais intervenções modificavam o ambiente urbano, sobretudo os espaços públicos, agora vistos como abertos e igualitários, ligado à livre circulação e ao consumo assim como ao individualismo e anonimato. Da mesma forma que as mudanças na esfera pública, eles foram fruto de “reformas urbanas autoritárias, discriminatórias e elitistas” que adequavam “as cidades aos interesses da classe burguesa mercantil” (TEIXEIRA, 2004, p. 106), propiciando uma maior apropriação destes espaços pelas elites.

Um dos modelos mais conhecidos foi o realizado pelo Barão Haussmann em Paris, que se baseia nas largas avenidas e destrói a cidade medieval ali configurada. Dentre os seus intuitos estava o de unir pontos da cidade, criando praças como confluência de vias e deixando quarteirões como resíduo viário. Este último iria se tornar um importante elemento urbano, porque passaria a delimitar o espaço público e privado, criando áreas de separação entre as ruas e as casas. Alguns deles eram rodeados por edifícios e possuíam pátios internos (podendo ser abertos para a rua ou não). A burguesia da época encontrava nesses pátios um espaço para seu lazer particular. Esse tipo de organização se assemelha à ideia de condomínio, onde os proprietários das casas têm acesso a uma área comum, restrita, dentro do seu quarteirão.

Outro propósito da reforma de Haussmann era o de criar áreas homogêneas dentro das cidades, os bairros, com intuito que atrair investidores, já que essa característica de unidade permitia que estes soubessem em que estavam aplicando seu capital. Além disso, Haussmann também procura eliminar cortiços, bares e pubs, por serem espaços de reunião da classe trabalhadora e definidos como barulhentos, o que ia de encontro com os interesses e a ideia de segurança da burguesia (SENNETT, 2015). Em seu lugar, ele abria grandes *boulevards*, com uma concentração considerável de cafés e restaurantes que poderiam colocar suas mesas do lado de fora. Essa forma de apropriação do espaço público por estabelecimentos privados ainda é uma prática bem recorrente dos dias atuais. Nota-se então como esse período deu início a um modelo de cidade segregacionista, com prioridade para o interesse do capital em detrimento da esfera e do espaço público.

Outra reforma importante de ser mencionada é a de Cerdá em Barcelona, pois este vai “coordenar os aspectos espaciais e físicos com preocupações funcionais, sociológicas, econômicas e administrativas” (LAMAS, 2000, p. 216), entendendo, dessa forma, a cidade como organismo complexo. O seu plano consistia no delineado de diagonais que confluem em grandes praças, quarteirões com áreas arborizadas, espaços internos às edificações e equipamentos. O quarteirão aqui se configura como espaço público, cujo perímetro não determina seu limite, pelo contrário, se relaciona com ele, fazendo parte de seu interior. Esse modelo nos mostra um exemplo de urbanismo pensando os espaços públicos como parte integrante da cidade e não como resíduo, ocupando apenas espaços vazios.

Ainda com relação aos espaços públicos, Lamas (2000, p. 206) descreve que “A rua passa a ser um mero percurso. A praça deixa de ser um espaço reservado para o encontro, à vida social e, pela falta de utilização, transforma-se em um simples largo”. Reforça-se então a transição do espaço público como lugar de permanência para lugar de passagem, ao mesmo tempo que eram representações simbólicas de poder. A vida pública agora se dava em ambientes fechados de uso coletivo, como os bares, cafés, lojas e teatros, cujas práticas e atividades tinham como principal motivo o isolamento e a privacidade (SENNETT, 2015), apesar do seu caráter coletivo. É nessa dualidade entre espaço público e privado, que o muro ganha o papel de separador desses espaços. A muralha sai então dos arredores das cidades, passando a contornar o espaço privado, pois neste momento, a maior “ameaça” eram os

desconhecidos que coexistiam dentro da cidade, a exposição da família e a instabilidade da vida pública.

O final do século XIX e início do XX tinha como cenário para os grandes centros urbanos um aglomerado populacional que vivia em condições insalubres. A implantação de largas vias ganhava cada vez mais espaço com o surgimento dos veículos automotores, fazendo com que os ideais de Haussmann fossem apropriados e adaptados. Junto ao governo, que se empenhava em higienizar a cidade através de reformas sanitárias e na implementação de leis, estava um grupo de urbanistas que buscava soluções para esses problemas. Enquanto alguns se apoiavam em ideias utópicas, que pouco saíram da teoria, sobre novos modelos sociais e de cidades ideais, outros procuravam resolver problemas singulares e remediar os inconvenientes, sem envolver a cidade como um todo em um plano global (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995).

Como alternativa para o desordenamento das cidades, vão surgir proposições de novos modelos sociais, ideias essas que vislumbravam uma nova organização social e do território numa tentativa de ruptura com a cidade tradicional. Muitas delas se baseavam em bairros ou cidades especializadas para os trabalhadores ou para o lazer e recreio. Junto a essas alternativas, surgem os subúrbios no entorno da cidade, servindo como uma conformação entre campo-cidade. Esses loteamentos privados, de baixa densidade com habitações que se abrem para espaços verdes tinha o propósito de proporcionar a fuga dos males da cidade, sendo possível através do acesso por transportes, agora de melhor qualidade.

Dentre os modelos de cidades alternativas, estava a Cidade Jardim, proposta por Ebenezer Howard. Ela tinha como base cidades com um modo de vida mais simples, centradas na ideia de comunidade, construídas por vontade própria e autogovernadas, rodeada por um cinturão verde e conectadas por meios de transporte eficientes. Hall (2011, p. 103) acreditava que suas cidades jardim eram “veículos para a reconstrução progressiva da sociedade capitalista dentro de uma infinidade de comunidade cooperativas”. Com relação aos espaços públicos, elas eram pensadas com uma praça central e avenidas radiais. Howard imaginava suas cidades para a classe C, libertando-a da vida no cortiço urbano. Tais cidades deveriam propor então o sossego do campo e a vida social e econômica da cidade, geridas por um modelo comunitário, baseado na liberdade e cooperação, onde as próprias pessoas

construiriam suas casas e administrariam a cidade e cuja implantação seria financiada por investidores. Algumas cidades foram criadas a partir desse modelo, embora ele não tenha sido amplamente adotado e elas terem perdido algumas das características principais ao longo do tempo. Todavia, é importante ressaltar a busca por modelos alternativos de cidades em uma sociedade que vivia os diversos problemas da vida urbana.

Por outro lado, as reflexões sobre as cidades, seus aspectos econômicos, sociais e físicos, seguem duas vertentes, uma criando metáforas médicas, enxergando os problemas das áreas urbanas como uma patologia, enquanto a outra busca entender a cidade a partir das relações econômico-sociais (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995). As ideias progressistas e racionalistas que já se observava antes da primeira guerra, vão chegar ao auge com o seu fim. Com as cidades destruídas, as reformas políticas e a gripe espanhola assolando na Europa, o Movimento Moderno vai encontrar as bases ideais para propor cidades racionais, funcionais e genéricas. Este movimento se baseava na crença “do poder de emancipação da modernização capitalista e no progresso tecnológico” (TEIXEIRA, 2004, p. 109) a partir de uma utopia de nova sociedade, acreditando que este era um período de ruptura histórica. Suas ideias vão se estender para meados do século XX, acompanhando o grande avanço tecnológico dos pós guerras. Entra aqui o papel da tecnologia como influenciadora na produção do espaço, que cresce cada vez mais até chegar no século XXI.

Segundo Teixeira (2004) um dos principais intuítos desse movimento era fugir dos modelos de cidade industrial, acreditando que a arquitetura e o urbanismo poderiam desenvolver novos modelos de sociedade. Percebe-se aqui uma inversão da lógica da produção do espaço. A concepção de seus projetos se baseava nos avanços tecnológicos e buscavam soluções de moradia de grande parte da população, principalmente trabalhadores da indústria e do comércio. Suas intervenções concretizam em alguns países com a construção em grande escala de edificações de caráter social, especialmente em locais com municipalidade socialista. Esse movimento teve grande papel na reconstrução das cidades europeias no período entre guerras e, embora procurasse fugir dos modelos da cidade industrial, se utilizava de materiais e técnicas desenvolvidas na revolução industrial.

Embora os adeptos ao movimento possuísem ideais de igualdade e acessibilidade, a cidade moderna garantiu direitos e liberdades para alguns, enquanto

outros (indesejáveis) eram afastados por muralhas invisíveis. A vida privada ganha valorização, na medida em que os espaços reforçam a tendência de isolamento, enquanto a vida pública é renegada a segundo plano (CERQUEIRA, 2013). A forma de se pensar o urbano no Modernismo vai reforçar a ideia do espaço público como espaço de passagem, onde a rua era o espaço do carro, movido por velocidade, e não de pessoas. Observa-se então um predomínio dos espaços de movimento sobre os de permanência, tornando os espaços públicos sem sentido.

Assim, abandona-se a rua corredor, dando espaço para auto-estradas e grandes avenidas, que substituíam os *boulevards* tão apreciados no final do século anterior. Essa tendência tem sua solidificação após a Segunda Guerra, com a aplicação de recursos em grandes obras de infraestrutura de transportes e parques industriais. O espaço público então será mais uma vez proposto como amplo e transparente, com grandes áreas verdes, se configurando como um espaço aberto para ser usado por todos. Imaginava-se assim uma sociedade de consumo acessível a todos, onde os espaços públicos se baseavam na funcionalidade e na setorização. Muitos deles eram dispostos próximos ou embaixo de edifícios, principalmente comerciais, na intenção de proporcionar um lazer coletivo (DARODA, 2012) vinculado ao consumo. Todavia, os ideais primordiais não se concretizaram, gerando espaços centrais vazios ou apenas de passagem nas cidades. Dessa forma, se desqualificou a praça e a rua se transformou em corredor em cidades segregadas social e espacialmente.

3.3 O ESPAÇO PÚBLICO NA HISTÓRIA DO BRASIL

Os espaços públicos brasileiros têm suas particularidades e a forma como são pensados, apropriados e utilizados mostram isso. É preciso entender ao se pensar os espaços públicos do nosso país que a sua produção diverge daquela que foi vista nos espaços públicos europeus e por isso sua análise não pode ser feita da mesma maneira. Primeiramente, não podemos esquecer a influência que a colonização, o patriarcalismo e a escravidão tiveram na construção de muitos desses espaços e na cultura e ideais que eles empregam dentro da sociedade. Outra questão importante é entender o processo de produção dos nossos centros urbanos, que, como ressaltado por Sennett (2018), não partiu de uma sucessão de experimentações e construções que se modificavam com as mudanças sociais, mas sim que buscavam atender aos

interesses dos colonizadores e que só tiveram um grande crescimento em meados do século XX e que absorveram muitas das ideias que vinham sendo discutidas em outros países.

Nossos espaços públicos possuem uma forte relação com a religiosidade, observadas nas festas e manifestações que se vêm nas ruas, praças e praias. Independente da religião, muitas das celebrações acontecem nos espaços públicos, sendo Salvador um bom exemplo disso, possuindo festas e cultos como as de Yemanjá e de Nossa Senhora dos Navegantes e do Senhor do Bonfim, representando o sincretismo religioso da cidade e do seu passado. Tais festividades tem certa relação com a construção e utilização dos espaços públicos coloniais, muitos dos quais eram construídos em frente às Igrejas e funcionavam para a realização de seus cultos. Também simbolizavam, no Brasil colônia, o domínio dessa entidade sobre o território e sobre aqueles que ali moravam. Segundo Teixeira (2004), a praça, o largo, o pátio, o terreiro tinham a função de conectar as casas santas com a cidade. Essa forte influência da igreja na cidade também se dá devido ao interesse da Igreja Católica de expandir a fé cristã no movimento de contrarreforma, logo no início da colonização do país.

Ao contrário do que se observa hoje em dia, o espaço público no Brasil funcionava como centralidade, tanto de poder quanto de ordenamento urbano. No século XVIII começam a ser fundadas vilas, que possuíam um padrão estabelecido de ordenamento, marcadas pela “praça com a igreja, pelourinho, casa de câmara e cadeia e demais oficinas nos seus arredores” (CERQUEIRA, 2013, p. 29). O traçado das ruas deveria partir da praça, o que ressalta a importância deste espaço público para a época, principalmente ao reforçar o papel da igreja no traçado do núcleo da cidade, estruturando forma e apropriação.

Com o tempo, as praças também ganham outras funções como de convívio social e de mercado e de caráter político e militar (TEIXEIRA, 2004). Eram importantes centros das atividades sociais e econômicas, onde ocorria o comércio e a feira. Esses espaços contribuíam para a atração de residências e comércio de melhor padrão. Rolnik (1995, p. 44) traz ainda a questão arquitetônica do “não “zoneamento” da cidade de acordo com as funções e classes sociais”, que existiu até meados do século XIX, onde a casa era unidade de produção e consumo.

Essa centralidade da praça como ordenadora da cidade vai se perdendo ao longo do crescimento das cidades. Com a ressalva de algumas exceções, Teixeira (2004) traz que as praças no Brasil não tinham relação com edifícios públicos de caráter político e administrativo, logo, com a administração das cidades se concretizando em lugares específicos, a praça deixa de ser o ponto de partida do traçado da cidade. Com o crescimento das cidades e o surgimento de planos de ordenamento, em sua maioria baseados em modelos europeus, as ruas e grandes avenidas se tornam o principal modelo de expansão e organização. Isso é percebido com a chegada do modelo de reforma urbana de Haussman ao Brasil. O Rio de Janeiro incorporou as medidas higienistas ampliando a rede de esgoto e o saneamento de praias, abrindo largas vias próximas ao mar e demolindo parte do centro antigo da cidade para passagem de uma nova avenida. No início do século XX, todas as cidades brasileiras haviam sido modernizadas nos padrões europeus, todavia, essa modernidade favorecia às classes dominantes que tinham acesso a ela (TEIXEIRA, 2004).

Essa característica de apagar a história das nossas cidades e a criação de grandes vias na busca de higienização e modernização, também foi um dos pontos de partida do urbanismo modernista que se viu no Brasil no século XX. De acordo com Teixeira (2004), o regime totalitário via nesse modelo a possibilidade de libertar o país do passado colonial. Ela ressalta que devido a essas intervenções de grande escala, com a construção de avenidas, viadutos e metrô, o espaço público foi dissipado, muitos sendo transformados em estações de embarque e desembarque. Isso reflete como a expansão do tecido urbano, além de descentralizar as cidades, ainda contribuiu para reduzir o papel dos espaços públicos na cidade. Se olharmos em nossas cidades hoje, vamos perceber que muitas das praças são resultado do resíduo viário dessas grandes reformas.

De meados para o final do século XX, o urbanismo modernista vai perdendo sua força, começando a sofrer críticas no exterior, que buscava aproximar o planejamento dos usuários das cidades. Todavia, o planejamento das grandes cidades do Brasil pouco atendeu a essas discussões. Ao falar dos planos urbanos, Maricato (2002) os associa aos interesses capitalistas. Ela traz que muitos dos investimentos públicos, especialmente os ligados à infraestrutura viária, estão relacionados com a dinâmica de abrir frente para o mercado imobiliário. “Ao invés de

priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal o fez de acordo com interesses privados” (MARICATO, 2002, p. 159). Isso se reflete também no exemplo citado no capítulo 2 das feiras nas praças de Salvador, que costumam ser realizadas em espaços específicos e para públicos específicos, nos fazendo questionar quem são os reais beneficiados com essas práticas.

Esses e outros fatores que contribuem para uma característica das nossas cidades, onde o planejamento urbano é visto como uma forma de “consertar” os problemas da cidade. Ou seja, um conjunto de modelos urbanos onde a *ville* suprime e ignora a *cit e*. Maricato (2002) ainda traz que “No Brasil, os exemplos referidos, especialmente aqueles de constru o de novas centralidades, mostram que investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário de alto padrão, em áreas pouco ocupadas, enquanto carências básicas de grande parte da popula o já assentada não merecem aten o”. Confirmando essa ideia, Sennett (2018) classifica o Brasil como um dos países que ainda passa por uma explosão urbana, onde empresas de finanças e da constru o padronizam a *ville* das cidades. Esse tipo de comportamento interfere também nos espaços públicos, ao observarmos que os investimentos variam de acordo com os locais, tendo-se melhores, praças, calçadas, ruas, saneamento em áreas onde vivem os habitantes de m dia e alta rendas, enquanto as demais ganham menos aten o, refletindo a heterogeneidade e as contradi es da urbaniza o das nossas cidades.

A segrega o socioespacial das cidades brasileiras   um processo antigo, que permeia o território desde a coloniza o. Damatta (1997) ressalta que elas são marcadas espacial e socialmente por uma grada o ou hierarquia entre centro e periferia. Essa periferia, entretanto, não se revela apenas em termos de localiza o, mas de um conjunto de condi es produtoras de assimetrias na cidade. Essas rela es são também expressadas ao se referir a uma parte da cidade “em cima” ou “embaixo” revelando a segrega o e o prestígio social de cada parte da cidade. Tais referências podem ser remetidas ao período colonial, tendo como exemplo a cidade de Salvador, onde a “cidade alta” se configurava pelo domínio da religião e dos edifícios públicos, enquanto a “cidade baixa” era vista como o local do comércio, onde trabalhavam os marinheiros, escravos e estivadores (DAMATTA, 1997).

Essa divisão da cidade se torna ainda mais agravante a partir do século XIX, com a independência do Brasil e com o fim da escravidão. A lei de terras que surge no período foi uma das responsáveis por isso. Segundo Maricato (2002), a responsabilidade de resolução das questões da distribuição de terras foi passada para o Estado com a Constituição de 1891, e tal medida descentralizadora revela o poder do coronelismo sobre a terra. Assim, escravos, negros e imigrantes foram excluídos nesse processo de repartição. A autora ainda ressalta que essa herança marcou todo o processo de urbanização do país. Dessa forma, as cidades começam a ser marcadas pela criação de espaços distintos, aqueles dos cortiços, favelas, da cidade informal e os da cidade para as elites.

Rolnik (1995) menciona Salvador e Ouro Preto como exemplos de cidades que ainda possuem símbolos arquitetônicos que representam o passado, cujos antigos palacetes e construções luxuosas foram transformadas em cortiços ou pensões. Tal menção é interessante para pensar na transformação do uso do espaço, na qual se conserva parte da forma, mas a estrutura e função foram alteradas para melhor se adaptar às necessidades atuais. Ao mesmo tempo, muitos desses locais sofrem a pressão da dinâmica das cidades, principalmente do mercado, que enxerga em vários desses edifícios históricos, potencial para investimentos imobiliários. Essa disputa pelo espaço é uma característica forte nas cidades e elas tem relação com quem se apropria dele e qual a visão que tem dele.

Com relação às diferentes formas de apropriação, produção e utilização dos espaços públicos na atualidade, também se pode encontrar alguns fatores históricos que contribuem para essas práticas atuais. Primeiramente, é importante lembrar que vemos hoje a dificuldade de alguns grupos sociais em ocupar esses espaços livremente devido a opressões e restrições social e culturalmente impostas, ao mesmo tempo que verificamos um certo afastamento da elite dos espaços públicos, se autosegregando em ambientes fechados. Voltando ao período colonial, vemos, por exemplo, que o modelo patriarcal adotado no Brasil dificultou a tomada dos espaços públicos por parte das mulheres, cuja vida se restringia ao ambiente doméstico. Isso nos mostra como a exclusão das mulheres da cidade é uma prática antiga. Com base nisso, a rua era vista como espaço perigoso pela elite, como local do negro, pobre e dos escravos, onde estes realizavam serviços diversos e especialmente os serviços urbanos. “A existência do trabalho escravo marcava a paisagem urbana no Brasil

colonial de forma peculiar. Todo o trabalho, da produção doméstica ao transporte de cargas, dos ofícios aos serviços, era a ele entregue” (ROLNIK, 1995, p. 45).

Assim, para a elite da sociedade brasileira colonial, a casa traria a ideia de refúgio, enquanto a rua era caracterizada pela fluidez e movimento, se tornando perigosa. Percebe-se então que essa estigmatização da rua, da praça, do parque, como algo a ser evitado e inseguro é antiga e reforça a ideia burguesa de que “a rua é a terra de ninguém, perigosa, que mistura classes, sexos, idades, funções, posições na hierarquia; a casa é território íntimo e exclusivo”. No entanto, para outra parte da população, principalmente nos territórios populares com a sobreposição de funções e a utilização coletiva do espaço, é tanto uma forma de sobrevivência como de sociabilidade. O espaço público aqui representa o espaço da conquista do território, da troca, da vivência, local de trabalho e de sustento.

Damatta (1997) elucida a vitalidade desse espaço também no período colonial, principalmente para os escravos e comerciantes, enaltecendo as feiras livres, o comércio, a circulação dessa população, o movimento que se via. É interessante ver como o autor traz a diversidade desse espaço ao descrever a distinção entre os escravos, homens e mulheres, e os portugueses em seus comportamentos e modos de vestir. Tal distinção, é importante ressaltar, não se dava através de barreiras físicas no espaço, como se vê hoje em dia. O que diferia as classes sociais eram as roupas, o comportamento, assim como nas cidades medievais (ROLNIK, 1995). As casas davam direto para a rua e a cidade não era marcada por um forte zoneamento nem por muros, o que fazia com que as diferenças convivessem e se confrontassem mais diretamente.

Damatta (1997) traz a varanda como elemento de conexão entre a casa e a rua. Destaca então a distinção e a rigidez dos limites entre esses espaços, que não se davam apenas de forma física, mas pela própria lógica das atividades e apropriações de cada um. Percebe-se uma visão de elevação do espaço da casa em detrimento do espaço público, considerado como o espaço para as classes mais baixas e escravos.

A importação de tendências europeias faz com que a dinâmica específica do espaço urbano, que reproduz a vida resguardada nas casas, sofra mudanças. Assim, a ideia de ser e ser visto começa a ser incorporada no país, aproximando-o da sociedade teatral europeia descrita por Sennett (2015). No final do século XIX e início

do XX, reformas públicas incentivavam a ocupação dos espaços públicos pela elite, com a criação de parques e passeios públicos. Por outro lado, Rolnik (1995) ressalta que o fim da escravidão e a expansão do trabalho livre no final do século XIX, contribuíram com o impulso segregador das cidades brasileiras.

Por fim, a produção da cidade pelo urbanismo modernista contribuiu para o afastamento das pessoas das cidades, ao criar espaços amplos e abertos que pouco incentivavam sua utilização. Em cidades como Brasília, o urbanismo contribuiu para a criação de uma cidade segregada e com grande desigualdade social. Vale também ressaltar, que boa parte das reformas modernistas foram realizadas durante um regime de governo totalitário, o que contribuiu para a adoção de projetos que estabeleceram ordem e controle do urbano.

Percebe-se então uma diferença nas visões de esfera pública a depender de quem se apropria dela. E, em parte, isso contribui para a fragilidade na construção dessa esfera no ideal da população, como ressalta Cerqueira (2013). Isso interfere na forma de interação entre pessoas e delas com os espaços públicos, assim intensificando separações e hierarquias, o que mostra como a própria relação produção-apropriação dos espaços públicos no Brasil evidencia as contradições da nossa sociedade.

4 ESPAÇO PÚBLICO E A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

4.1 O CONTEXTO DA PANDEMIA

É possível notar a partir da análise dos espaços públicos ao longo do tempo, como as mudanças sociais, principalmente políticas e econômicas, interferem na produção do espaço das cidades e, conseqüentemente, dos espaços públicos. Com essa reconstrução de processos, pode-se perceber alguns elementos essenciais que sempre permearam ou tiveram grande influência nessa produção, a exemplo da busca por segurança e os interesses das classes dominantes.

A segurança ainda é um elemento de significativa importância nas cidades hoje em dia. A violência urbana, como foi apresentado, é cada vez maior e a sociedade, sobretudo as elites, ainda buscam formas de se proteger contra ela através de hábitos antigos: a construção de muros. Percebemos, então, que os loteamentos e condomínios fechados, assim como shoppings e parques temáticos são formas culturais construídas há muito tempo. Atrelado a essa relação, voltamos para o segundo elemento essencial: os interesses das classes dominantes.

Primeiramente tal fenômeno pode ser visto através do poder de imperadores e, logo após, de monarcas e da Igreja, mas sempre com o mesmo propósito, construir espaços na cidade que ressaltassem sua magnitude e lhe conferisse respeito, poder e prestígio. Até hoje vemos símbolos dessas práticas com as estátuas, monumentos, nomes de ruas etc. espalhados em nossas cidades, principalmente nos espaços públicos. Com a chegada do capitalismo como modelo econômico, essa prática se mantém em muitos aspectos, mas a ela se somam outros agentes. A propriedade privada ganha centralidade, e, devido a isso, permeia as diversas relações sociais e a produção do espaço. O primeiro exemplo disso é visto com a reforma de Haussmann, que colocava o interesse de seus investidores em relevo ao rasgar grandes avenidas, implantar cafés, parques e *boulevards* na cidade de Paris. Ao seu discurso estava atrelada a promessa de segurança, tanto na higienização das ruas e calçadas, como na expulsão da população pobre das partes centrais da cidade. As medidas tomadas por Haussmann configuram um modelo de produção de cidade sob hegemonia do mercado imobiliário que orienta as suas dinâmicas, define centralidade e impõe separações, ao tempo que inaugura uma cultura de destruição do espaço

consolidado, a menos que este seja relevante do ponto de vista econômico, vista também no Modernismo e no Planejamento Estratégico no final do século XX.

Essa maneira de pensar e construir os espaços urbanos ainda é muito notável. A diferença de realidade apontada nas comunidades (associadas aqui às favelas) e de boa parte da cidade feita para as classes mais altas, nos faz perguntar também sobre a diferença que existe na apropriação dos espaços públicos dentro de uma mesma cidade a depender da classe ou do grupo social. Principalmente se nos debruçarmos na construção dos espaços públicos na história brasileira, que, desde o período colonial, eram vistos como locais dos escravos e trabalhadores assalariados, primeiramente pelo fato de que as classes de rendas mais baixas fazem um uso muito mais constante dos espaços públicos em suas rotinas. Esses se configuram como espaços de lazer, trabalho, encontros e até moradia para muitos deles, o que torna qualquer intervenção nesses espaços muito mais impactantes para a realidade vivida por esses habitantes.

Percebemos então que essas contradições explicam a segregação socioespacial e a história nos ajuda a entender o quanto esse processo é antigo, principalmente nos espaços públicos. Como ressalta Souza (2018), nenhuma esfera pública foi plenamente democrática. Até mesmo a *polis* grega não era frequentada por toda sua população; mulheres, escravos e estrangeiros eram preteridos do direito à cidade. Por isso, quando analisamos os grupos que não têm acesso pleno aos espaços públicos hoje em dia, devemos lembrar dessa herança e refletir sobre a sua construção histórica, na perspectiva da sua superação.

Esse panorama que montamos nos mostrou um pouco da dinâmica da sociedade. Observa-se que com o tempo e as mudanças na sociedade, algumas das atividades que eram praticadas no espaço público mudam para o âmbito privado ou deixam de existir, fazendo com que esses espaços percam parte da sua função de troca e sejam forçados a assumir um novo papel na sociedade, em sua maioria, vinculado ao lazer. Ao mesmo tempo que muitas atividades antes realizadas ali se perdem, outras formas de apropriação desses espaços também surgem.

A rua passa então a privilegiar o automóvel, possuindo dimensões e definindo esta prioridade. O ponto de vista de estudiosos sobre os espaços públicos é perfeitamente compreensível quando apontam uma crise dos espaços públicos, tomando como base um afastamento da população desses lugares. No entanto, as

classes mais baixas, que não possuem condições, ou são inibidas a frequentar os locais fechados e não têm automóveis para circularem nas ruas frequentam as calçadas e realizam suas atividades em espaços como praças e ruas. Ainda é preciso considerar que muitas dessas pessoas vivem em comunidades, onde a relação de coletividade ainda é forte, muitas vezes por um motivo de sobrevivência e de acesso a recursos não disponibilizados pelo Estado. Esse senso coletivo é interessante, e isso interfere na forma como essa parte da população lida com os espaços públicos de maneira mais próxima e se apropriando deles de forma mais efetiva.

Uma alteração determinante na relação com os espaços públicos no século XX, foi a tecnologia. Mesmo atuando indiretamente, o avanço acelerado desses recursos repercutiu fortemente na forma de vida das pessoas e conseqüentemente nos espaços. Vimos como o automóvel virou o novo protagonista das ruas na modernidade industrial, criando viadutos, ruas largas e avenidas para atender às suas necessidades, ao mesmo tempo reduzindo o espaço do pedestre às calçadas, quando existentes. Efetuou mudanças na esfera privada, permitindo a interação de pessoas e compartilhando informações sem ser necessário reuniões ao vivo. Se tornou um dos grandes instrumentos capitalistas de produção e consumo, insuflando mercados e consumidores a estarem sempre renovando seus produtos. Contribui, ao mesmo tempo, para o afastamento de pessoas dos espaços públicos por criar espaços virtuais de agregação, trocas e encontros. Os avanços tecnológicos têm também participação decisiva no crescimento das cidades permitindo, através de técnicas construtivas inovadoras, a construção em áreas antes não possíveis de se habitar, induzindo também a expansão urbana, que cada vez mais pressiona o campo.

Outro fator importante que nossa viagem pela história nos traz é enxergar o papel das doenças e epidemias na transformação das cidades e das rotinas. Podemos perceber que muitos dos processos que complexificaram as cidades desencadearam o surgimento de epidemias como a Peste Negra, o cólera, a gripe espanhola etc. Analisando várias delas, vemos que a comercialização, a troca e o trânsito de pessoas e produtos entre cidades estão entre os principais fatores que levam às epidemias. As situações se agravam, por sua vez, devido as condições preexistentes do local onde o vírus ou bactéria se instala e de acordo com as reações de percepção e combate do que acontece (POR QUE..., 2020). Locais insalubres, onde as políticas administrativas são demoradas e/ou pouco efetivas, costumam sofrer os maiores

impactos. A desigualdade também é um fator importante a ser considerado, pois populações vulnerabilizadas são as que costumam sofrer mais com os efeitos das epidemias. Dentre outros motivos, estas epidemias justificaram várias reformas nas cidades, principalmente porque muitas costumavam afetar ricos e pobres: as renascentistas, as de Haussmann e a cidade moderna. As medidas tomadas variavam de acordo com as circunstâncias, porém, é comum ver a abertura de espaço dentro da cidade, o investimento em saneamento, trazendo áreas abertas e verdes para limpeza do ar, além da expulsão das populações em situação de pobreza.

Assim, é dentro desse cenário heterogêneo, desigual e tecnológico que o SARS-COV-2 se insere no mundo, começando por Wuhan, na China, no final de 2019. Segundo Mandetta (2020), não foi definido de imediato e de forma clara pela Organização Mundial da Saúde (OMS) se era uma emergência sanitária de interesse mundial ou não, sendo assim “classificado como uma emergência sanitária para a China, e de grande alerta para o restante do planeta” (MANDETTA, 2020, p. 23). Ele entende essa como uma medida política por conta da característica de grande exportadora econômica da China. O autor explica que um vírus respiratório se espalha a partir da proximidade de pessoas, podendo assim ser transmitido no transporte público, nos cinemas e teatros, restaurantes com mesas próximas, bares, ou seja, condições encontradas facilmente nas cidades do mundo. Então, sendo uma das características da atualidade, a globalização, ou seja, a constante interação entre os diferentes países do globo, o vírus não tardou a circular pelo mundo, tanto pela comunicação como pelo contágio da população.

O mundo então entra em alerta e gestores públicos encaminham medidas para combater o contágio em massa e evitar o colapso dos sistemas de saúde, já deficientes em diversos países. A figura 1 é uma boa representação da proporção tomada pela crise, que tornou a saúde e a crise sanitária temas centrais no mundo, ao mesmo tempo que escancarou os grandes problemas que nossa sociedade já vinha cultivando há décadas, como disputas de poder, degradação ambiental, poluição, desigualdade social, entre outros. Mandetta (2020, p. 8) entende que a pandemia é o “maior desafio de saúde pública dos últimos cem anos”, assolando todos os continentes e atingindo todos os sistemas de saúde, a proteção individual e coletiva, a economia, a cultura, o esporte e o lazer.

Figura 1: Representação do impacto da covid-19 no mundo



Fonte: Wills Graphics (2020).

Não se pode dissociar dos impactos a questão da esfera pública e dos espaços públicos, que também vêm sendo transformados com as mudanças dos últimos séculos e que sofreram fortemente com os últimos acontecimentos. Quando paramos para analisar a maneira com que a pandemia se instalou no mundo e as medidas que estão sendo tomadas para combatê-la, se torna claro que a estrutura capitalista de produção a qual estamos baseando nossas decisões não funciona. Primeiramente, seria muito difícil imaginar a disseminação de um vírus em um mundo não globalizado. Muitas epidemias vieram antes desta, atingindo principalmente os centros urbanos desde a Idade Média, no entanto, se restringiam a poucos territórios devido a uma reduzida interação entre estados, países e continentes, sendo a maior delas a gripe espanhola, cujas condições da guerra, com a grande circulação de pessoas no mundo, contribuíram para a disseminação do vírus.

O ano de 2020 nos mostra o que é ter um mundo conectado, baseado nas trocas e no movimento de pessoas e mercadorias, assim como as vantagens e desvantagens dessa conexão. Com relação à produção e troca de recursos, vemos os limites de ter uma produção de materiais de saúde concentrada em apenas poucos países. A Índia e China são os principais responsáveis pela matéria prima e produção

de insumos, respectivamente, voltados para a saúde (MANDETTA, 2020). Drauzio Varella questiona isso ao pontuar que com a China isolada, o abastecimento de equipamentos dos demais países se torna deficitário (FORÇA SUS..., 2020). Isso implica em um aumento da concorrência, que costuma favorecer países mais ricos, e a necessidade de se reinventar de empresas e instituições nacionais para suprir a demanda. Lilia Schwarcz ainda traz que este ano seria o marco da entrada do século XXI e que este novo século encontra os limites da tecnologia, que se demonstra insuficiente para o combate ao vírus (O MUNDO..., 2020). A historiadora e antropóloga traz um ponto interessante para reflexão, pois a tecnologia se apresenta como um auxílio potente na prevenção da disseminação, mas que ainda esbarra em muitos fatores como a desigualdade social, o acesso a estes recursos, a necessidade de se tomar medidas de isolamento e distanciamento social, entre outros.

Percebe-se também que a maneira como cada lugar tem lidado com a doença, reflete o modelo de sociedade que ali se estabeleceu historicamente, mas uma coisa é certa e comum para todos, a pandemia tem trazido à tona diversos dos problemas que já existiam e as fragilidades nas estruturas contemporâneas que estudamos no segundo capítulo. Como discorrido anteriormente, a ausência de uma base de mundo e a falta de unidade de um 'senso comum' (TELLES, 1990) é refletida nessa pandemia ao se observar as diversas reações ao surgimento do vírus SARS-COV-2 e as divergências na forma de combater a sua proliferação. O individualismo e o favorecimento de determinados setores da sociedade também se mostram presentes nessas ações, com a implementação de medidas que desconhecem a heterogeneidade e as desigualdades sociais e do território, além de recorrentemente contraditórias.

As políticas públicas emergenciais implementadas pelo Estado durante a pandemia também mostram o esvaziamento dessa esfera como instância reguladora. Os governos que adotam políticas neoliberais têm revelado uma postura menos favorável à proteção da saúde, estando mais preocupados com os impactos que a crise trouxe para a economia. Isso revela uma ideia de mercantilização de direitos, como saúde, educação, habitação, saneamento básico e outros que foram igualmente afetados pela pandemia e que dependem da boa vontade e dos recursos de instâncias locais e doadores para sanar suas necessidades. Junto a isso, muitas medidas tomadas em paralelo ameaçam fortemente a democracia, principalmente do Brasil. A

postura do presidente Jair Bolsonaro¹, com o negacionismo da ciência e o descaso com a vida, nos prova mais uma vez que o Estado está sujeito às variações de princípios e interesses que representam os seus governos e governantes.

São notáveis as disparidades entre as formas de governo de cada país, principalmente ao nos atentarmos para aqueles cuja democracia vem sendo fragilizada por seus governos. Nestes cenários, observa-se não uma corrida para salvar vidas e sim uma disputa de poder pautada por interesses econômicos. O reconhecimento e o combate ao vírus mostraram-se desde o início uma questão econômica e política, como já mencionado. No caso do Brasil, observa-se um distanciamento entre os três níveis de governo, federal, estadual e municipal, em que, na maioria dos lugares, cada um luta pela sobrevivência de sua população com os recursos disponíveis e alguns se eximem de tal responsabilidade. Só este argumento nos mostra como o enfrentamento da pandemia é desigual dentro do nosso país. Schwarcz ainda ressalta que estamos passando por um momento de junção de crises: sanitária, política, econômica, cultural, ambiental e moral, o que dificulta ainda mais o enfrentamento da pandemia (O MUNDO..., 2020).

Vemos que, como em pandemias passadas, muitas das atitudes tomadas antigamente ainda se repetem na atualidade. Em conversa sobre a pandemia, Sidney Chalhoub relembra que muitas das epidemias vividas no Brasil tiveram reações semelhantes às nossas (POR QUE..., 2021). No caso da febre amarela, por volta de 1849, também houve um atraso na tomada de decisões com relação ao que se fazer com a doença, principalmente porque as autoridades não queriam acreditar no potencial da doença. Em suas repercussões, a epidemia também atingiu com maior intensidade os mais pobres, enquanto aqueles que podiam praticavam o isolamento, se distanciando das cidades, mostrando que esse movimento pendular e a diferença entre grupos afetados não são novidades. Outro ponto importante é que a negação de epidemias também estava ligada a uma questão econômica. No caso da febre amarela, não se queria parar os portos. Nós vemos isso na pandemia atual, em que o governo federal assumiu a postura de proteção da economia, fazendo com que o combate à doença se dê de forma deficitária, não possuindo unidade e coordenação

¹ Em inúmeros casos, o presidente menosprezou o tamanho e a importância da pandemia, chamando-a de “gripezinha”, alegando que a morte era inevitável, que o vírus só acometia pessoas idosas e com comorbidades, deixando de dar o exemplo como figura pública e presidente do país ao incentivar aglomerações e ignorar as medidas de distanciamento social e a utilização de máscara, entre outras diversas atitudes que vão de encontro com os direitos humanos.

quanto às decisões a serem tomadas, sendo que a não atenção aos casos e ao distanciamento, acaba por agravar e prolongar ainda mais a retomada econômica.

Dentre as medidas principais encontradas para o enfrentamento e a desaceleração da propagação do vírus, as recomendações feitas pela OMS são o distanciamento social, o uso de máscaras, lavar as mãos, usar álcool em gel e evitar aglomerações. Essas medidas, embora pareçam simples, se esbarram nos problemas da desigualdade no mundo e das políticas públicas aplicadas em cada contexto. Assim, a venda e o consumo superam o seu modelo de felicidade, passando a ser um modelo de sobrevivência, em que, sem recursos, não se tem saúde de qualidade. O acesso a produtos e auxílio é outra questão a ser levantada, pois boa parte da população em nosso país não possui acesso a água e a produtos de higiene, necessários à prevenção contra o vírus. Entendendo as particularidades do nosso país quanto ao seu povo, sua política e sua economia é que teremos um melhor panorama sobre a maneira como estamos lidando com o vírus e, principalmente, como os espaços públicos se inserem nessa situação.

4.2 MEDIDAS RESTRITIVAS, AS DIFERENTES REALIDADES SOCIAIS E OS IMPACTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Estados e municípios vêm adotando medidas para diminuir o contágio de pessoas pelo vírus, elas vão do cancelamento de eventos públicos, fechamento de empresas e escolas, recomendação do uso de máscaras, de álcool em gel, de que as pessoas fiquem em casa, entre outras. Dentro dessa prática de distanciamento social e até mesmo isolamento social, muitos espaços públicos foram fechados, interditados, esvaziados, fiscalizados e bloqueados (G1, 2020a, 2020b; GALDINO, 2020). A figura 2 é uma representação dessas medidas, que mostra a interdição de praias na cidade de Salvador. Imagens como essa, dos espaços públicos vazios suscitam um certo choque e estranhamento, mostrando como sem pessoas nas ruas, praças, parques e praias, as cidades ficaram vazias e boa parte da vida urbana se perde. Tais medidas, embora necessárias e indispensáveis, desequilibram as esferas pública e privada, afrontam a liberdade preconizada por Arendt (2007) e inibem a expressão do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), ao proibirem as festas, encontros, trocas, protestos, o uso da cidade. Ao mesmo tempo, elas nos mostram o quanto os espaços públicos ainda

fazem parte do cotidiano das pessoas, nos levando a questionar novamente as declarações de morte e crise dos espaços públicos.

Figura 2: Praia do porto da barra é interditada pela prefeitura em Salvador durante a pandemia



Fonte: Gabriel (2020).

Embora a quarentena² não seja obrigatória no nosso país (LEMOS, 2020c), existe um incentivo e um monitoramento para o cumprimento das medidas de distanciamento social, obrigando pessoas a permanecerem em casa. Essa prática que vem sendo aplicada durante essa pandemia não é nova, todavia, as formas de lidar com o tédio, solidão, as dificuldades de não poder sair de casa e de ter que sair de casa são diferentes. A tecnologia, principalmente os meios de comunicação, mídias sociais, aplicativos e a internet tem contribuído para amenizar os inconvenientes dessa situação. Assim, Lemos (2020c) ressalta que o confinamento é físico, mas não implica na perda do vínculo coletivo e informacional para parte da população.

As mídias têm auxiliado tanto na informação, como do ponto de vista psicológico, conectando pessoas, criando um espaço de convívio e compartilhamento virtual, fornecendo uma rede de apoio para grupos vulnerabilizados, permitido o

² “Quarentena” é uma palavra antiga, que surgiu em Veneza no final da Idade Média para representar o período de quarenta dias de confinamento ao qual eram submetidos os navios para evitar a contaminação das pessoas da cidade pela Peste Negra (LEMOS, 2020a).

pagamento de contas, realização de aulas e trabalho remoto, entre outros (NOGUEIRA, 2020). Alguns aplicativos criados antes e durante a pandemia para facilitar denúncias de violações dos direitos humanos e dar suporte emocional às vítimas, também nos mostra o quanto a tecnologia tem contribuído para esses momentos de crise, principalmente com o aumento da violência doméstica (NOGUEIRA, 2020). Todavia, a tecnologia é limitada, não conseguindo absorver todas as dimensões da *cidade*, os espaços dos encontros, onde ocorrem fricções, cheio de contradições, de diversidades e do diálogo entre elas. Além disso, o nosso território não é homogêneo, é segregado social e espacialmente e mostra um alto nível de desigualdade, o que significa dizer que o isolamento digital não pode ser praticado por todos. As casas pequenas, o grande número de residentes no domicílio, o acesso desigual à internet e a dispositivos que auxiliem na conexão são alguns dos problemas vivenciados por boa parte da população.

O processo de produção desigual dos nossos centros urbanos faz parte da herança do colonialismo, da escravatura e do patriarcado (SOUZA, 2020) que forçaram muitas pessoas a viverem em aglomerações com pouca infraestrutura. Embora algumas medidas de prevenção da doença sejam relativamente simples, como o uso de máscara, lavar as mãos, passar álcool em gel e manter o distanciamento (BRASIL, 2020) nem todos têm acesso aos recursos necessários para manter essa higienização. Muitas famílias que moram em favelas, cortiços, ocupações e subúrbios urbanos não possuem o devido abastecimento de água em suas casas, nem esgotamento sanitário adequado, além de muitas delas não poderem bancar os custos de comprar os materiais de limpeza (ALENCAR, 2020). De acordo com dados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2017, 9,6 milhões de residências não possuem água nas torneiras e 34 milhões de casas não estão ligadas a rede de esgoto, sem falar que de 100 brasileiros, 3 não possuem banheiro em casa (ROSSI; BUONO, 2020). Como alternativa, algumas comunidades construíram pias comunitárias nas ruas ou outras formas de abastecimento de água, o que implica dizer que para elas, o espaço público serve como suporte às suas necessidades básicas, se assemelhando à dinâmica vista nas cidades medievais.

Além disso, muitas dessas famílias dividem pequenos cômodos, o que torna impossível manter o devido distanciamento, tornando o confinamento um martírio

(LEMOS, 2020c). Esse tipo de confinamento afeta cada grupo social de maneira distinta. As mulheres, por exemplo, agora sofrem com a intensificação das atividades domésticas, que já eram pesadas, tendo ainda que realizar seus trabalhos para manter o sustento, sem falar que muitas delas ainda sofrem com a violência doméstica, que aumentou nesse contexto (LIMA, 2020a; SANTOS, 2020). Elas também estão sofrendo mais no trabalho (O MUNDO..., 2020). O saudosismo pelo espaço público é forte para essas mulheres, por este ser um espaço de refúgio, onde os movimentos de luta ganham voz e força (BOGADO, 2018), ao mesmo tempo que permite a denúncia de abusos para aquelas que não tem acesso aos meios digitais. Schwarcz ainda ressalta que muitas das mulheres que vivem na periferia com muita gente em casa, enxerga a rua como o lugar da sociabilidade (O MUNDO, 2020...). Assim, sem poder usar os espaços públicos e a internet, considerando que muitas dessas famílias não tem nem energia elétrica, a única forma de comunicação com o mundo que lhes resta são as janelas, portas e varandas.

Outros grupos especialmente afetados pelo confinamento são as crianças e idosos. Os primeiros não possuem mais o seu espaço para brincadeiras, sem falar que ficam deficitárias em seu aprendizado por conta da interrupção das aulas presenciais e de muitos não poderem acompanhar remotamente. O conto de Jonatan da Silva (2020), “Desmatado”, mostra uma visão das crianças que vivem a pandemia, ao contar a estória de dois primos que se comunicam através de um buraco na parede que divide suas casas, “a janela secreta”. Nele são mostradas as diferentes realidades entre os dois garotos, um com boas condições financeiras e outro que vive em dificuldades financeiras, cujas mães saem de casa uma para sobreviver e outra para ganhar mais dinheiro. O conto então demonstra dois lados da pandemia, que em parte refletem uma realidade pré-existente.

Os idosos, por sua vez, também perdem seus espaços de exercício e encontros, sendo submetidos muitas vezes aos maus tratos de parentes no ambiente doméstico ou ao abandono em asilos. As denúncias de violação dos direitos do idoso aumentaram 5 vezes entre março e maio de 2020 (LIMA, 2020b). O conto “Páginas em Branco” de Jean Abreu (2020) retrata o dia a dia de um senhor na quarentena e as dificuldades que encontra para lidar com os inconvenientes da sua vida sozinha e confinada, cuja solidão se agrava à medida que o tempo passa. A narrativa fala do saudosismo do senhor em andar pela rua, de sentar-se na padaria e olhar a vida dos

transeuntes e do espaço público se transformar a depender do dia da semana. Dentre as reflexões do personagem, estão a mudança de vida das pessoas ao longo da pandemia e como muitos dos que desfrutavam das vantagens de uma vida de regalias poderiam, com o tempo, vir a ocupar o lugar dos pedintes nas sinaleiras.

Outros grupos, que também não possuem moradia de qualidade, têm sofrido com a pandemia. Muitos dos refugiados localizados em diferentes cidades do país vivem em locais precários, sem recursos e infraestrutura para se proteger contra o vírus (SANTOS, 2020). Além disso, o aumento de despejos e remoções durante a pandemia têm deixado muitas pessoas em situação de ainda maior vulnerabilidade (BRITO et al., 2020). Agora em situação de rua, muitos deles se unem a mais um grupo que tem tido dificuldade de se proteger na crise. Para eles, não existe a possibilidade de distanciamento ou isolamento social, pois sua moradia são as ruas, como reflete perfeitamente a ilustração da Figura 3, em que um dos homens questiona “e onde nós faremos quarentena?” (tradução nossa). Seus problemas são ainda maiores, pois são escassos os banheiros públicos, água e sabão, nos espaços públicos, forçando muitos deles a lavar as mãos em poças d’água (LIMA; CHARLEAUX, 2020). Como se não bastasse, muitos deles não podem receber os auxílios emergenciais disponibilizados pelo governo por não possuírem documento de identificação (HONORATO; OLIVEIRA, 2020; LIMA; CHARLEAUX, 2020).

Figura 3: Ilustração representa a realidade dos moradores em situação de rua, onde um questiona o outro onde eles farão quarentena



Fonte: Diosdado (2020).

Algumas intervenções vêm sendo feitas para amenizar a situação de vários desses grupos. No caso dos moradores em situação de rua, existem cidades onde estão se formando centros de auxílio provisório para dar assistência e fornecer informações e barracas como abrigo, ao mesmo tempo que investem em banheiros e pias públicas (HONORATO; OLIVEIRA, 2020; LIMA; CHARLEAUX, 2020). Em Belo Horizonte, pias vêm sendo instaladas em espaços públicos e sabonetes são distribuídos para moradores em situação de rua, como representado na Figura 4 (MORAIS, 2020). Essas iniciativas não vêm somente do poder público; no início de fevereiro de 2021, o padre Júlio Lancellotti chamou a atenção de muitas pessoas e da mídia ao pegar uma marreta para tirar os pedregulhos de debaixo de um viaduto em São Paulo (Figura 5). O ato levou a prefeitura a remover as pedras, que são um exemplo da arquitetura hostil das cidades brasileiras para evitar a ocupação de certos espaços pela população em situação de rua (SAYURI, 2021).

Figura 4: Espaços públicos com grande circulação de pessoas têm pias instaladas em Belo Horizonte



Fonte: Morais (2020).

Figura 5: Padre Lancellotti representando o momento em que quebrava pedras em viaduto em São Paulo



Fonte: Lancellotti (2021).

Outras formas de combate à pandemia também são vistas dentro de comunidades onde a presença do Estado é menor. A capacidade de organização social de redes de solidariedade nos territórios populares chama a atenção ao assumirem a função de proteger e sustentar as pessoas que vivem nesses locais (ALENCAR, 2020; BRITO et al., 2020; CIDADE..., 2020). A Figura 6 traz um exemplo dessa organização, ao mostrar os líderes da favela Paraisópolis reunidos, e respeitando o distanciamento, para receber doações de produtos de higiene a serem repassados para os moradores (OLIVA, 2020). Junto a eles, iniciativas como o #MapaCoronaNasPeriferiais, proposta pelo Favela em Pauta e o Instituto Marielle Franco, têm contribuído para dar visibilidade aos movimentos sociais e mapear os pontos de apoio, facilitando que pessoas localizem centros de doações e participem das campanhas (REDE BRASIL ATUAL, 2020). Tais atitudes têm sido importantes principalmente por conta dos centros de apoio das comunidades, como escolas e outros serviços sociais, que foram fechados durante esse período, e que contribuíam para a sobrevivência dessas pessoas antes da pandemia. Por outro lado, de maneira não tão solidária, facções criminosas também têm assumido o papel de controle da população dentro de favelas (FAVELA..., 2020). Essa atitude acaba por fortalecer o poder que estes possuem sobre a comunidade.

Figura 6: Líderes da favela Paraisópolis se reúnem em campo de futebol para receber doações e repassar para os moradores



Fonte: Oliva (2020).

Além de todos esses problemas que dificultam a adesão ao distanciamento social, ainda temos aqueles que não podem ficar dentro de casa por conta de seus trabalhos, que não os permite exercer suas funções de forma remota (ALENCAR, 2020; SANTOS, 2020). Neste grupo se encaixam aqueles que não possuem recursos como internet ou equipamentos necessários para realização de suas tarefas, devendo assim se deslocar para o ambiente de trabalho (A CIDADE..., 2020). Muitos desses trabalhadores que precisam sair de casa, ganham o seu sustento de maneira informal, como os vendedores ambulantes, pedintes, atores, músicos, entregadores de *delivery*, entre outros (ALENCAR, 2020). Estas pessoas são um exemplo de como o espaço público é imprescindível para a rotina e mesmo para a sobrevivência de parte representativa da população. A pandemia então agrava as dificuldades que este grupo social já encontrava para exercer suas atividades, pois além de serem enxotados e terem seus produtos confiscados, eles agora têm de lidar com a ausência de seus principais consumidores/espectadores nas ruas.

Junto a eles estão também os trabalhadores formais que atuam nas atividades consideradas essenciais, sendo estes enfermeiros, médicos, atendentes de farmácia, supermercados e afins, produtores de alimentos etc. (ALENCAR, 2020). Eles são forçados a se expor constantemente a transportes públicos para chegarem aos locais de trabalho, veículos que têm sido apontados como um ponto de fragilidade para a proliferação do vírus. Isso se dá pois, além da rede insuficiente e da concentração de pessoas em horários de pico, houve uma redução da frota de circulação em várias cidades, o que torna as aglomerações inevitáveis, apesar das medidas de proteção como uso de máscara e álcool em gel (BRITO et al., 2020).

Em estudo feito a partir dos dados da empresa Inloco, o Instituto de Saúde Coletiva (ISC/UFBA) calculou o Índice de Isolamento Social nos bairros de Salvador, Bahia, contribuindo para reforçar as questões aqui levantadas (NATIVIDADE et al., 2020). Constatou-se que a média de isolamento atingida foi abaixo do esperado para o município e que este índice diminuía a depender da condição do bairro estudado, principalmente nos que possuem um maior índice de pobreza. Nos bairros com pouca infraestrutura, com casas de pequenas dimensões e/ou de baixa qualidade, onde as pessoas não podem trabalhar remotamente e onde a renda é baixa, praticar o distanciamento ou isolamento social não é uma opção muito viável. Em casos como estes faz-se necessário pensar outras políticas públicas, que envolvam a educação e

alerta da população sobre o risco de contágio, que distribuam material e recursos para proteção, principalmente por esses grupos serem mais dependentes do sistema público de saúde. Ou seja, medidas de prevenção seriam mais factíveis de ser aplicadas, facilitando assim, a maior adesão da população. Com a combinação de ambos (distanciamento social e medidas preventivas) e um maior entendimento dos territórios da cidade, talvez fosse possível reduzir a taxa de transmissão da doença e evitar o colapso do sistema de saúde.

Em *live* discutindo a pandemia, Drauzio Varella discorre justamente sobre a atenção básica da saúde e como ela funciona, que ao receber atendimento mais cedo, evita-se problemas mais tarde (FORÇA SUS..., 2020). Ele fala de como estamos trabalhando como bombeiros na pandemia, atendendo os casos quando elas já são graves e que um atendimento em casa e monitoramento dos pacientes, facilitaria em não ocupar as unidades de atendimento. Isso é um dos reflexos da deficiência e da falta de coordenação das políticas de saúde pública no país.

Além da questão da saúde pública, Lemos (2020c, n.p.) ressalta que “o agenciamento viral descortina, de forma ainda mais evidente, as feridas abertas do Brasil”. Embora o vírus se apresente para nós de maneira aparentemente democrática, não se pode dizer o mesmo da pandemia, pois as condições de cada território influenciam diretamente no número de casos e mortes. É com uma leitura semelhante a essa que Firmino (2020) levanta a questão da territorialidade do vírus. Ele acredita que o vírus é uma rede e que sua materialidade se expressa na forma de contágio, nas medidas de contenção, prevenção, tratamento etc. Muitas delas se baseiam em modelos falhos já estabelecidos no período antecessor à pandemia. Assim, o vírus se espalha desafiando e criando fronteiras legais e materiais, definindo áreas com e sem sua presença. O autor também aponta para os movimentos de de-re-territorialização vistos na transformação de estádios em hospitais de campanha, retratado na Figura 7, na não ocupação de faixas de areia, no fechamento de praças e parques. Processos estes influenciados pela rede do vírus. Importante ressaltar também, que essas medidas não são novas, ao que Sennett (2018) retrata que durante a epidemia de 1832, o uso de máscaras e a criação de hospitais de campanha dentro de estruturas com outras funções também foi algo passado pelo período.

Figura 7: Hospital de campanha montado no estádio do Pacaembu em São Paulo é um exemplo da de-re-territorialização levantada por Firmino (2020)



Fonte: Theo Ruprecht (2020).

Apesar de todos esses entraves é possível ver a formação de redes de solidariedade e de combate ao vírus, seja pela ação dos Estados e Municípios, ou pela iniciativa de empresas, ONGs, movimentos sociais, pessoas, entre outros. Essa manifestação, seja ela opressora ou comunitária, pode ser vista principalmente nos espaços públicos, com as distribuições de alimentos, produtos de higiene, o uso de máscaras, marcações no solo para distanciamento, barreiras de acesso etc. (LEMOS, 2020b). Essas mudanças no espaço são sentidas de várias maneiras e muitas das ações tomadas durante esse período revelam a aceleração de tendências que já vinham ocorrendo antes da pandemia. Por isso, faz-se necessário discutir quais são essas transformações e quais debates a respeito das cidades durante e no pós pandemia.

4.3 DISTOPIAS E UTOPIAS SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO NO PÓS-PANDEMIA

A pandemia do coronavírus trouxe uma ruptura nos modos de vida, forçando a adaptação das pessoas às novas condições. As mudanças que estão ocorrendo

interferem no comportamento e no dia a dia das pessoas, por um lado reforçando a vida em bolhas das elites, que já buscavam não se relacionar com a *cité* e dificultando ainda mais a apropriação dos espaços públicos pelos grupos sociais que tinham dificuldades antes da pandemia. Na política institucional, se observa um aumento do controle da população por meio da tecnologia, um distanciamento das ações tomadas pelos três níveis de poder e o reforço de políticas públicas que pouco dialogam com os territórios e seus ocupantes. Na economia, os entraves da globalização se apresentam com o fechamento de portos e aeroportos, com a ausência de materiais e produtos proveniente de outros países, negócios falindo, pessoas perdendo o emprego, valorização do mercado local, entre outras dimensões da vida urbana. Se serão permanentes ou apenas passageiras ainda não é possível dizer, todavia, toda transformação traz aprendizados e suscita novas ideias.

Como uma das consequências da pandemia foi trazer à tona muitos dos problemas das cidades, inclusive dos espaços públicos, é fundamental aproveitarmos a oportunidade de enfrentar o debate. Assim surgem questionamentos: Quais mudanças o vírus vai trazer para a nossa sociedade? Que tipos de espaços em geral vão ser produzidos a partir delas? Vai-se diminuir os edifícios e lojas comerciais devido ao aumento das vendas online? Isso levaria a mais espaços vazios nas cidades? O que vai vir no lugar deles? O mercado imobiliário vai se apropriar desses espaços? Quais as mudanças que o uso da tecnologia cada vez mais intenso pode provocar? As pessoas vão se aproximar ou temer os espaços públicos? Essas são algumas perguntas que podemos elucidar de antemão, no entanto, não serão respondidas aqui por ser muito cedo para se dizer, definitivamente, o que irá acontecer.

Lives, debates, ensaios e artigos têm discutido sobre a nossa condição atual e futura, seja criando utopias e/ou distopias, ou apenas problematizando os temas. Foi feita uma seleção desses materiais, procurando aqueles que se aproximassem do tema da pesquisa, que comparassem o cenário atual e o passado e que trouxessem elucidaciones que pudessem inferir reflexões sobre a estrutura, forma e função de nossas cidades e dos nossos espaços públicos. Foram então levantadas *lives* e ensaios que falassem sobre a cidade, sobre o espaço público, sobre comportamentos e momentos semelhantes na história. A partir dessa coleta, foram selecionados os principais assuntos de cada fonte e depois, percebendo relação entre os conteúdos,

buscou-se identificar temas centrais nas discussões no sentido de fazer o diálogo com os espaços públicos.

- **Público e privado**

Um dos pontos aqui traçados se refere às esferas pública e privada, no intuito de avaliar como a pandemia tem incidido sobre elas. Segundo Arendt (2007), as duas esferas dividem as atividades e os comportamentos nas cidades e, como visto, eram bem demarcadas na antiguidade. Todavia, essa separação foi reduzindo à medida que a modernidade alterou a forma como pensamos, vivemos, produzimos e nos apropriamos da cidade. Discutindo sobre essas questões de público e privado, Ada Mourão (A PSICOLOGIA..., 2020) traz um ponto de vista interessante sobre o assunto, ao comentar que na Grécia Antiga, estar em casa era estar “privado” do espaço público, conceito que se perde com o iluminismo, quando o privado se torna propriedade. Assim, discutir essas duas categorias se torna essencial neste momento de pandemia, por nos encontrarmos como na antiguidade, em alguma medida “privados” do espaço público. Observamos durante o nosso percurso que existem momentos em que as duas esferas chegam a se embaraçar, até mesmo gerando espaços a partir desses atravessamentos, como em shopping centers, a internet etc. Com o fechamento e restrição do uso de espaços públicos durante a pandemia, a esfera pública passou a ocupar novos lugares, inclusive procurando espaço dentro da esfera privada e vice-versa.

Como visto anteriormente, essa aproximação das esferas surge logo após a Revolução Industrial, com a ocupação de espaços públicos por instituições privadas como bares e restaurantes, a exemplo dos famosos *boulevards* franceses que surgiram na reforma de Haussmann. Essa intervenção é recorrente nas cidades desde então, especialmente com a ocupação de calçadas e ruas. Um dos exemplos mais recentes implementados em São Paulo, os parklets, mostram essa influência na atualidade (BARATTO, 2016). Embora possam ter sido considerados como algo inovador e integrador de ambientes, esse movimento privatiza o espaço público. Ao se apropriarem destes espaços públicos, os estabelecimentos acabam por restringir os grupos de usuários que utilizam tais locais, a exemplo de pessoas que não estejam consumindo os produtos oferecidos ali.

Um dos receios que surge neste momento é a intensificação dessas práticas durante e após a pandemia. Isso se daria devido a intenção de diminuir a aglomeração dentro de espaços fechados, o que pode fazer com que estabelecimentos transfiram suas atividades para a calçada e a rua em frente ao seu edifício (MELO, 2020). Observa-se isso nas filas de grandes empresas e bancos, em restaurantes e lojas com limites de pessoas em seu interior. Como parte do seu plano de retomada da economia, Nova York, através do *The Open Restaurants*, permitiu que restaurantes, bares e cafés colocassem suas mesas nas calçadas, medida que segundo Harrouk (2020), pode se tornar permanente após a pandemia. Iniciativas semelhantes começaram a ser adotadas em cidades brasileiras: a prefeitura de São Paulo, juntamente com o escritório Metro Arquitetos Associados, lançou o projeto-piloto chamado de “Ocupa Rua” (GALANI, 2020). O projeto visa a auxiliar na reabertura de bares e restaurantes e garantir a segurança das pessoas, reduzindo a possibilidade de contágio. Em Salvador, medidas semelhantes são tomadas, permitindo que tais estabelecimentos enviem os projetos de ocupação para a aprovação da prefeitura, ação que, segundo a SEDUR, pode se tornar permanente (SALVADOR, 2020). Isso faz parte do projeto de retomada das atividades econômicas da cidade. Os estabelecimentos devem atender a algumas especificações determinadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). Entendendo a realidade das calçadas e do trânsito da cidade que já são deficientes em estrutura e dimensões, esses projetos podem transformar a circulação de pedestres ainda mais frustrante e perigosa, principalmente se levar pedestres a circularem nas ruas por ausência de espaço para passagem, cruzarem fluxo com garçons e pessoas com deficiência terem de lidar com mais obstáculos.

Além disso, embora tais iniciativas tenham um apelo interessante, o risco é retomar as restrições de público que já existiam antes da pandemia e intensificá-las. Outra questão importante de ser levantada, é a priorização do Estado em utilizar mais uma vez os espaços públicos como alavanca para a economia, privilegiando o privado ao invés do coletivo. Ao mesmo tempo em que suprime cada vez mais os espaços de uso coletivo público, que já são escassos em nossas cidades. É importante pensar em possibilidades mais viáveis e que atendam a todos os grupos sociais, ao mesmo tempo que colaborem com os estabelecimentos. Por exemplo, o Estado poderia investir em medidas de requalificação de calçadas e criação de equipamentos que

possam servir de suporte para restaurantes, mas que não estejam vinculados a eles, possibilitando o uso de qualquer pessoa que passe pela rua/calçada. Da forma como as ações estão sendo tomadas, cresce o receio de que este seja um dos exemplos de como a busca por segurança, que já ameaçava os espaços públicos, vai se comportar durante e no pós pandemia.

Olhando por outro ponto de vista, vemos que durante a pandemia, quando os espaços públicos tiveram seu acesso restrito para boa parte da população, essa esfera passou a ocupar diferentes espaços, especialmente os limites dos edifícios. Isso fica evidente ao perceber como as pessoas passaram a utilizar suas janelas, varandas, portas e telhados para interagir com outras pessoas e realizar atividades que antes faziam no ar livre. Lemos (2020c) menciona que a janela se tornou a forma de entrar em contato com o mundo, assim, o número de comemorações, trocas, apresentações, demonstração de agradecimento e protestos que se presenciou nesse espaço foi surpreendente. A ausência de pessoas nas ruas não as impediu de manter sua característica de comunidade. O espaço privado da casa também se tornou público em algumas situações, especialmente esses limites da casa, por conectarem as pessoas (LE MOS, 2020c). As Figuras 8 e 9 ajudam a reforçar esse caráter de comunidade que as sociedades possuem, a troca antes estabelecidas nos espaços públicos não se perdeu, apenas mudou de lugar.

Figura 8: No Rio Grande do Sul, pessoas fazem apresentações em suas janelas para interagir com os vizinhos



Fonte: Mansque (2020).

Figura 9: Cenas como essa ficaram muito comuns na Itália durante a pandemia, onde os vizinhos faziam companhia e se relacionavam através das janelas, varandas e portas



Fonte: Constanzo D'Angelo (2020).

No caso de um estudante de educação física que mora no bairro Vila Brasilândia de São Paulo, um dos mais afetados com o número de mortes, o espaço público foi substituído por sua laje, em um movimento que ficou conhecido como “aulão na laje”. Em troca com os vizinhos, ele começou a realizar seus exercícios no topo de sua casa enquanto os demais acompanhavam as atividades de suas janelas, varandas, lajes e ruas (CARNEIRO, 2020). Tal prática, ilustrada na Figura 10, nos mostra como a troca característica da esfera pública ganhou lugar nos limites do espaço privado. Percebe-se também com esse exemplo, que embora a aproximação das duas esferas seja vista como algo preocupante e que pode trazer perdas para a pública, ela também possui pontos positivos em um momento de crise. Reforça, ao

mesmo tempo, a importância dos espaços públicos e o saudosismo sentido pelas pessoas com as restrições colocadas.

Figura 10: Morador da Vila Brasilândia realiza exercícios em sua laje e é acompanhado pelos vizinhos



Fonte: Carneiro (2020).

- **Atravessamentos tecnológicos e os espaços públicos**

Em geral, o meio digital acaba se comportando como uma esfera híbrida, não sendo nem inteiramente pública nem privada. Durante a pandemia isso se tornou ainda mais nítido, ao se colocar parte da esfera pública dentro de espaços privados. Devido ao distanciamento social, plataformas digitais têm ganhado muito mais seguidores, servindo como apoio para amenizar o tédio e a ausência de outros, aumentando o seu uso durante a pandemia. Com essa massificação do uso de meios digitais, surge indagações sobre a substituição ou extensão dos espaços públicos por essas ferramentas. O fato de elas possibilitarem interações e suscitarem questões políticas, papel desempenhado também pelo espaço público, é que tem levado ao levantamento dessas hipóteses. A professora Zenith Delabrida, em *live* sobre os espaços públicos, diz acreditar que o espaço virtual já faz parte da nossa vida e que pode se intensificar no futuro, principalmente pensando em plataformas que

possibilitem o livre acesso de pessoas, a exemplo do YouTube, e que promovam discussões (A PSICOLOGIA..., 2020). Ela então acredita na possibilidade de considerar o espaço virtual como espaço público. Na mesma *live*, a professora Ada Mourão discorda desse ponto de vista, entendendo que o espaço virtual, ao contrário do espaço público, não é de uso gratuito, não permitindo o livre acesso de pessoas. No entanto, ela chega a considerar integrar esse espaço à esfera pública. Oscar Sobarzo, por sua vez, traz a visão de que o espaço público deve possuir uma dimensão física, descartando assim a possibilidade de encaixar o espaço virtual nessa categoria (O ESPAÇO..., 2020).

Ada Mourão traz outro ponto relevante para a discussão ao lembrar que movimentos sociais de luta e protesto, embora tenham forte presença online, através de fóruns, redes sociais, entre outras mídias, ganham muito mais força e visibilidade no espaço público (A PSICOLOGIA..., 2020). Se trouxermos o ponto de vista de Arendt (2007) de que no espaço público é onde se é visto e é onde se constrói a realidade, teremos mais uma confirmação dessa característica dos espaços públicos. Além disso, nos espaços públicos é possível interagir com a diversidade urbana, os variados grupos sociais, fazendo com que tenhamos de lidar com diferentes classes, raças, crenças, opiniões. Todavia, no mundo virtual, as pessoas escolhem o tipo de exposição ao qual vão se submeter, não necessariamente interagindo com a mesma diversidade que se encontra na esfera pública.

Como trazido por Lemos e Marques (2020), muitas dessas plataformas que permitem a congregação de pessoas, coletam seus dados para melhor traçar um perfil sobre elas. Eles fazem uma correlação entre observar uma pessoa pela janela, que implicaria em ter conhecimento mínimo sobre a sua rotina, suas tarefas, mas não seus gostos, com o fato de segui-la em uma rede social. Em plataformas como Twitter, Spotify, Facebook, Instagram (em sua maioria de uso “gratuito”) e tantas outras, é possível ter acesso a variadas informações pessoais (atividades, interesses, lugares frequentados...) que são coletadas e armazenadas digitalmente. As informações coletadas por elas, são utilizadas para fins mercadológicos, administrativos, policiais, entre outros (LEMONS; MARQUES, 2020), fazendo parte de um capitalismo de dados ou de uma vigilância guiada. Segundo os autores, tais mecanismos tensionam questões de privacidade e podem ser usados para influenciar seus usuários, assim como prever tendências, contribuindo, inclusive para uma retroalimentação de

informações e conteúdos, fazendo com que a pessoa seja inserida em uma bolha de informação (CARLÓN, 2020).

Carlón (2020) também traz seus receios sobre os problemas de tornar público o que se compartilha nas mídias privadas. Ele dá o exemplo do sistema midiático *Underground* que corresponde a ferramentas como Zoom, Whatsapp, Google Meet e que tiveram seu uso ampliado nessa pandemia. Elas têm auxiliado na interação de pessoas nas redes de trabalho, educação, Estado, familiar e de amigos. Segundo o autor, o compartilhamento de informações dessas mídias com os meios massivos e as redes sociais, têm contribuído para complexificar a circulação de sentido e “estabelecer uma nova etapa nas relações entre o íntimo, o público e o privado” (CARLÓN, 2020), acelerando a imersão da nossa sociedade. Isso significa que informações trocadas em um espaço público-privado, *Underground*, que facilitam o registro do conteúdo, estão sendo compartilhadas nos demais meios digitais, aumentando a circulação pública dele. Isso se dá, porque muitas das conversas e trocas que eram feitas cara a cara, agora são realizadas através dessas mídias. Tais questões levam a uma drástica transformação nas mídias contemporâneas, pois afetam a forma de circulação espaço-temporal (CARLÓN, 2020).

Quando se fala em tecnologia e ferramentas digitais, percebe-se uma dificuldade de boa parte da população em acessar o espaço virtual, pois ele prescinde recursos como celulares, computadores e *internet*. Rolnik (A CIDADE..., 2020) alerta para o fato de boa parcela da população brasileira não ter acesso a *internet*. Lemos ainda reflete que “o isolamento digital é para quem pode, um luxo para poucos em um país de miseráveis” (LE MOS, 2020c). Como já discutido, muitos brasileiros não possuem esses recursos, às vezes nem mesmo energia elétrica, o que implica dizer que para essas pessoas o espaço virtual praticamente é inexistente.

Percebemos assim, que o espaço virtual toca as duas esferas, tanto pública quanto privada, talvez podendo ser classificado como um híbrido ou o espaço coletivo privado. Como salienta Sobarzo, é um espaço sem forma, não se encaixando perfeitamente nas categorias aqui analisadas (O ESPAÇO..., 2020). O que nos leva a pensar se ele se encaixaria nas demais categorias, entendendo que, por ser infinito, possui diversas estruturas e funções atuando em um mesmo espaço, muitas vezes sem dialogar com as demais. Classificá-lo como espaço público é difícil, pois embora ele apresente muitas características inerentes a este, elas não possuem uma

definição clara. Existe diversidade, troca, festa, encontros neles, mas que se dão de maneira privada, não trazendo a mesma visibilidade e vitalidade características do espaço público nem os pactos de convivência e conflitos inerentes.

Falando sobre a tecnologia e o espaço que ela tem ocupado nesse período de pandemia, é importante discutir também o impacto dessa mudança no trabalho. Muitas pessoas têm se utilizado desses recursos para exercer seu trabalho de maneira remota, o que pode acelerar uma tendência que já vinha crescendo lentamente e que aparenta ser permanente. Isso implicaria em mudanças nos espaços privados, com uma adaptação para essa nova atividade, ao mesmo tempo que afetaria os espaços públicos. Considerando que muitos dos espaços públicos hoje em dia são utilizados como passagem (ruas e calçadas), a redução do deslocamento de pessoas para o trabalho, produziria mudanças nesses espaços.

Por outro lado, a construção e aluguel de edifícios comerciais também diminuiria, sendo necessário repensar novos usos para esses espaços ociosos e por que não espaços públicos? O trabalho remoto também possibilitaria o deslocamento de pessoas para áreas mais afastadas dos centros das cidades, como subúrbios e interiores (LEMOS, 2020a). Outra tendência possível é a aproximação entre os locais de trabalho e de moradia, o que pode incentivar a utilização de meios de transporte alternativos, como bicicletas e caminhadas, embora isso muito provavelmente atingiria apenas aqueles que tem acesso ao mercado imobiliário formal. Isso poderia ocasionar uma maior utilização e a adaptação dos espaços públicos, mudanças que também beneficiariam o meio ambiente (MELO, 2020). Rolnik (2020) ainda discute o impacto dessas transformações para o trabalhador, que terá de arcar com novas despesas para adaptar sua casa ao seu trabalho, tendo que arcar com os recursos para exercer suas funções.

A natureza das mudanças que o trabalho em casa pode trazer aos espaços públicos ainda não pode ser avaliada; no entanto, se pensarmos em concepções de cidade e sociedade da antiguidade, veremos que muitos dos trabalhos eram exercidos no ambiente doméstico. Considerando que nestes contextos os espaços públicos possuíam grande representatividade para a vida urbana, podemos ser otimistas e pensar na possibilidade de ressignificação dos espaços públicos na contemporaneidade. Especialmente se pensarmos que no cenário atual, o saudosismo e a baixa taxa de contaminação desses locais, influencia a sua utilização.

A tecnologia também vem intervindo na construção e apropriação dos espaços públicos. O que Souza (2018) já trazia sobre a administração privada de espaços públicos, com a instalação de câmeras de segurança para monitoramento de seus usuários e controle das atividades exercidas no local, agora é acrescido de novos recursos. Segundo Lemos e Marques (2020), o agenciamento do vírus, durante a pandemia, tem sido feito com a utilização de tecnologias que auxiliam no controle, monitoramento e vigilância da população, principalmente por alguns governos. Essa prática de capitalismo de vigilância já vinha crescendo de uns anos para cá e tem se intensificado na pandemia como forma de controle e monitoramento da população. Eles se apoiam em Giorgio Agamben ao dizer que estas decisões serviriam de desculpas para governos exercerem poderes totalitários. Tal prática se dá através de dispositivos que permitem a formação de mapas de fluxos através da geolocalização de aparelhos celulares (como o caso citado da parceria entre a empresa Inloco e o Instituto de Saúde Coletiva da UFBA), o uso de *bluetooth* para identificar pessoas com sintomas, aplicativos que monitoram sintomas, drones para reforçar o isolamento e dispersar aglomerações, câmeras de reconhecimento facial e térmicas. Esse tipo de tecnologia tem um papel relevante no controle da doença, mas afeta diretamente a forma como as pessoas se apropriam e se sentem nos espaços públicos.

A utilização desses recursos demanda o armazenamento de dados que traçam perfis para seus usuários, criando assim sociedades dataficadas, mais suscetíveis ao controle de governança algorítmica. Esse registro de informações pode gerar novos dados, podendo formar uma modulação de comportamentos para fins políticos (LEMONS; MARQUES, 2020). Leis que determinem a finalidade, práticas de segurança, tempo de vida dos dados, mecanismos de governança e aplicação de punições administrativas ainda não existem no nosso país, segundo Lemos e Marques (2020), embora estejam sendo discutidas. Elas são de extrema importância para maior segurança jurídica e para a proteção das pessoas. Esses dados também devem ser tratados com segurança e ser descartados após uso.

Em contrapartida, como Daroda (2012) menciona em seu trabalho, a tecnologia também pode ser benéfica aos espaços públicos, especialmente se usada de maneira consciente. Exposições de luz é um bom exemplo desse uso, inclusive sendo utilizado durante a pandemia em alguns casos. A iluminação das cidades durante o natal já é uma prática recorrente, inclusive em Salvador. No ano de 2020, a disposição de uma

decoreção ao ar livre nas praças, dentre elas o Largo do Campo Grande, permitiu que pessoas pudessem encontrar uma forma de lazer mais segura, servindo de atrativo para o espaço público. O movimento #iclapfor que começou como as palmas de pessoas em suas casas em agradecimento aos profissionais de saúde durante a pandemia, se transformou em uma forma de arte e vêm sendo projetada em diversos edifícios nas cidades do mundo (NOORATA, 2020) também é um exemplo de como a tecnologia utilizada nos espaços públicos pode passar uma mensagem de cuidado e suporte em momentos difíceis, como mostra a Figura 11.

Figura 11: Projeção de arte nos espaços públicos através da tecnologia como forma de agradecimento aos profissionais de saúde pelo seu papel que tem desempenhado na pandemia



Fonte: Berry (2020).

A tecnologia de fato é controversa. Por um lado ela exclui, oprime e afasta as pessoas do mundo físico, mas ao mesmo tempo ela conecta e tem desempenhado um papel muito importante em vários setores da sociedade durante essa pandemia. Ela contribui para dar visibilidade para diversos assuntos neste momento em que

muitos dos espaços públicos encontram-se praticamente inacessíveis e tem contribuído muito para a divulgação de questões importantes como aproximar a academia, a arte, a música das pessoas. Se pensarmos na quantidade de *lives*, palestras e seminários que vêm sendo produzidas e divulgadas em canais “abertos” como YouTube, podcasts e no jornal, veremos que o pensamento de estudiosos da academia transcendeu o espaço das universidades e o seu público, se tornando um pouco mais acessível para uma parte da população que não tinha contato com essas produções. Profissionais de diversas áreas trazendo seus conhecimentos para o público nas plataformas digitais tem contribuído para a disseminação do conhecimento e para a amplificação do debate e as mídias têm tido um papel fundamental nisso. Do ponto de vista das artes e performances, vemos cantores disponibilizando conteúdos de graça na internet e a criação de museus virtuais para exposição da arte produzida durante a pandemia, como é o caso da página do Instagram Covid Art Museum, que disponibiliza fotografias, pinturas, desenhos, entre outros, para os usuários dessa plataforma. Embora tais recursos não sejam de livre acesso para toda a comunidade, elas contribuem para manter um senso coletivo, manter as trocas, os aprendizados, os diferentes pontos de vista.

Todavia, toda moeda tem dois lados. Ao mesmo tempo que a acessibilidade à informação tem ganhado grande destaque, os locais onde se busca esse conhecimento não são sempre confiáveis. Como a internet possui acesso livre, qualquer um pode dar sua opinião, seja ela baseada em fatos ou não. Assim, com o alto número de informações que circulam pelas redes, se torna difícil rastrear a origem daquilo que se lê e qual a intenção de quem a disseminou, e se era para contribuir cientificamente, criticar, causar discórdia ou por causa de segundos interesses, como ganhar dinheiro e poder (SERRANO, 2020). O número de *fake news* cresceu muito durante a pandemia e o desconhecimento da doença e a falta de um posicionamento coordenado entre as instituições públicas contribuíram para isso. A imprensa e outros meios de comunicação têm um comprometimento em averiguar suas informações e estão enfrentando problemas com as *fake news* (SERRANO, 2020). Elas são amplamente compartilhadas por mídias como Facebook, Twitter, Whatsapp etc. que, durante a pandemia, acabaram por mudar de atitude e passaram a controlar e suspender aquilo que não fosse verdade.

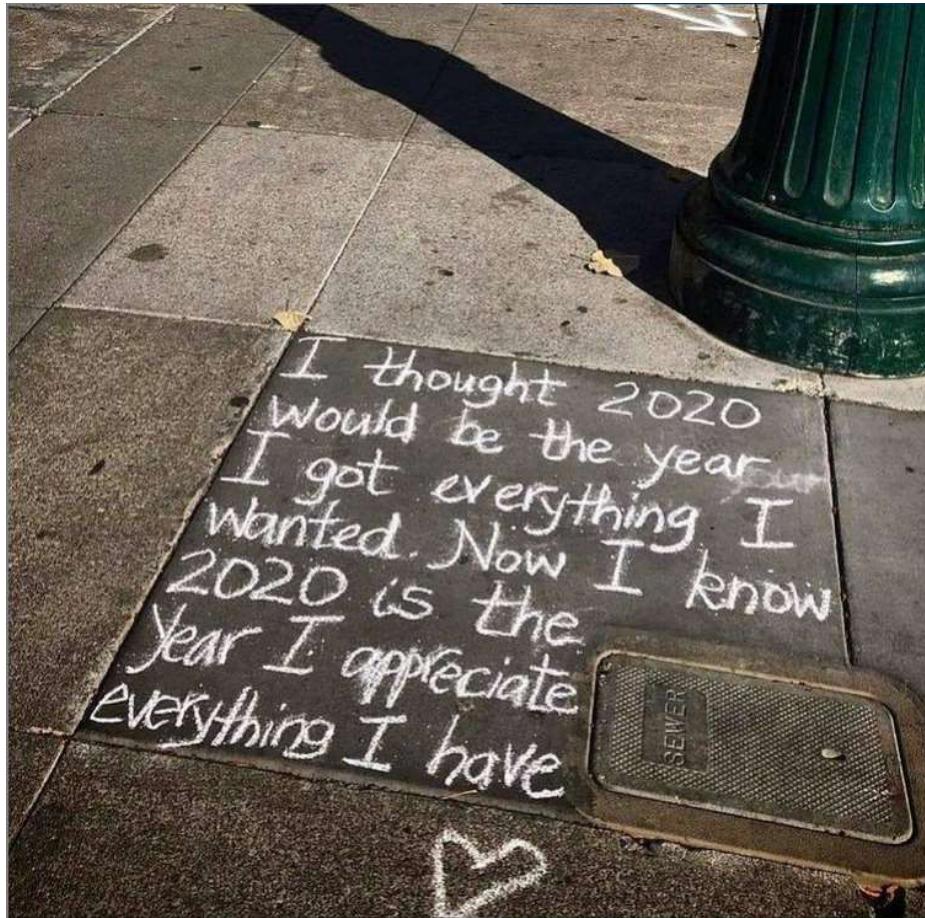
Essas notícias falsas têm contribuído para a (des)informação e até causando pânico em seus usuários (LUPTON, 2020), sendo necessário questionar a veracidade do que se compartilha. Sendo assim, para um melhor aproveitamento e discernimento do conteúdo a que somos constantemente expostos, é necessário que se tenha um senso crítico. Este tem suas bases em uma construção social fundamentada, o que Telles (1990) chama de senso comum, que é desenvolvido em coletivo e que a pandemia tem reforçado ainda mais sua ausência. Nesse sentido, podemos perceber a influência que a situação atual tem infringido nas regras e comportamentos que foram construídos até este momento.

- **Estranhamentos, novas regras, comportamento e suas mudanças**

A superexposição a informações tem gerado sentimentos de ansiedade, medo e pânico. Os espaços de uso coletivo são muitas vezes apresentados como locais inseguros, com possibilidade de contaminação, o que pode gerar uma insegurança com relação ao uso e a apropriação deles, intensificando o afastamento que já se tinha antes da pandemia. Por outro lado, os distanciamentos ou isolamento social tem favorecido uma porção de mudanças de comportamento. Ao ficarmos distante dos outros, percebemos a necessidade que possuímos de viver em comunidade e o desejo de proximidade (LEMOS, 2020a). Nossas rotinas foram abaladas e isso faz com que procuremos novas maneiras de ocupar o tempo, a exemplo de leituras, observação e escrita de etnografia das janelas, relatos diários sobre o confinamento etc., muitas delas inclusive sendo compartilhadas nas redes sociais (LEMOS, 2020c). As produções artísticas e literárias nos fazem perceber também o quanto a dimensão do espaço público transcende sua materialidade, estando presente também no imaginário das pessoas, nos seus sentimentos, nas suas memórias e histórias. Essas mudanças de consciência de mundo são expressas de diversas maneiras, inclusive nos espaços públicos. A Figura 12 demonstra isso ao trazer a reflexão de uma pessoa na calçada: “Eu achei que 2020 seria o ano em que eu conseguiria tudo que queria. Agora eu sei que 2020 é o ano que eu aprecio tudo que eu tenho” (tradução da autora)³.

³ “I thought 2020 would be the year I got everything I wanted. Now I know 2020 is the year I appreciate everything I have”

Figura 12: Reflexões sobre a pandemia são expressas nas calçadas das cidades



Fonte: Godfred e Chalk (2020).

Esses novos comportamentos e rotinas também afetam o espaço público, pois o distanciamento de um determinado local interfere na maneira como o enxergamos, o entendemos e nos apropriamos dele. Zenith destaca que quando se perde a conexão entre sujeito e espaço, perde-se também a ideia de importância e da função daquele espaço (A PSICOLOGIA..., 2020). Ela levanta que na psicologia ambiental existe o espaço pessoal, que seria a distância que se precisa para interagir com outra pessoa, e a territorialidade, que seria como os grupos se organizam no espaço e determinam o acesso a ele (A PSICOLOGIA..., 2020). Assim, ela entende que a distância estabelecida para evitar a contaminação entre pessoas, já determina como as interações vão se dar nesse período de pandemia, principalmente se levarmos em conta o povo brasileiro, que é conhecido pelas suas relações próximas e calorosas. Além disso, as novas regras de comportamento nos espaços públicos como o uso de máscaras, álcool em gel, entre outros também vão gerar estranhamentos na reapropriação desses espaços.

As Figuras 13 e 14 são algumas projeções do imaginário e da realidade que as pessoas fazem dos espaços públicos durante a pandemia, sendo uma boa representação do que seriam o espaço pessoal e a territorialidade, respectivamente, tensionados pelas regras de distanciamento em tempos como esse. A Figura 13 tinha como descrição a seguinte passagem: “Representando diretrizes do distanciamento social, este trabalho retrata a ansiedade associada ao acesso a espaços públicos em decorrência da pandemia COVID-19. Neste trabalho, a ansiedade efetivamente atua como uma barreira física em torno de cada indivíduo que sabe que qualquer proximidade física poderia colocar eles, seus entes queridos e todos os indivíduos próximos em risco” (tradução nossa).⁴

Figura 13: Demonstração do que seria o espaço pessoal na pandemia



Fonte: Aring (2020).

⁴ "Representing social distancing guidelines, this work depicts the anxiety associated with accessing public spaces as a result of the COVID-19 pandemic. In this work, anxiety effectually acts as a physical barrier surrounding each individual who knows any physical proximity could put themselves, their loved ones, and every surrounding individual at risk."

Figura 14: Representação da territorialidade nos espaços públicos durante a pandemia



Fonte: Mdraft (2020).

Alguns dos comportamentos tomados pela população brasileira durante a pandemia também entram nas discussões que vêm sendo feitas. Karnal entende que a negação da pandemia estaria ligada a uma imaturidade de parte da população, que tenta demonstrar não sentir medo (O PIOR..., 2020). Ele ressalta também que os brasileiros têm uma certa desconfiança de ações coletivas e que nossa percepção das coisas se dá através do que ele denomina de “pensamento mágico”, no qual as pessoas esquecem que cada um tem uma parcela dentro da sociedade e esperam que uma figura de “herói” venha resolver todos os problemas. Schwarcz ressalta de maneira semelhante que o povo brasileiro tem diferentes noções entre imaginário e realidade, o que faz com que tentemos negar a situação atual, sempre querendo estar em outro lugar ou situação (O MUNDO..., 2020). Por sua vez, Daniel Barros vai entender que o comportamento das pessoas na pandemia estaria ligado a uma questão moral e que sem um posicionamento único das instâncias de governo, cada

um irá lidar com a pandemia de acordo com o que acredita ser a “maneira correta”, assim, cada um cria suas regras (O NOVO..., 2020). Ainda questiona sobre um ideal coletivo de que as coisas são bagunçadas no Brasil, argumento que é usado como justificativa para o descontrole da pandemia.

O uso da máscara em si, já se apresenta como um grande entrave. Enquanto utensílio que esconde expressões, ele dificulta o entendimento de sinais não verbais que foram desenvolvidos para facilitar a socialização entre conhecidos e desconhecidos (A PSICOLOGIA..., 2020). Isso implicará em novas adaptações na forma de comunicação, que pode tanto trazer de volta o papel do discurso para os espaços públicos, quanto gerar conflitos. Lemos (2020b) ainda chama atenção para outra questão relacionada ao uso de máscaras: o seu caráter político. Em nosso país, não existe uma visão única sobre as medidas a serem tomadas no combate à pandemia, que virou politização. Enquanto os estados e municípios tentam minimizar os efeitos causados pelo vírus e implementar medidas de segurança, o Governo Federal adotou uma postura negacionista e anticientífica. Isso implica dizer que o uso ou não de máscaras também está relacionado com o posicionamento político de cada indivíduo, seja ele a favor ou contra o governo. Ao mesmo tempo, a falta de um bom senso, divide a população e complica o combate à pandemia.

Zenith ainda ressalta que as posturas antidemocráticas do governo interferem também no espaço público, se considerarmos que este é um direito e faz parte de uma construção coletiva (A PSICOLOGIA..., 2020). Ou seja, o que será da construção deles sem uma democracia? Todavia, os momentos de crise se apresentam como uma oportunidade para se pensar mudanças sociais, de governo e das formas de produção, apropriação e uso do espaço.

- **Mudanças espaciais e políticas na cidade e nos espaços públicos e sua relação com o controle e a liberdade**

As mudanças na produção do espaço da cidade são mais um ponto de reflexão entre as discussões. Em alguns países se discute transformações nos grandes centros urbanos, criando-se “cidades de 15 minutos” de distância, isso possibilitaria que as pessoas pudessem se deslocar dentro da cidade a pé ou de bicicleta. Neste pensamento também estaria atrelada a questão da proximidade entre residência e trabalho discutida antes. Por outro lado, o trabalho exercido de maneira remota

possibilita que pessoas possam morar longe de seus ambientes de trabalho. Durante a pandemia, já se observa que pessoas que vivem nos centros urbanos se deslocaram para o interior ou para os subúrbios, movimento, que segundo Chalhoub (POR QUE..., 2020) é recorrente nas classes mais altas em outros momentos da história e que, segundo Varella (FORÇA SUS..., 2020) contribuiu para a disseminação do vírus no interior, que não tem estrutura devidamente equipada.

Quando Rolnik (1995) discute sobre o que é cidade em seu livro, ela fala sobre a predominância da cidade sobre o campo e como a expansão da cidade através de periferias, subúrbios, distritos industriais, entre outros vão absorvendo as zonas agrícolas. Nos questionamos então se esse movimento de saída da cidade por conta da facilidade do trabalho à distância também não seria um fator de aceleração desse incessante movimento de urbanização. Principalmente agora que aglomeração, uma das características das cidades, virou sinônimo de insegurança e a necessidade de estar nesse ambiente para produzir e consumir incessantemente pode não ser mais tão indispensável.

Todavia, nem todos os países e cidades seguem a mesma dinâmica. Em países como o Brasil, onde a produção das cidades se dá de maneira diferente das europeias e norte americanas, Sennett acredita que se adaptar a esse modelo de “cidade de 15 minutos” seria uma tarefa muito difícil, levando em conta que as favelas e subúrbios se encontram muitas vezes distantes do centro, assim tornando a lógica de caminhar para o trabalho, algo mais complexo (PÉREZ-LANZAC, 2020). Parte da população que não trabalha de maneira remota, também não poderia seguir esse movimento. É entendendo a diversidade e as desigualdades das cidades brasileiras que estudiosos do urbanismo se preocupam com essa realidade do nosso país. Raquel Rolnik e Nabil Bonduki discutem sobre o receio de que, em reformas para melhorar o saneamento e controlar a proliferação do vírus das cidades, governantes acabem por recorrer a modelos higienistas anteriores (apresentados no capítulo três), reproduzindo os mesmos problemas e afastando a população de baixa renda para áreas ainda mais distantes do centro (PANDEMIA..., 2020). Ao falar do cólera, que atingiu principalmente os escravos e os mais pobres, Chalhoub (POR QUE..., 2020) ressalta que as doenças se espalham por conta das condições sociais que encontram e que, nessa época, ela serviu como uma das justificativas para acabar com os cortiços. Assim, se expulsava essas populações das cidades em nome do

distanciamento social e da criminalidade, contribuindo para as cidades segregadas social e espacialmente que temos hoje. Ele afirma então que “a morte é uma doença social” (POR QUE..., 2020) e que afeta de forma desigual as pessoas justamente por conta da desigualdade existente nas cidades.

Tais modelos contribuem para estabelecer um maior controle e visibilidade por parte dos governos, em parte por entenderem a ocupação informal como “território inimigo”, que, segundo Rolnik (2020, p. 69) “é inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região; da polícia, porque em seus espaços irregulares e densos é difícil de penetrar; dos médicos, porque ali, espaço sem saneamento, proliferam os parasitas que se reproduzem nos esgotos a céu aberto”. Esse pensamento se mostra preocupante quando averiguamos o aumento dos despejos que ocorreram durante a pandemia e a tendência histórica de obras de grande porte após epidemias. Em Salvador, percebe-se isso nos locais onde as grandes obras e projetos urbanos, que já expressavam essa intenção de expulsar a população e muitos dos quais não pararam durante a pandemia, aceleraram esse processo e o realizaram de maneira mais autoritária. No entanto, o momento em que vivemos e a forma como estamos lidando com o vírus, nos mostra que reformar a cidade, abrindo grandes vias, não se justifica como política sanitária. O saneamento é de extrema importância, mas atrelado a ele devem vir outras medidas.

Ana Fernandes e Raquel Rolnik defendem políticas de proximidade, de escala local e territorial (CIDADE..., 2020). Elas usam o exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), que possui uma grande capilaridade pelo território brasileiro e que pode contribuir com a prevenção do contágio, estando mais perto dos territórios, promovendo um maior alcance da população, principalmente de baixa renda. Questionam as políticas de combate verticais que vêm sendo tomadas, que gastam uma grande quantidade de dinheiro e que não possuem a devida transparência sobre como essas decisões são tomadas. Varela também debate sobre o tema dizendo que o cuidado básico contribui muito para não sobrecarregar o sistema de saúde e aponta que um dos problemas do SUS é a falta de articulação e organização entre as instâncias de poder (FORÇA SUS..., 2020). Todos os três chamam a atenção para a incapacidade do Estado em trabalhar com questões do cuidado próximo, o que traz este ponto como algo relevante a se pensar durante e após a pandemia.

Ao mesmo tempo, as políticas de imunização da população devem ser implementadas com cuidado, atenção e sobretudo com informação à população. O historiador Chalhoub relembra a revolta da vacina que houve no início do século XX, após um surto de varíola (POR QUE..., 2020). Segundo ele, no período se tinha uma classe política dividida, questões religiosas (relação do orixá Omulu e a doença), truculência à aplicação da vacina e o despotismo sanitário (as pessoas eram obrigadas a tomar a vacina). Essa revisão histórica se mostra relevante para o momento atual de vacinação, demonstrando a necessidade de um alinhamento entre as autoridades, de campanhas de incentivo e informação sobre os procedimentos e os cuidados a serem tomados. Uma das preocupações que vêm surgindo é com relação à imunidade, na qual muitas pessoas colocam suas esperanças na vacina sem entender que existe um período de espera para que ela possa funcionar e que ainda são necessárias medidas de prevenção como o uso de máscara e distanciamento social, mesmo após a vacinação, ou seja, a informação deve ser clara e acessível.

Wickert (2020), por sua vez, traz propostas interessantes ao pensar os espaços públicos. Ela entende que devido à crise econômica causada pela pandemia, muitos governos não terão como financiar grandes obras nas cidades, por isso sugere pensar formas de gestão que permitam a reapropriação dos espaços públicos com maior segurança. Ela menciona propostas já aplicadas em algumas cidades antes desse período, como o fechamento de ruas em determinados dias da semana para que as pessoas possam praticar atividades ao ar livre e com o devido distanciamento. Uma maior aproximação com o território, promovendo ações ligadas entre os municípios e os moradores da cidade também é uma alternativa, especialmente se levarmos em consideração o comentário que Zenith faz de que quando um grupo entende que o cuidado de si extrapola para o ambiente, os indivíduos passam a cuidar também do espaço (A PSICOLOGIA..., 2020). Com relação aos espaços públicos, algumas medidas sanitárias podem contribuir fortemente com o enfrentamento da crise, uma delas seria a implementação de banheiros públicos e pias públicas, atitude que já vem sendo tomada em alguns locais, como já foi mostrado. Medidas pequenas como essa podem ser de grande impacto e evitar muitos constrangimentos e comportamentos frequentes antes da pandemia, como pessoas que urinam na rua, por exemplo. Este

se apresenta como um exemplo interessante de como a *ville* pode influenciar a *cit * sem corrompê-la.

Essa discussão se torna ainda mais relevante quando Firmino (2020) discute a territorialidade do vírus, entendendo-o como agente transformador do espaço. Seu argumento se baseia na capacidade do vírus de impor indiretamente medidas sobre os territórios, como as de conten o, preven o, uso de tecnologias etc. Segundo ele, o território está sobre algum tipo de soberania e o vírus retirou esse poder dos antigos produtores de cidade. O papel que   exercido pelo Estado e por interesses capitalistas, como já discutido,   agora colocado em xeque. Raquel Rolnik fala sobre uma crise do modelo capitalista, do modelo do Estado (CIDADE..., 2020) e como o sucesso das medidas implementadas por cada setor governamental vão influenciar as escolhas dos futuros líderes do país, principalmente pelo interesse crescente na segurança. Sennett também prevê mudanças nessa área, acreditando na amplia o do poder do Estado, com vista no bem-estar social (PÉREZ-LANZAC, 2020). Essa discussão se torna extremamente relevante quando nos deparamos com as a o es controladoras, vigilantes, repressoras e antidemocráticas que vêm sendo tomadas por vários governos no mundo e principalmente no Brasil.

A ausência de coordena o do governo federal durante a pandemia nos mostra o quanto isso   prejudicial em momentos como o que estamos vivendo. Ao discutir sobre crises sanitárias passadas, Lupton (2020) ressalta que elas “são intensamente políticas, envolvendo reivindica o es e contra-reivindica o es sobre o conhecimento cr dvel, cujas orienta o es deve-se confiar, e qual a melhor maneira de informar e gerenciar públicos e os grupos de risco/em risco”. O Estado brasileiro, em particular, tem mostrado uma desarticula o entre as suas três esferas de governo no combate   pandemia e isso interfere diretamente na qualidade das medidas tomadas e em seus resultados. Políticas essas que não dialogam com as dinâmicas das cidades e dos espaços públicos. Ana Fernandes critica algumas das políticas emergenciais que vêm sendo tomadas, em que grandes quantidades de recursos são disponibilizadas, iniciativas das mais diversas ordens são tomadas, em um ativismo governamental do qual não temos qualquer controle e/ou acesso como cidadãos (CIDADE..., 2020). Com essa divisão entre Governo Federal, Estados e Municípios, cada um aplicando medidas separadas e contraditórias,   muito difícil para a popula o entender o que fazer neste momento de crise, especialmente com a forte circula o de *fake news*.

A situação se agrava ainda mais com as medidas antidemocráticas e opressoras que vêm sendo implementadas e difundidas durante esse período. A única opção de prevenção tomada pelos governantes foi a de políticas de proibição, que, embora não sejam obrigatórias, são fiscalizadas e incentivadas, como o isolamento social, o uso de máscara e de álcool em gel e distanciamento social.

Questionamentos surgem principalmente por ser um problema de invasão de privacidade por parte dos poderes públicos. Atualmente, países como a Coreia do Sul e China vêm se utilizando dessa vigilância digital massiva, o que tem repercutido na redução do número de casos. No entanto, este uso é controverso, por levar a um alto grau de monitoramento de pessoas. Tais alternativas dão margem para governos totalitários se utilizarem de um maior controle sobre a população. Santos (2020) inclusive questiona essa forma de “segurança” em detrimento da liberdade. Este último é um outro conceito que vem sendo debatido.

Diante das injustiças e das desigualdades sociais que estão sendo escancaradas na nossa frente, diversos questionamentos sobre as práticas de ordem e controle começaram a ser levantados. Dentro do âmbito dos espaços públicos isso também ganha força, principalmente nos movimentos de protesto que eclodiram na pandemia. Uma das discussões levantadas a partir deles, principalmente do movimento antirracismo, veio com a derrubada de estátuas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Nesta última, a derrubada da estátua de um parlamentar inglês que ganhava a vida como traficante de escravos contribuiu para repensarmos o papel dos monumentos nos espaços públicos e o que representam.

Lilia Schwarcz traz para o debate o caráter não inocente dos símbolos, das imagens e ilustrações que temos espalhados em nossas cidades, seja em forma de monumento, nomes de rua, estátuas etc (O MUNDO..., 2020). A função desses símbolos nas cidades varia, podendo se apresentar como algo cultural, histórico, artístico, memorial chegando até a enaltecedor de figuras opressoras, de pensamentos que não cabem dentro da nossa sociedade. Ela chama atenção para os monumentos dos bandeirantes de São Paulo, que se tornaram cartão postal da cidade e que retratam os portugueses liderando o movimento, montados em cavalos, os índios com crucifixos e os negros espremidos ao fundo. Questionamos então quem são essas figuras representadas e que discursos nos trazem, politizando assim monumentos públicos e ressignificando os espaços.

Segundo Arendt (2007), a liberdade estaria diretamente ligada à esfera pública, o que implicaria dizer que o confinamento de pessoas em suas casas seria uma afronta a sua liberdade. Lemos (2020a), por sua vez, vai questionar o pensamento atual, especialmente o brasileiro, de que a liberdade é uma propriedade privada, um direito individual. Isso se reflete no comportamento irresponsável de muitas pessoas que se eximem de seguir os protocolos de segurança (distanciamento social e uso de máscara) e se aglomeram em shoppings, festas, restaurantes e bares. Lemos (2020a) então chama nossa atenção para a dependência que temos de objetos (comida, produtos de mercado etc.), outros seres vivos (plantas e animais) e dos humanos (na limpeza, entrega, transporte, saúde). Assim, ele entende que uma das principais lições desta pandemia é que para ter liberdade, precisamos do outro, ela é um bem coletivo.

4.4 REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA E MUDANÇAS NA ESTRUTURA, FORMA E FUNÇÃO

A pandemia escancarou todos os problemas da nossa estrutura social, política e econômica, refletindo principalmente na maneira como lidamos e combatemos o vírus. Da mesma forma, ela também confronta muitos processos que tensionam ou reforçam essas estruturas. A economia sofreu grandes impactos com a pandemia, desacelerando a produção e o consumo em todo o globo. Os processos de troca e de circulação de produtos foi afetado com o fechamento das fronteiras e a retirada das pessoas das ruas. A produção que ocorria em determinado país, precisou ser substituída por uma produção nacional e o mesmo acontece com os comércios locais, de bairro, que ganham maior atenção. A globalização e a tecnologia também encontraram seus entraves, ao percebermos que o controle e a produção de bens em um só local é um problema mundial, como foi o caso da China que teve de se isolar e afetou o mercado global. Ao mesmo tempo, em um mundo globalizado, a disseminação da doença se deu de maneira muito mais rápida e com maior dificuldade de contenção, devido à grande circulação de pessoas. Características como essa reforçam a necessidade de um entendimento coletivo-global, em que as ações tomadas em cada país podem ter repercussão nos demais e isso vale tanto para o ponto de vista sanitário, quanto para o ambiental, econômico, político etc.

A tecnologia tem contribuído para que se tenha maior facilidade em lidar com diversos aspectos da pandemia, no entanto, seus recursos se mostram limitados ao não serem capazes de atender a toda a população. Ela também não substitui o contato, a necessidade de se encontrar das pessoas, embora tenha servido de consolo para muitos. Sua atuação também se reflete no mundo do trabalho, com o número de pessoas trabalhando de forma remota. Por outro lado, para aqueles serviços que não encontram salvação na tecnologia e na internet, o número de desempregados aumentou absurdamente em todo o mundo. Assim surgem questionamentos sobre como funciona nosso modelo econômico. Com base nas atitudes tomadas por alguns governos, Karnal ressalta que a economia precisa ser servida de pessoas e não pessoas de economia (O PIOR..., 2020). Entendendo que alguns governos, como o do nosso país, ainda insistem em colocar a economia acima da vida. Tal pensamento nos leva a questionar também a estrutura política da nossa sociedade e em que medida ela sofre interferência durante a pandemia.

A mídia assumiu papéis de críticos políticos, mais uma vez, expondo as circunstâncias para a população. A tecnologia tem tanto contribuído para nos facilitar o conhecimento sobre as medidas tomadas, como mecanismo de ordem e vigilância. Medidas antidemocráticas, que vêm sendo tomadas por vários governantes também são preocupantes quanto às restrições à democracia. A própria saúde tem sido conduzida como uma ação política, a exemplo da divergência entre instâncias de poder e da compra e distribuição da vacina. Barros ainda traz uma posição importante sobre as pessoas que seguem as ações dessas figuras políticas sem questionamento, refletindo que se para mudar de atitude, contestar algo, elas precisam que seu comandante mude, então elas não são livres (O NOVO..., 2020). Por outro lado, vemos exemplos de novas maneiras de se praticar o político, principalmente as realizadas por mulheres, como ressalta Schwarcz, que tem um olhar mais voltado para os cuidados com a população (O MUNDO..., 2020). Sem entrar no mérito das intenções, alguns países também efetuaram medidas que podem estar associadas a um certo entendimento de coletivo, de como estamos ligados uns com os outros. É o caso de países como Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha e França, que se comprometeram em doar vacinas para países mais pobres.

Do ponto de vista da estrutura social também se notam processos de mudança. A pandemia nos mostrou a realidade em que vivemos com a grande desigualdade, o

individualismo, a intolerância, o racismo, a antropomorfização de eventos naturais, o descaso com o outro. A visibilidade dessas características é o primeiro passo para se efetuar mudanças, que já vêm ocorrendo em algumas dimensões. Raquel Rolnik (1995) fala como a violência está ligada com a expressão da cidade dividida. A história nos mostrou os movimentos de protestos é uma característica da cidade industrial, que se intensifica em momentos de crise, fazendo com que seja preciso refletir também como a pandemia suscita isso. A desigualdade em suas diversas expressões nos foi escancarada neste período e isso contribui para insuflar um sentimento de injustiça. As manifestações contra o racismo é um exemplo disso e tem repercutido em importantes transformações que poderão interferir na estrutura social, cultural, como na forma e função dos espaços públicos.

Com relação aos grupos sociais e suas formas de apropriação e uso do espaço, Boaventura de Sousa Santos (2020) nos lembra como eles já viviam em quarentena antes da pandemia, como vimos em alguns exemplos, pois muitos não conseguem exercer plenamente o seu direito à cidade, não podendo frequentar livremente os espaços públicos e existir na cidade. Assim, percebemos como a pandemia agravou tendências e trouxe para a visibilidade problemas estruturais já existentes.

Se tem algo que a pandemia tem nos mostrado é a necessidade de pensar e agir como coletivo. No ano de 2021, quando a pandemia completa 1 ano, percebemos o quanto as nossas ações repercutem na situação em que vivemos, como a quebra do distanciamento social, do uso de máscaras e da higienização implica em um aumento de casos e mortes absurdas e na restrição mais incisiva das nossas rotinas com a implementação das medidas mais severas de isolamento social. Observa-se também que a forma como as pessoas têm lidado com a pandemia, principalmente no nosso país, tem uma forte relação com a moral, ainda mais agravada pela falta de unidade e coordenação do governo federal quanto ao combate ao vírus. Vemos que estão surgindo festas clandestinas, aglomerações, pessoas sem máscaras e sem manter o distanciamento social.

Como discutido por Lemos (2020a), essa ideia de liberdade como um direito privado ainda se faz muito presente no ideal das pessoas. Todavia, muitas esquecem que como cidadãos que dividem um espaço que não é apenas nosso, nós temos como dever o cuidado com o outro. A situação dos profissionais de saúde mostra isso, pois estes estão trabalhando incessantemente, se exaurindo psicologicamente para

atender os pacientes que só aumentam com a proliferação cada vez maior do vírus. Se todos temos direitos, onde estão o deles de descansar? A Figura 15, embora pareça salientar o óbvio, nos mostra o quanto deixamos de nos enxergar como comunidade, como um coletivo. Como Karnal destaca, precisamos deixar de viver com o “pensamento mágico” e começar a nos tornar sujeitos dentro da sociedade (O PIOR..., 2020).

Figura 15: Pessoas na pandemia voltam a repensar o coletivo e a implicação das suas ações na vida do todo⁵



Fonte: Schneider (2020).

Entre os rompimentos causados pela pandemia, está aquele ligado com a segurança. Enquanto nossa sociedade tenta se proteger através dos muros durante séculos, o vírus se apresenta como um invasor que não encontra barreiras, sejam elas físicas ou sociais. Nos deparamos com uma possível nova forma de encarar a segurança, trazendo o âmbito da saúde e da higiene como formas de proteção contra doenças.

⁵ “Eu não sei como explicar para você que você precisa se importar com as outras pessoas” (Tradução nossa).

De certa forma, a pandemia nos mostra dois movimentos contrários. Por um lado, vemos a aceleração de tendências que já vinham se concretizando, como já foi exposto, e por outro notamos como a redução das nossas atividades levou a uma desaceleração das nossas rotinas. Isso tem levado às mudanças de comportamento que foram citadas e que podem interferir na maneira como lidamos com o mundo. Partindo então da observação das tensões de mudanças sociais, políticas, econômicas e outras é que vemos como as categorias defendidas por Santos (1985) e por Lefebvre (2006) são indissociáveis e ajudam a entender as dinâmicas de produção do espaço em seu movimento histórico.

Em seu livro, Rolnik (1995) traz o efeito desterritorializador da indústria naquele momento, que promove rupturas no espaço. Ela descreve que “as bases da economia local entram em crise, intensifica-se o abandono das atividades e rotinas habituais, a migração para as cidades se acelera” (ROLNIK, 1995, p. 78-79). Embora de maneira distinta e através de um agente diferente, a pandemia também nos mostra um processo de desterritorialização e de ruptura, como ressaltado por Firmino (2020), certamente combinada a processos de re-territorialização. O vírus implicou mudanças no território algumas das quais implicam no movimento de nos adaptar. Percebemos que a forma e função dos espaços também têm sofrido com os impactos da pandemia, sendo os espaços públicos alguns dos principais afetados. A instalação de pias, banheiros em ruas e praças, a utilização da tecnologia para o monitoramento de pessoas, o questionamento e derrubada de estátuas e a quebra e a visibilidade da arquitetura hostil são alguns exemplos que mostram como a forma dos espaços públicos já estão sendo alterados com essas mudanças.

A questão levantada sobre os monumentos e o caráter que representam em nossa sociedade é um dos pontos que pode influenciar a forma e função de nossas praças e ruas, talvez até mesmo com a criação de espaços específicos para a colocação de tais símbolos urbanos. Mudanças sociais também podem ser esperadas com essa nova forma de se entender aquilo que é representado na cidade, com a geração de debates e o cuidado com as representações políticas que recebem enaltecimento nos espaços públicos. Se assim se concretizar, as instâncias de poder perderão uma das maneiras de opressão e manipulação mais antigas que existem, ao mesmo tempo que tal atitude contribui para a maior apropriação e identificação das pessoas com os espaços públicos. Outra intervenção na forma e na função são os

movimentos como o do Padre Lancellotti, que retirou as pedras do viaduto e interferiu no desenho daquele espaço, assim como permitiu que os moradores em situação de rua o ocupassem. Mais ainda, provocou um debate de grande alcance e repercussão.

O medo e a procura por segurança ainda é algo que deverá ser avaliado, principalmente por conta da sua repercussão nos espaços públicos. Em nossas cidades e nos espaços públicos isso também se refletirá nos elementos urbanos, proporcionando possivelmente uma maior higiene em parques, praças e nas ruas, através de banheiros públicos, pias comunitárias, limpeza dos locais etc. fazendo assim com que a forma desses espaços sofra alterações. O próprio uso da tecnologia para o monitoramento e manutenção do afastamento de pessoas já é um problema que se tem visto nos espaços públicos interferindo na forma, na função e na apropriação desses espaços.

A maneira de se pensar e executar as reformas urbanas é outro ponto de reflexão, pois se a Covid-19 nos mostrou algo, é que abrir grandes vias não é solução para epidemias, especialmente se pensarmos que os primeiros contaminados pelo vírus vivem em locais com melhor condição sanitária. Não é dizer que o investimento em um sistema sanitário de qualidade não seja necessário, muito pelo contrário, adequar favelas, periferias e subúrbios é imprescindível para garantir cidadania, mas essas medidas não podem ser isoladas. É preciso pensar em formas de combate à epidemias que melhor dialoguem com os territórios e que tenham ações mais próximas da população como o discutido por Fernandes e Rolnik (CIDADE..., 2020). Da mesma forma, pensar em políticas públicas de informação clara para que não tenhamos tantos problemas com fake news. Além de aproveitar a estrutura do SUS e fazer funcionar um sistema de saúde integrado.

No final de seu livro, Rolnik (1995) traz uma reflexão interessante sobre uma cidade pós-industrial, em que não haveria a necessidade de concentração, fazendo com que a cidade deixe de ser um imã. Esse ponto se torna relevante ao pensarmos em alguns acontecimentos que vêm ocorrendo na pandemia, como a intensificação do trabalho remoto, o consumo sendo realizado por sites e aplicativos, o aumento do número de delivery, realização de pagamentos pela internet etc. Claramente essas não são condições universais, não são todos que possuem recursos para realizá-los, mas nos mostra uma tendência de reduzir a necessidade de espaços físicos para a realização de algumas das tarefas diárias. Isso implicaria em uma menor relação entre

peças, reduzindo as trocas ainda mais, como também contribui para uma menor necessidade de aglomeração de pessoas em um só espaço, em uma só cidade, podendo agora se valer desses recursos para concluir seus objetivos. Talvez reduzindo o caráter da cidade de centro de produção e consumo.

A partir disso, trazemos também a ideia de Lefebvre (2002) ao entender que o urbano não é uma realidade acabada e sim uma virtualidade iluminadora, onde se encontra o possível, sendo necessário contornar ou romper os obstáculos que o tornam impossível para alcançá-lo e, como trazido no capítulo 2 deste trabalho, o espaço é inacabado, está sempre em mutação. Algumas das mudanças trazidas pela pandemia influenciam diretamente nos agentes que produzem esses espaços, podendo ser um dos passos para a construção do possível imaginado por Lefebvre. Latour (2020), chama ainda atenção para repensarmos a forma como produzimos, entendendo que o jeito que vem sendo feito não é a única alternativa. Repensar nossa relação com a natureza, com os espaços, com a cidade, com os outros seres vivos e com outros seres humanos também se faz necessário neste momento e, mesmo que leve tempo, imaginar e trabalhar para um mundo mais igualitário e menos opressor.

Pensar as cidades de maneira aberta, como retrata o Sennett (2018) pode ser uma forma de se reconfigurar os espaços da cidade. Embora a *cit * e a *ville* não tenham uma rela o necessariamente harm nica, a produ o do espaço a partir de suas formas pode ser uma boa maneira de se repensar a cidade. Se tomarmos algumas referências da cidade medieval que se adaptava ao terreno,   natureza e às necessidades dos seus habitantes, podemos ter um ponto de partida interessante. Ao mesmo tempo, a produ o a partir da *ville*, especialmente em pequena escala, pode trazer mudanças favoráveis para a *cit *, a exemplo da implanta o de banheiros públicos que contribuem para que as pessoas não utilizem as ruas como sanitário. O próprio Sennett (2018) utiliza o exemplo da cidade de Paris que interveio na *cit * com uma modifica o neste sentido, a grande questão, no entanto,   não presumir que toda e qualquer mudança da *ville* será efetiva e transformadora nem que ela resolver  todos os problemas sozinha. Os espaços públicos, inclusive, podem ser um espaço interessante para se aplicar as ideias de se construir a cidade de forma aberta, com locais de experimenta o e abrangendo suas complexidades. Embora pareça utópica a ideia, o autor acredita que “uma cidade aberta toleraria as diferenças e promoveria a igualdade; mais especificamente, porém, ela libertaria da camisa de força do fixo e

do familiar, criando um terreno para a experimentação e a expansão das experiências” (SENNET, 2018, p. 20).

Não se sabe ao certo o que nos aguarda com o final da pandemia, se as mudanças que estão ocorrendo serão passageiras ou permanentes. Boaventura (SANTOS, 2020) traz a questão de que mudanças são um processo que leva tempo e que a tendência é que voltemos aos modelos de vida anteriores quando este período acabar. Lilia Schwarcz inclusive aponta que muitas epidemias terminaram e tudo voltou ao que era antes (O MUNDO..., 2021). Mas essas diversas rachaduras que a pandemia nos apontou mostram o que precisa ser repensado, corrigido, executado de uma maneira diferente. Especialmente do ponto de vista das estruturas (sociais, políticas, culturais) temos que questionar o que ainda é cabível em nossa realidade e se é isso que queremos para o futuro, a partir daí construindo e modificando as formas e funções dos espaços das nossas cidades.

Assim, por que não pensar em um futuro utópico, com espaços públicos sendo valorizados nas cidades, sendo construídos, pensados e utilizados de forma mais democrática, contribuindo para a expressão plena do direito à cidade? As mudanças que vimos durante a pandemia nos permitiram enxergar uma brecha para espaços mais igualitários, com maior visibilidade dos grupos sociais, especialmente aqueles vulnerabilizados. Esses espaços podem servir de experimentação, como já mencionado, ampliando seu potencial para melhorias ambientais, para o uso e vida em coletivo, para expressão da liberdade como um direito do todo e não individual. Também vimos o potencial da tecnologia em contribuir para o coletivo, não apenas sendo usada para os interesses privados e controladores. Dessa forma, a pesquisa nos mostra diversas possibilidades para o futuro ao analisarmos os processos de rupturas que vêm ocorrendo no período. Além disso nos mostra alguns pontos a serem trabalhados para se alcançar espaços públicos mais alinhados com os interesses e as necessidades de seus ocupantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o espaço é uma produção social e que ele está sujeito às mudanças que ocorrem na sociedade. Estabelecemos também que para melhor entendê-lo pode-se adotar categorias de análise como: estrutura, forma e função, que são indissociáveis entre si. Essas categorias passam por transformações ao longo do tempo (processo), sendo influenciadas e/ou influenciando a produção do espaço. Como produto, ele pode contribuir para a criação de uma memória sobre as sociedades que ali viveram, a exemplo da arquitetura deixada, que pode se tornar permanente, passar por alterações ou ser destruída a depender da sociedade que dela se apropriar à medida que o tempo passa. Os espaços públicos são um dos exemplos dessa produção e têm sofrido alterações ao longo da história, deixando alguns vestígios nos dias atuais.

Desde 2020, a sociedade vem enfrentando alterações em diversas esferas, causadas pelo vírus SARS-COV-2, que atingiu todo o mundo. Essa pandemia nos mostrou o mais próximo do que seria uma crise ou morte dos espaços públicos, com o fechamento, restrição e obstrução da maioria deles. O momento trouxe alterações na forma de uso e apropriação dos espaços públicos, primeiramente com o fechamento de parques, praças e praias e com a implementação de quarentenas, fazendo com que parte das pessoas deixassem de usar a rua. Considerando que estes são espaços de expressão do direito à cidade, a inibição de sua livre apropriação fere esse direito. Juntamente a isso, a própria utilização desses espaços sofre alterações, na medida em que, quando não estão fechados, os usuários devem seguir novas medidas como o uso de máscaras, lavar as mãos, passar álcool em gel e manter o distanciamento social. As medidas de prevenção contra a doença e a disseminação do vírus causaram forte impacto na vida das pessoas, seus comportamentos e suas rotinas e a extensão disso vêm sendo amplamente discutida.

Tudo o que vivemos suscitou diversos questionamentos com relação às estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas. Trouxe mudanças na apropriação dos espaços e levantou hipóteses sobre como deveriam ser suas formas e funções a partir de agora. Muitas das discussões levantadas giram em torno de utopias e distopias do que virá no futuro, que ainda é incerto. Elas discorrem sobre as relações entre público e privado, sobre o papel da internet e das mídias sociais na pandemia,

sobre o comportamento das pessoas e como eles vêm sofrendo com o distanciamento social e suas possíveis mudanças na reapropriação dos espaços. Também se discute sobre a economia e as políticas que vêm sendo implementadas durante a crise, as relações de trabalho, o desemprego, políticas públicas etc. Se reflete sobre os modos de vida, sobre o consumo, sobre a liberdade, sobre o que queremos do futuro e o que fazer para alcançar isso. Considerando que os espaços públicos são uma produção social, assim como as cidades, todas essas mudanças podem impactar na construção futura desses espaços como na maneira como eles serão utilizados e a investigação da sua história nos mostra as mudanças causadas por crises e reformas e como elas foram significativas para chegarmos aos espaços atuais.

É possível perceber que mesmo na adversidade, o espaço público resiste, seja nos limites das casas ou nos poucos usuários das ruas. A heterogeneidade das cidades e das pessoas que nelas vivem é essencial para entender também o papel do espaço público na vida contemporânea. A sua complexidade fica clara com as infinitas possibilidades de usos e com a sua capacidade de reunir diversos públicos em um só local. O encontro, a troca, o outro, o coletivo é trazido na pandemia como de grande relevância para a sobrevivência e a liberdade, sendo características intrínsecas das cidades e do direito à cidade. Pensar que o espaço público permite que muitas dessas necessidades sociais sejam expressas é de extrema importância no período de mudanças que estamos vivendo. É também o momento não de negar o passado, mas de aprender com ele, partindo assim com mais segurança para um futuro de experimentações, pois elas nada mais são do que errar, aprender e tentar de novo.

Um começo para isso já é visto nas manifestações políticas e outras ocorridas durante a pandemia, principalmente aquelas relacionadas ao racismo. A discussão sobre a derrubada ou retirada de monumentos e estátuas é um exemplo de como a mentalidade das pessoas se voltou para o questionamento da produção dos espaços públicos e o que as simbologias neles dispostas representam. Mais uma vez, esses locais se apresentam como um espaço para a democracia, onde se reivindica seus direitos e se pensa no outro. Estes são espaços democráticos das cidades, onde a vida ocorre, onde se é visto e se vê, onde se constroem memórias coletivas.

Esses exemplos também demonstram um passo para quebrar padrões históricos que vemos até hoje no nosso país. Como destacamos, a produção das

idades brasileiras com suas desigualdades e segregação socioespacial são um reflexo de um passado histórico não superado. Os resquícios do colonialismo, da escravatura e do patriarcalismo ainda se veem no preconceito e na exclusão do negro, do pobre e da mulher. Tal realidade também nos é mostrada na pandemia, com a maioria das mulheres assumindo as tarefas domésticas além do trabalho e sofrendo com a violência em sua casa e com os mais pobres que, quando têm lugar para se abrigar, não tem como praticar o isolamento e se higienizar devidamente e assim se expõem mais ao risco. Se torna ainda mais complicada a dinâmica dessas pessoas, pois não se permite mais a utilização coletiva do espaço, que garantia sua sobrevivência em tempos anteriores à pandemia. Enquanto isso, do outro lado, a casa ainda se apresenta como refúgio para as elites, com sua visão da rua como perigosa ainda mais reforçada.

A volta ao passado não apenas contribui para o entendimento das estruturas, formas e funções da atualidade, mas também para nos mostrar o quão antigas elas são e como é importante termos conhecimento sobre elas para lidar com momentos como o que estamos vivendo. Entender as transformações dos espaços públicos ao longo da história nos ajuda a compreender o que a atualidade ainda possui de resquícios de tempos passados, o que se perdeu e o que pode ser transformado. Ao mesmo tempo que é interessante aprender com os experimentos nas cidades e como podemos nos inspirar ou nos esforçar para não os replicar. Estudar as epidemias passadas nos faz perceber como evoluímos pouco no combate a doenças e como deixamos de nos reorganizar para evitar as próximas. Isso também nos faz perceber a necessidade de refletir e agir agora, para diminuir a intensidade de possíveis novas crises. Notou-se que as nossas cidades têm sido reformadas a partir delas, principalmente os espaços públicos, e mesmo assim, esta transformação da *ville* não tem sido suficiente para evitá-las nem para solucionar os problemas urbanos que persistem até hoje.

Viu-se que, como em outros momentos na história, o enfrentamento das epidemias não se deu de forma igualitária entre todos os cidadãos das cidades. O coronavírus escancara os problemas da desigualdade e da segregação espacial no Brasil, nos mostrando como temos os mesmos direitos apenas na teoria. Existem aqueles que podem se isolar, utilizar a internet para se comunicar e se informar, enquanto outros estão mais vulneráveis ao vírus. Profissionais da saúde,

trabalhadores informais, entregadores de delivery, moradores em situação de rua, que vivem em situação precária, refugiados, crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros, têm sofrido fortemente com a pandemia. Esses grupos que já encontravam dificuldades nos seus dia-a-dia, tiveram seus efeitos agravados com a situação atual. Isso nos mostra como o direito à cidade não é exercido em sua plenitude por todos os moradores dos centros urbanos e como a desigualdade se mostra também no uso e na apropriação dos espaços públicos. Ao mesmo tempo, notamos como eles são imprescindíveis para a vida urbana, pois é onde muitos ganham seus sustentos, moram, encontram apoio, se manifestam, lutam por seus direitos, vivem.

Para além desses pontos, a pesquisa também nos ajuda a perceber características das cidades como a busca por segurança e a concentração de poderes em uma parte pequena da população. Tal percepção será de fundamental importância para lidar com o mundo pós COVID-19, principalmente por conta de uma mudança de atenção quanto à segurança, por conta de um agente que transpõe barreiras físicas, e também pelo agravamento da desigualdade social a partir do comprometimento da economia, que levou ao aumento do número de desempregados no mundo. Além de diversos outros problemas que estão surgindo e que ainda vão surgir na retomada da vida coletiva sem tantos limites no pós-pandemia. Se torna imprescindível então, chamar a atenção principalmente em relação à maneira como temos lidado com o vírus, com a eficácia e os problemas das medidas que estão sendo tomadas. Além disso, o entendimento de que nossa sociedade é diversa, heterogênea e que não pode ser tratada de forma unitária é uma das contribuições que este trabalho procura deixar.

Quanto aos espaços públicos, se algo pode ser demonstrado aqui é como eles não estavam em crise e sim passando por transformações. Se as fotos de ruas, praças, parques e praias vazias causam estranhamento é porque a presença de pessoas utilizando e se apropriando desse espaço não são incomuns. O que eles virão a representar daqui por diante não se sabe, mas quanto a importância que eles possuem para a vida urbana, não há dúvidas. A maneira como as pessoas passaram a utilizar os limites de suas casas, janelas, portas, varandas, para realizar parte daquilo que antes faziam nos espaços públicos nos mostra a falta que se sente desses lugares e, mais importante ainda, como as pessoas constroem esses espaços

independentemente de onde elas estejam. Assim, a *cit * prevalece mesmo na adversidade.

A ideia de cidade aberta, com espao para experimentao nos traz a possibilidade de criar algo novo e mais democrático. Os espaos públicos têm potencial para assumir essa característica por já se apresentarem como o lugar da diversidade, das trocas, da visibilidade e por estarem em constante mutao. Entender a importância da *cit * e relacioná-la com a *ville* também   uma questão que merece ser investigada, principalmente se pensarmos nas categorias de análise da cidade aqui levantadas (estrutura, forma e funo) e no seu caráter indissociável. Embora não se relacionem de forma harmoniosa, mais em regra contraditória, entender essa dinâmica de construo e reconstruo da *ville* pela *cit * e vice-versa,   um ponto de partida.

As reflexo es aqui expostas, então, se tornam importantes e suscitam a necessidade de estudos posteriores, quando chegarmos ao final da pandemia e mais tarde, quando estiverem consolidadas as mudanas aqui iniciadas, podendo assim entender melhor quais foram os impactos que o coronavírus teve nos nossos espaos públicos e qual a sua durao. Também deixamos de contribuio pontos a serem pensados e questionados sobre a nossa produo da cidade e dos espaos públicos, o que queremos para nossas vidas e cidades daqui em diante, que mudanas faremos em nós mesmos para mudar os nossos espaos, o que aprendemos com o nosso tempo de pandemia, de que maneira podemos contribuir para uma vida coletiva e assim por diante.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A.; ALMEIDA, M. A. P; BARREIROS, M. A. F. A evolução urbana e as teorias do urbanismo moderno. *In*: ABIKO, A.; ALMEIDA, M. A. P; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo**: história e desenvolvimento. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

ABREU, J. Páginas em branco. *In*: CARVALHO, F.; MIBIELLI, R.; BORGES; E. (org.). **Pandemias**: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva. Boa Vista: UFRR, 2020. v. 2, p. 20-29.

A CIDADE é nossa com Raquel Rolnik #6: E quem não pode trabalhar de casa?. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Mn4C0HZ_4vM&list=WL&index=27&t=89s. Acesso em: 8 set. 2020.

ALENCAR, E. A vida nas favelas: Como três comunidades – em São Paulo, Rio e Recife – enfrentam a pandemia. **Piauí**, São Paulo, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/vida-nas-favelas/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

A PSICOLOGIA ambiental na pandemia: e o espaço público?. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2zel6yILwo&list=WL&index=5>. Acesso em: 21 set. 2020.

ARGAN, G. A cidade do renascimento. *In*: ARGAN, G. **Clássico Anticlássico**: o renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 55-80.

ARENDT, H. As esferas pública e privada. *In*: ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 31-83.

ARING. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAtdJbaDzA8/> Acesso em: 7 mar. 2021.

BAETA, R. A urbanística barroca. *In*: BAETA, R. **O barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 213-232.

BARATTO, R. Prefeitura de São Paulo lança manual de como implantar um parklet **ArchDaily**, São Paulo, 25 dez. 2016. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/802191/prefeitura-de-sao-paulo-lanca-manual-de-como-implantar-um-parklet>. Acesso em: 23 out 2018.

BERRY, I. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCn2i-sDGju/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

BOGADO, M. Rua. *In*: HOLLANDA, H. B. **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 23-42.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**: sobre a doença. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#como-se-proteger> Acesso em: 7 nov. 2020

BRITO, G. *et al.* Coronavírus nas cidades: proteger quem mais precisa é o grande desafio. **Labcidade**, São Paulo, 20 mar. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/coronavirus-nas-cidades-proteger-quem-mais-precisa-e-o-grande-desafio/>. Acesso em: 21 out. 2020.

CARLÓN, M. Zoom e as transformações público/privado/íntimo durante a pandemia da Covid-19. **Lab404**, Salvador, 4 nov. 2020. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/zoom-e-as-transformacoes-publico-privado-intimo-durante-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CARNEIRO, G. Bairro mais afetado de SP tem alívio durante pandemia com ginástica na laje. **Uol**, São Paulo, 26 abr. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2020/04/26/bairro-mais-afetado-de-sp-tem-alivio-durante-pandemia-com-ginastica-na-laje.htm>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CERQUEIRA, Y. **Espaço público e sociabilidade urbana**: apropriações e significados dos espaços públicos na cidade contemporânea. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/12402>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CIDADE, pandemia e conflitos sociais. **UC Livre Resiste**, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/112286860526090/videos/213410596373304>. Acesso em: 17 nov. 2020.

DAMATTA, R. Espaço – casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. *In*: DAMATTA, R. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 19-45.

D'ANGELO, C. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAYCjUnDKoq/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

DARODA, R. A cidade contemporânea: novos conceitos. *In*: DARODA, R. **As novas tecnologias e o espaço público da cidade contemporânea**. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. p. 122. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67063>. Acesso em: 11 set. 2019.

DIOSDADO, D. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDBs9syjZbp/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

FAVELA Lockdown: Brazil's Gangs Fighting COVID-19. Produção: Redfish. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WhMa2fxLYQ0>. Acesso em: 6 maio 2020.

FIRMINO, R. Território viral. **Lab404**, Salvador, 13 out. 2020. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/territorio-viral/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

FORÇA SUS. Ciência e paciência com Drauzio Varella. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OLHQfqdYRUw&list=PLn4I3GiL7Qa1AR9GHt2Tz zrQCDW6fnWEV&index=12>. Acesso em: 22 fev. 2021.

G1. Prefeitura de SP determina fechamento dos parques municipais por conta do coronavírus. São Paulo, 20 mar. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/20/prefeitura-de-sp-determina-fechamento-dos-parques-municipais-por-conta-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 6 nov. 2020.

G1. Veja medidas já anunciadas pela prefeitura de Salvador em combate ao coronavírus. Salvador, 13 mar. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/03/19/veja-medidas-ja-anunciadas-pela-prefeitura-de-salvador-em-combate-ao-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 7 nov. 2020.

GABRIEL, J. Prefeitura interdita por mais 15 dias praias de Salvador por causa da COVID-19. **CNN**, São Paulo, 05 abr. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/04/05/prefeitura-interdita-por-mais-15-dias-praias-de-salvador-por-causa-da-covid-19>. Acesso em: 4 mar. 2021.

GALANI, L. Projeto-piloto em São Paulo vai usar calçadas e ruas como área para bares e restaurantes. **Archdaily**, São Paulo, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/943865/projeto-piloto-em-sao-paulo-vai-usar-calçadas-e-ruas-como-área-para-bares-e-restaurantes>. Acesso em: 4 mar. 2021.

GALDINO, R. Prefeitura de BH amplia interdição de espaços públicos e reforça restrições. **Hoje em dia**, Belo Horizonte, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/prefeitura-de-bh-amplia-interdi%C3%A7%C3%A3o-de-esp%C3%A7os-p%C3%BAblicos-e-refor%C3%A7a-restri%C3%A7%C3%B5es-1.781897>. Acesso em: 6 nov. 2020.

GODFRED, M.; CHALK, C. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CJMN9wtC059/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

HALL, P. A cidade no jardim - a solução cidade-jardim: Londres, Paris, Berlim, Nova York (1900-1940). *In*: CIDADES do amanhã. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 102-158.

HAROUEL, J. L. O urbanismo na antiguidade: Grécia e Roma. *In*: HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1990. p. 11-32.

HARROUK, C. Nova lorque permite que restaurantes ocupem calçadas e espaços públicos com mesas **ArchDaily**, São Paulo, 16 out. 2020. Disponível em: Nova lorque permite que restaurantes ocupem calçadas e espaços públicos com mesas | ArchDaily Brasil. Acesso em: 25 jan 2021.

HARVEY, D. O direito à cidade: a qualidade da vida urbana virou uma mercadoria. Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura – desde que se tenha dinheiro para pagar. **Piauí**, São Paulo, n. 82, 16 jul. 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

HONORATO, B.; OLIVEIRA, A. População em situação de rua e COVID-19. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, jul./ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000401064&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 6 nov. 2020.

IACOVINI, R. Por uma nova ordem do espaço público: o direito à cidade para todos. **Archdaily**, São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/927621/por-uma-nova-ordem-do-espaco-publico-o-direito-a-cidade-para-todos>. Acesso em: 10 jun. 2020.

LAMAS, J. Desenho e formas urbanas no século XIX. *In*: LAMAS, J. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 203-226.

LANCELOTI, J. [**Publicação no Instagram**]. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKyyGLUnEPa/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 7 mar. 2021.

LATOURE, B. Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise. **Insurgência**, [s. l.], 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.insurgencia.org/blog/bruno-latour-imaginar-gestos-que-barrem-o-retorno-da-producao-pre-crise>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S. l.], fev. 2006. Do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Disponível em: https://www.academia.edu/15150220/02_LEFEBVRE_H_1999_A_revolu%C3%A7%C3%A3o_urbana_Belo_Horizonte_Editora_da_UFMG_cap_8_A_ilus%C3%A3o_urban%C3%ADstica. Acesso em: 1 dez. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEMONS, A. Covid-19, liberdade e cidadão ideal!. **Lab404**, Salvador, 31 ago. 2020a. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/covid-19-liberdade-e-cidadao-ideal/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LEMOS, A. Lavits_Covid19_#24: A Máscara da Covid-19 no Brasil. **Lavits**, [s. l.], 8 dez. 2020b. Disponível em: https://lavits.org/lavits_covid19_24-a-mascara-da-covid-19-no-brasil/?lang=pt. Acesso em: 25 jan. 2021.

LEMOS, A. Novo coronavírus e isolamento digital. **Lab404**, Salvador, 24 mar. 2020c. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/novo-coronavirus-e-isolamento-digital/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LEMOS, A.; MARQUES, D. Vigilância guiada por dados, privacidade e covid-19. **Lab404**, Salvador, 11 maio 2020. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/vigilancia-guiada-por-dados-privacidade-e-covid-19/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LIMA, J. A campanha oficial contra a violência doméstica: e as críticas a ela. **Nexo**, São Paulo, 19 maio 2020a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/05/19/A-campanha-oficial-contr-a-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica.-E-as-cr%C3%ADticas-a-ela>. Acesso em: 31 de jul. de 2020.

LIMA, J.; CHARLEAUX, J. Quais as medidas para a população de rua na pandemia: pessoas desabrigadas estão entre as mais vulneráveis à doença e às implicações econômicas da crise por ela causada. **Nexo**, São Paulo, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/28/Quais-as-medidas-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-de-rua-na-pandemia.br/pandemia-sem-agua-na-torneira/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

LIMA, M. Denúncias de violência contra idosos crescem cinco vezes na pandemia. **Observatório do terceiro setor**, 22 jun. 2020b. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/denuncias-de-violencia-contra-idosos-crescem-cinco-vezes-na-pandemia/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

LUPTON, D. Pesquisa social para os mundos covid e pós-covid: uma agenda inicial. **Lab404**, Salvador, 8 jun. 2020. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/pesquisa-social-para-os-mundos-covid-e-pos-covid-uma-agenda-inicial/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

MANDETTA, L. **Um paciente chamado Brasil**: os bastidores da luta contra o coronavírus. São Paulo: Objetiva, 2020.

MANSQUE, W. Em quarentena, vizinhos fazem shows nas janelas em condomínio de Porto Alegre. **GZH**, [Porto Alegre], 23 mar. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2020/03/em-quarentena-vizinhos-fazem-shows-nas-janelas-em-condominio-de-porto-alegre-ck83ocufa06ug01pqb7vm2ach.html>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-189.

MDRAFT. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CLcKLxDjY_9/. Acesso em: 7 mar. 2021.

MELO, C. Como o coronavírus vai mudar nossas vidas: dez tendências para o mundo pós-pandemia. **El País**, [s. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-13/como-o-coronavirus-vai-mudar-nossas-vidas-dez-tendencias-para-o-mundo-pos-pandemia.html>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MENDONÇA, E. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10926/8628#:~:text=%20Apropria%C3%A7%C3%B5es%20do%20espa%C3%A7o%20p%C3%ABlico:%20alguns%20conceitos%20,streets,%20squares%20and%20parks.%20It%20considers...%20More>. Acesso em: 14 abr. 2021.

MORAIS, L. Coronavírus em BH: Praças na região Central e na Lagoinha recebem pias com água. **O Tempo**, Contagem, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/coronavirus-em-bh-pracas-na-regiao-central-e-na-lagoinha-recebem-pias-com-agua-1.2324773>. Acesso em: 4 mar. 2021.

MUMFORD, L. Vida doméstica urbana medieval. In: MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 337-376.

NATIVIDADE, M. *et al.* Distanciamento social e vulnerabilidades no município de Salvador-Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Salvador, v. 25, n. 9, p. 3385-3392, jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n9/1413-8123-csc-25-09-3385.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

NOGUEIRA, A. Isolamento social e iniciativas digitais de combate a violências. **Lab404**, Salvador, 21 abr. 2020. Disponível em: <http://www.lab404.ufba.br/isolamento-social-e-iniciativas-digitais-de-combate-a-violencias/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

NOORATA, P. Giant Clapping Hands Are Projected Around the World to Say 'Thank You'. **My Modern Met**, [s. l.], 18 jun. 2020. Disponível em: <https://mymodernmet.com/ian-berry-i-clap-for/>. Acesso em: 9 mar. 2021.

O ESPAÇO público na Pandemia - com Oscar Sobarzo (UFS) / LIVE. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4PwG6hT6YI0&list=WL&index=4&t=4s>. Acesso em: 5 set. 2020.

OLIVA, D. Pandemia em fotos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 abr. 2020. Disponível em: <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2020/pandemia-em-fotos/covid-19/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

OLIVEIRA, L. Zygmunt Bauman: a sociedade contemporânea e a sociologia na modernidade líquida. **Sem Aspas**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 25-36, 2012. Disponível

em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/6970>. Acesso em: 30 set. 2020.

O MUNDO Pós-pandemia com Lilia Schwarcz: lições da história. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=kvWDAMzBhT4&list=WL&index=2>. Acesso em: 7 mar. 2021.

O NOVO normal com Daniel Barros. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=6TdayRu8usc&list=PLn4I3GiL7Qa1AR9GHt2TzrzQCDW6fnWEV&index=9>. Acesso em: 28 fev. 2021.

O PIOR lado da pandemia, com Leandro Karnal. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nfdxqJSswjc&list=PLn4I3GiL7Qa1AR9GHt2TzrzQCDW6fnWEV&index=11>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PANDEMIA e a cidade com Raquel Rolnik e Nabil Bonduki. [S. l.: s. n.], 2020.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bUVGrg2chiA&list=WL&index=32>. Acesso em: 17 set. 2020.

PÉREZ-LANZAC, C. Richard Sennett: “O liberalismo enfraqueceu nossa rede de salvação”. **El País**, [s. l.], 13 jun. 2020. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-06-13/richard-sennett-o-liberalismo-enfraqueceu-nossa-rede-de-salvacao.html>. Acesso em: 12 ago. 2020.

POR QUE o Brasil não aprende com o passado? Com Sidney Chalhoub. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dhDH8hCz2pA&list=PLn4I3GiL7Qa1AR9GHt2TzrzQCDW6fnWEV&index=13>. Acesso em: 20 fev. 2021.

REDE BRASIL ATUAL. Mapeamento mostra ações de combate ao coronavírus nas periferias: site permite selecionar a iniciativa comunitária mais próxima para doação de itens de higiene, alimentos ou em dinheiro. **Brasil de Fato**, [s. l.], 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/20/mapeamento-mostra-acoes-de-combate-ao-coronavirus-nas-periferias>. Acesso em: 5 nov. 2020.

RODRIGUES, C. F. A mulher no espaço público: uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. [**Anais Eletrônicos**]. Florianópolis, 2017.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROLNIK, R. Teletrabalho não vai salvar nossa combatida mobilidade urbana. **LabCidade**, São Paulo, 8 out. 2020. Disponível em:

<http://www.labcidade.fau.usp.br/teletrabalho-nao-vai-salvar-nossa-combalida-mobilidade-urbana/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ROSSI, A.; BUONO, R. Pandemia sem água na torneira. **Piauí**, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/pandemia-sem-agua-na-torneira/>. Acesso em: 5 nov. 2020.

RUPRECHT, T. Hospitais de campanha: como vão funcionar e por que são tão importantes. **Veja**, São Paulo, 18 ago. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/hospitais-de-campanha-como-vaofuncionar/>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Prefeitura autoriza mais de 20 bares e restaurantes a usarem espaço público. Salvador, 6 ago. 2020. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/noticias/prefeitura-autoriza-mais-de-20-bares-e-restaurantes-a-usarem-espaco-publico/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

SANTOS, A. **Espaços construídos, espaços praticados e pertencimento em salvador, no CHS e no Politeama**: experiências da FGM de apoio às artes e de apropriação de espaço pelas artes D`A Outra Companhia de Teatro. 2018. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, B. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, M. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. *In*: SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 49-59.

SAYURI, J. O que é arquitetura hostil. E quais suas implicações no Brasil. **Nexo**, São Paulo, 3 fev. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/03/O-que-%C3%A9-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-no-Brasil>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SCHNEIDER, M. J. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CDCIBMcDV5f/>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SENNETT, R. **Construir e habitar**: ética para uma cidade aberta. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SENNETT, R. O mundo público do “Antigo Regime”. *In*: SENNET, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRANO, L. A pandemia das fake news. **Jornal da USP**, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-pandemia-das-fake-news/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SILVA, J. Desmatado. *In*: CARVALHO, F.; MIBIELLI, R.; BORGES, E. (org.). **Pandemias**: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida

humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva. Boa Vista: UFRR, 2020. v. 2, p. 30-36.

SOUZA, A. Os espaços públicos nas cidades contemporâneas: uma (re)visão. **Geografares**, Vitória, n. 26, p. 182-213, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/21005/0>. Acesso em: 21 ago. 2019.

TEIXEIRA, A. N. O espaço público na história. *In*: TEIXEIRA, A. N. **Espaço público e Projeto Urbano**: o "Eixo Tamanduatehy" em Santo André (SP). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TELLES, V. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo social**, São Paulo, v. 2, n.1, p. 23-48, jan./jun. 1990. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701990000100023. Acesso: 2 jun. 2020.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

WICKERT, A. Como a pandemia de covid-19 vai nos desafiar a criar novos espaços públicos. **Archdaily**, São Paulo, 18 abr. 2020. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/937529/como-a-pandemia-de-covid-19-vai-nos-desafiar-a-criar-novos-espacos-publicos?ad_source=myarchdaily&ad_medium=bookmark-show&ad_content=current-user. Acesso em: 12 ago. 2020.

WILLS GRAPHICS. [Publicação no Instagram]. **Covid Art Museum**, 2020. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_AJXyPj8Wg/. Acesso em: 6 mar. 2021.